

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

A Violência de Gênero nos Eventos Esportivos Universitários Paulistas

Relatório final apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas como requisito para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica ciclo 2015/2016.

Orientadora: Miqueli Michetti

Aluna: Sofia Mettenheim

A Violência de Gênero nos Eventos Esportivos Universitários Paulistas

Relatório Final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Curso de graduação em Administração Pública

Escola de Administração de Empresa de São Paulo

Fundação Getúlio Vargas

Orientadora: Professora Doutora Miqueli Michetti

Aluna: Sofia Mettenheim

São Paulo

2016

Dedico esse trabalho às mulheres que resistem diariamente nas universidades, co-criando com luta um espaço que permita a todas as mulheres sonhar – e do qual sairão guerreiras ainda mais fortes para conquistar o mundo e os desfrutes que são nossos por direito.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, a minha orientadora pelo acompanhamento cuidadoso do processo de pesquisa. Seu papel foi fundamental, incentivando quando parecia difícil e trocando o entusiasmo por novas ideias. Obrigada por topar essa ideia “maluca”, me apresentar uma nova forma de analisar o mundo e por toda sua dedicação e parceria.

Gostaria de agradecer também todas as alunas que me acompanharam e me auxiliaram a adentrar nos campos realizados, que se abriram com suas histórias. Pelo carinho e pela disposição, mas principalmente por compartilhar da ideia de que a realidade posta precisava ser transformada. Sem vocês não haveria pesquisa. Essa ajuda mostra que juntas somos mais fortes, e que se nos apoiarmos o mundo fica pequeno para nossa luta.

Quero agradecer também todos os alunos, independente do que pensam sobre o tema, por seus depoimentos e seu tempo. Foi de grande coragem a disposição para o diálogo de vocês e é fundamental para construirmos um conhecimento qualificado – e uma universidade menos violenta.

Agradeço também especificamente a todas do Coletivo Candaces, por me inspirarem e por continuarem batalhando todos os dias.

Por último, minha querida família, base dos meus sorrisos cotidianos. Mas também uma outra família – que viveu de perto a produção da pesquisa e junto me deu forças para prosseguir. Mais que amigos, Luiz, Laura e Victoria me acolheram e ajudaram com sua companhia. E ainda, agradecer ao Olavo, por tudo – alguns nos considerarão loucos, eu considero que somos apaixonados pelo mundo.

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Pressupostos Teóricos: O Poder do Cotidiano	11
2.1 Poder, Saber e Análise de Discurso	11
2.2 Poder Simbólico e Violência Simbólica	16
2.3 Gênero Como Categoria Analítica	21
2.4 Gênero: A Construção Social Da Diferença Entre Os Sexos	24
2.5 A Necessidade de Vincular Gênero ao Patriarcado: Violência de Gênero Direcionada à Mulher	27
3. O Contexto Brasileiro: A Violência de Gênero Histórica e Mobilizações Feministas Recentes	30
3.1 Panorama da Violência de Gênero no Brasil, Políticas Públicas e Percepções	30
3.2 2015: O Ano da Primavera das Mulheres?	32
4. Violência De Gênero Nas Universidades	38
4.1 Referências Acadêmicas Sobre Violência de Gênero nas Universidades	39
4.2 Alguns Números Sobre o Fenômeno no Brasil	41
4.3 A Violência de Gênero nas Universidades Paulistas: O Início da Visibilidade	44
5. Antecedentes dos Jogos: Debates Sobre Violência de Gênero.....	50
5.1 Produção Simbólica e Posicionamentos Institucionais	53
5.2 Mudanças Organizacionais nas Atléticas Estudantis Universitárias	65
5.3 Pressão nos Atletas	71
5.4 Divulgação dos Eventos	73
5.5 Recorrências Discursivas nos Debates	75
6. Rumo ao Interior: Chegando aos Eventos	81
6.1 Logística da Organização dos Eventos e Impacto nas Cidades Sedes ..	83

6.2 O Alojamento	84
6.3 Os Jogos	86
6.3.1 “O que mais desestabiliza é falar da mãe ou da irmã?”	93
6.3.2 Hostilidades e Brigas	95
6.4 O Ônibus	98
6.5 As Festas	100
7. O Debate Continua: A Violência de Gênero no Ciclo de Eventos Universitários 107	
7.1 Liberdade de Expressão?	109
7.2 “Memória, Verdade e Reparação” na “Fantasias no Bosque”	113
7.3 Denúncias nas Redes Sociais	115
8. Disputas: Entre Resistências e Reações	119
9. Conclusões e Novas Possibilidades	133
10. Bibliografia	137

1. Introdução

O tema de pesquisa – a violência de gênero nos eventos esportivos universitários – habitou meu imaginário por um certo tempo até que fosse levado a sério, inclusive por mim mesma. Essa mudança de percepção sobre o tema é em si, significativa. Como piada, eu costumava dizer “só irei ao Economíadas se for para fazer pesquisa sobre violência de gênero”. As reações das pessoas passaram a ser diferentes, cogitando a ideia como interessante, como importante. Assim, aquilo que era impensável passou a parecer não mais tão estranho, tornou-se paupável. Essa transição pela qual o próprio tema passou: de algo corriqueiro, banal, cotidiano – indigno de ser abordado por uma pesquisa – para algo relevante socialmente, é um exemplo da transformação social que ocorreu cerca do tema. Também é importante ressaltar que meu estranhamento com os “tradicionais” espaços de confraternização universitários são parte constituinte da ideia e do processo dessa pesquisa, não podendo ser deixado de lado.

Assim, se os objetivos da pesquisa eram inicialmente abordar uma série de violências invisibilizadas, durante sua realização foi possível verificar que uma série de agentes mobilizadores nas faculdades estavam realizando o trabalho de exposição e combate dessas violências. O que, de nenhuma forma, significa que a pesquisa perde o sentido ou aborda um campo infértil: pelo contrário, a partir dessa transformação social a violência é mais abordada, surgem disputas em torno de seu significado e também novas violências. A resistência a algumas das violências presentes nesses espaços geram reações, a partir das práticas vigentes esses discursos surgem, influenciando práticas e as novas práticas gerando novos discursos.

É fundamental para a compreensão da pesquisa a situar a minha posição como pesquisadora dentro do campo. Mulher e estudante de graduação da Administração Pública na EAESP- FGV, participei da criação e da realização de atividades do Coletivo Feminista Candaces, da FGV. Assim, não só minha vivência já possuía acúmulo de conhecimento sobre o tema da violência de gênero, mas também uma vivência específica de dentro da organização coletiva, e da relação estabelecida por essa com os demais alunos e entidades estudantis. Se essa posição permitiu que eu já estivesse inserida no tema, também operou como um marcador durante o campo (pois muitos me identificavam como membra do Candaces) – facilitando meu acesso aos espaços em alguns casos, mas em muitos outros mostrando-se como uma barreira.

Isso posto, o principal objetivo da presente pesquisa é compreender como são construídas e propagadas as violências de gênero nos discursos e práticas de estudantes em eventos esportivos universitários. Assim, pretende-se investigar a aplicabilidade do conceito de violência simbólica na compreensão das relações de gênero nesse espaço e observar quais fatores estimulam ou apaziguam a manifestação dessas violências. É importante compreender também como essas violências são vividas, experimentadas e significadas, seja pelos os indivíduos ou instituições envolvidas.

A importância da pesquisa é justificada, primeiramente pelo panorama crítico da situação de violência contra a mulher no Brasil – que ocupa a sétima posição mundial de assassinatos de mulheres. Especificamente nas universidades essa questão também tem se mostrado cada vez mais relevante: um inquérito civil público foi instaurado para investigar violações de direitos humanos nas universidades paulistas. As mobilizações de grupos feministas em 2015, que ficou marcado como “a primavera feminista”, também pautaram a questão e a mídia passou a realizar cobertura de eventos relacionados ao tema. Junto com a visibilidade, as denúncias aumentam e a sociedade começa a ter acesso a casos de violência que antes permaneciam em silêncio.

É nesse contexto que a proposição da pesquisa em aprofundar a compreensão da maneira pelas quais o poder e a dominação simbólica relativos à desigualdade de gênero são produzidos e reproduzidos nos eventos esportivos universitários mostra-se necessária. Para confirmar se (e como) se dão, o campo da pesquisa foi realizado em diferentes eventos universitários no Estado de São Paulo, e uma série de entrevistas com os alunos participantes será realizada.

Primeiramente, (no Capítulo 2) são apresentados os principais conceitos desenvolvidos nas teorias de Michel Foucault e Pierre Bourdieu sobre as relações de poder, e suas interpretações para o contexto das relações de gênero. Essas teorias servirão como pano de fundo para a compreensão dos aspectos difusos e simbólicos dos casos e contextos que serão analisados. Aqui, na compreensão dos autores, esses aspectos simbólicos não são considerados mais “leves” ou mais “fracos” que outras formas de expressão da violência, mas são parte integrante e basilar das relações de poder e dominação. Em seguida, adentraremos a discussão sobre *gênero* – primeiramente passando por seus conceitos mais clássicos e também por problematizações mais recentes. Em seguida trabalharemos a necessidade de articular

esse conceito com o conceito de *patriarcado* para identificar a mulher como principal vítima das violências nas relações de gênero.

No capítulo seguinte (3) é realizado um panorama do contexto da violência de gênero na sociedade brasileira, abordando suas estatísticas, políticas públicas de combate e a percepção da sociedade sobre o tema. Também foi abordada uma série de mobilizações mais recentes de mulheres que pautaram as redes sociais e as mídias tradicionais, abordando violências de gênero aceitas socialmente. Já no Capítulo 4 adentramos o ambiente universitário e suas violências de gênero específicas, a partir de referências acadêmicas, dados quantitativos e levantamentos dos próprios coletivos feministas universitários.

Os próximos capítulos (5, 6 e 7) abordam os campos realizados: O Economizadas, os Jogos Universitários de Comunicação e Artes (JUCA) e o Calomed (competição de calouros dos cursos de medicina). O Capítulo 5 trata do momento anterior ao evento em si, realizando um apanhado das disputas que borbulhavam nas diferentes faculdades sobre a violência de gênero, e abordando diferentes medidas institucionais para seu combate. Já o Capítulo 6 aborda os espaços do evento: as dinâmicas em torno de gênero presente nos alojamentos, nos jogos e nas festas. O Capítulo 7 consiste em um levantamento dos discursos e práticas que circularam após os eventos abordando o tema. É importante pontuar que esses capítulos trazem relatos e dados identificados nesses espaços, mas também propõe reflexões e argumentos analíticos articulados com os pressupostos teóricos apresentados no Capítulo 2.

O Capítulo 8 estrutura a análise das dinâmicas dos eventos de forma mais ampla, analisando grupos discursivos que reproduzem violências, que as resistem, e também que reagem a essa resistência. Os contextos que permitem o surgimento desses diferentes discursos também serão analisados. Após seu surgimento, esses passam a influenciar a realidade vigente, permitindo também a produção de novos discursos. Nesse sentido, será analisada a relação cíclica desses discursos com as práticas. No último capítulo (9) são identificadas uma série de questões a serem investigadas futuramente, apontando a importância acadêmica do tema. Embarcar na pesquisa é perpassar os próprios jogos, com um olhar sensível à dinâmicas postas e à forma como essas são disputadas pelos diversos agentes que compõe o espaço universitário. Um espaço fundamental na formação da juventude, mas carregado de dinâmicas de poder violentas, o ambiente universitário, com seu potencial transformador na vida das

mulheres, hoje transforma muitas estudantes em vítimas. Assim, a pesquisa busca produzir conhecimento sobre esse espaço universitário e as dinâmicas que fundamentam e permitem essas violências – na esperança de que esse conhecimento nos aproxime de uma realidade menos discriminatória e violenta.

2. Pressupostos Teóricos: O Poder do Cotidiano

A violência física se faz presente no espaço pesquisado e não pode, de nenhuma maneira, ser negligenciada. Entretanto, a violência simbólica não esteve sob os mesmos holofotes de abordagem acadêmica e precisa ser contemplada. Frequentemente invisível, por que naturalizada, essa fundamenta, legitima e perpetua o trabalho de dominação e exploração de gênero. Nesse esforço de apreensão de aspectos simbólicos da desigualdade e dominação de gênero, lançaremos mão de elementos teóricos desenvolvidos por Pierre Bourdieu e Michel Foucault.

As teorias desenvolvidas por ambos sobre as relações de poder e dominação se mostram extremamente relevantes no contexto da pesquisa. Isso se deve ao fato que o objetivo da pesquisa trata justamente de tornar visíveis situações de violência e de dominação em um contexto cotidiano, e para isso as análises dos autores disponibilizam instrumentos importantes: ambos partem de fenômenos considerados corriqueiros e cotidianos para descrever suas teorias de poder. Para além de suas definições conceituais, seus propostos metodológicos também indicarão caminhos para a realização do levantamento de dados e análise. Como o objeto de pesquisa específico é a violência de gênero, outras referências serão utilizadas para a compreensão desse conceito, mas as teorias dos dois autores servirão como guias ao longo da pesquisa.

2.1 Poder, Saber e Análise de Discurso

Um dos pilares teóricos utilizados, portanto, serão os elementos teóricos desenvolvidos por Michel Foucault, principalmente suas noções de poder e saber, mas também seus pressupostos metodológicos para a análise de discurso. A utilização de aspectos de sua teoria para tratar de discussões de gênero foi realizada por muitas das intelectuais que construíram o significado do termo (Joan Scott e Judith Butler, por exemplo), mas as teorias feministas também possuem diversas críticas à possibilidade de sua aplicação nesse tema.

Aqui, partiremos da compreensão de que Foucault desenvolveu instrumentos úteis para as análises que realizaremos, principalmente devido a sua concepção de *poder*, que permite a articulação de fenômenos no nível micro com fenômenos no nível macro. Assim, por mais que as questões de desigualdade e violência de gênero se manifestem no nível macro, o contexto tratado pela pesquisa exige a capacidade de relacionar esses fenômenos com as relações micro presentes nos casos analisados – ou

seja, a necessidade de examinar com um pente fino relações de poder que, invisibilizadas porque naturalizadas, passam de maneira despercebida pela sociedade. Entretanto, se suas premissas são importantes por que apresentam uma visão mais complexa de poder, também é considerado por diversas teóricas de gênero que o autor deixa de lado experiências de poder específicas às mulheres. Assim, a seguir, faremos uma retomada de conceitos importantes de sua teoria e também de algumas ressalvas para sua utilização coerente nesse contexto.

A primeira concepção importante para o trabalho é a ideia de uma *microfísica do poder*, ou seja, de que o poder não emana apenas de uma instituição central, como o Estado, mas se exerce em diversas esferas e situações sociais. Para Foucault poder não se possui, ele se exerce. Mais que isso, ele é conjugado no plural. (FOUCAULT, 1979). Isso significa que ele não pode ser apropriado por um indivíduo ou por um grupo social, mas que é exercido em rede – a qual os indivíduos integram como “centros de transmissão”. (FOUCAULT, 1979:183).

É através dessa ideia de poder como algo que circula que Foucault trata dos processos de estruturação, reprodução ou modificação das relações de poder cotidianas. Para o autor, o tema central das relações de poder não é a “gênese do soberano” ou a identificação de um agente dominador central, mas a própria “fabricação dos sujeitos”. Ele entende, portanto, que as relações de poder estão interligadas – “costuradas” – a relações de produção, familiares e sexuais. São nessas interconexões que se delineiam condições gerais de dominação, que é organizada de forma dispersa. (FOUCAULT, 1979:52).

Uma de suas considerações fundamentais sobre o poder é quanto às formas como esse se exerce: *negativa*, através do poder repressor e *positiva*, através do poder normativo. Ou seja, para além de proibir, coibir e excluir, o poder também produz:

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1991:172).

A outra face importante do conceito do poder de Foucault é seu aspecto positivo: o poder produz discursos e saberes, e assim molda comportamentos. Junto à ideia de rede, é possível entender que esse poder atravessa todo o corpo social e cria “normas” às quais os indivíduos devem se adequar, e por isso também é considerado como poder

normativo. (FOUCAULT, 1991:174). Esse tipo de poder também opera na dominação das mulheres, seja através dos discursos científicos que construíram uma maternidade ideal ou da arte e mídia que sexualizam seu corpo, definições sempre realizadas pelo “outro” – o homem. (STREY, 2004:26).

Assim, se esse poder normativo atua na produção e difusão de saberes, é importante entender o que é considerado um *saber* para o autor. Foucault compreende que esse saber nunca é absoluto, e sempre relativo. Ou seja, os significados gerados pelo saber estão sempre em disputa e constituem o próprio meio de construção das relações de dominação e subordinação. (FOUCAULT, 1991:174). Para entender como esse saber se estrutura, é importante nos debruçarmos sobre suas concepções acerca do *discurso*, e também sobre a teoria que reflete sobre como analisá-los, visto que “o discurso [é entendido] como prática que provém da formação dos saberes”. (FOUCAULT, 2008).

A partir da teoria de Foucault, o discurso deixa de ser analisado na esfera linguística apenas, e passa a ser entendido como elemento gerador de poder. Ou seja, o discurso é um espaço no qual saber e poder se articulam, pois ao se veicular um saber institucional ele se passa por verdadeiro, agindo com ação e reação, como um jogo de luta e de dominação. Nesse sentido, como o discurso é considerado como *dispersão*, o papel da análise “seria identificar estabelecimento de regras que rejam sua formação” identificando alguma regularidade dentre a dispersão discursiva. Outra perspectiva relevante da análise foucaultiana é que nela, o discurso sempre se liga a uma *posição de sujeito*. (BRANDÃO, 2008). Para compreender as regras que compõem a constituição dos discursos e dos saberes que esses constroem e transmitem, o autor, em “A Arqueologia do Saber”, introduz a necessidade de analisar os diferentes elementos que constituem e regulam o discurso para além do seu conteúdo. (FOUCAULT, 2008).

O primeiro conceito importante é a unidade discursiva *enunciado*, que permite preservar a singularidade de seu acontecimento, mas também as dinâmicas de repetição, transformação ou reativação. (FOUCAULT, 2008:32). Essa dinâmica dos objetos discursivos é constituída pelas *superfícies de emergência* (como a família, um grupo social, uma situação de trabalho, etc.), as *instâncias de delimitação* (aquelas com autoridade para delimitar, designar, nomear e definir os limites do objeto) e as *grades de especificação* (os sistemas que separam, classificam e agrupam). (FOUCAULT, 2008:47). Esses elementos participam do trabalho de normatização dos enunciados, lapidando esses até que constituam de fato discursos.

O passo seguinte na análise dos discursos proposta pelo autor seria compreender que encadeamento é construído entre os enunciados, e também por que ele ocorreu dessa maneira. Para compreender essas questões, ele levanta uma série de elementos que devem ser levados em conta – quem está produzindo o discurso? E quais competências ou *status* que esse indivíduo possui? De qual lugar institucional esse indivíduo está falando? Qual posição esse sujeito ocupa? (FOUCAULT, 2008:59).

Em seguida, o autor ressalta a importância de analisar “a organização do campo de enunciados em que [os conceitos] aparecem e circulam”. Essas formas de organização compreendem formas de sucessão e as diferentes disposições e correlações possíveis dos enunciados, as formas de coexistência e os procedimentos de intervenção nos enunciados, como transcrição, tradução, transferência e sistematização. Esses elementos compõem um sistema de formação de conceitos que está mais preocupado com identificar as regularidades discursivas, que com o progresso das ideias contidas nesses conceitos. (FOUCAULT, 2008:70).

As organizações desses objetos, conceitos e modalidades enunciativas dão origem a temas ou teorias, que Foucault compreende como *estratégias*. Ele considera importante identificar *pontos de difração* dessas, que ocorrem quando dois objetos (conceitos ou modalidades enunciativas) possuem condições de emergência similares e tentam ocupar o mesmo espaço discursivo. Em um segundo momento, para analisar qual dessas possibilidades concorrentes passa a compor efetivamente o discurso o autor indica a necessidade de utilizar a *economia da constelação discursiva*, examinando os princípios de exclusão e de escolha. (FOUCAULT, 2008:72).

Finalmente, essa dinâmica só é possível graças a um *campo de práticas não discursivas*, instância que compreende os processos de apropriação dos discursos (pois o autor identifica que, em muitas sociedades, grupos determinados possuem a propriedade sobre o discurso, seja o próprio direito à fala, ou modos de regulamentação). (FOUCAULT, 2008:76).

O autor ressalta que não é possível compreender os enunciados de forma isolada do campo em que ocorrem, pois dependem do próprio campo para existir. Essas descrições do enunciado são importantes, pois o autor prossegue definindo a função discursiva como “o sistema enunciativo geral que governa um grupo de performances verbais” estabelecendo uma relação constitutiva entre enunciado e discurso. Assim, os quatro aspectos mencionados (formação de objetos, formação do sujeito e posição,

formação de conceitos e formação de estratégias) compõem as diferentes formas nas quais a função enunciativa opera no discurso. (FOUCAULT, 2008:121).

Essa análise enunciativa leva em conta três efeitos importantes: *raridade*, ou seja, a singularidade das situações que permitiram a pronúncia daquele enunciado específico; a *exterioridade*, ou seja, a necessidade de compreender os enunciados em sua pura dispersão e não atrelados à subjetividade de quem o pronuncia; e a *recorrência*, que compreende os elementos antecedentes a sua posição. (FOUCAULT, 2008:136).

A definição desses elementos de sua teoria são importantes, pois introduz a estrutura metodológica do autor utilizada para analisar o discurso como objeto de estudo. Assim, se colocam como instrumentos fundamentais para pensar questões como: Como um saber se consolida? Que forças estão presentes nesse processo? Partindo do pressuposto que esse saber faz parte da construção e internalização das relações de poder, esses conceitos poderão dar luz a como as relações e violências de gênero aparecem em determinados discursos e como constituem as relações sociais que serão analisadas. Para além disso, os elementos metodológicos também são importantes por que nos ensinam a indagar sobre o aparecimento de determinadas disputas discursivas. Isso por que os objetos de discurso são históricos e socialmente determinados. No contexto da pesquisa, podemos indagar, por que o feminismo ganha espaço no Brasil recentemente? E por que as denúncias de violência universitária começam a emergir nesse momento?

Para esse contexto, entretanto, é necessário realizar algumas ressalvas. A primeira delas é que em seus escritos, e mesmo nos volumes de “A História da Sexualidade”, Foucault nunca abordou o gênero como um elemento de poder. Entretanto, sua teoria foi fundamental para o desenvolvimento de muitas das teorias de gênero, visto que muitas autoras utilizaram suas chaves conceituais. A principal crítica nesse sentido aos princípios desenvolvidos por Foucault diz respeito à sua definição difusa de poder, que para algumas correntes feministas impede a distinção entre dominados e dominantes, não estando alinhada à ideia de assimetria de relações de poder, que fundamenta o próprio feminismo. Entretanto, essa crítica é restrita a algumas correntes que utilizam o conceito de gênero, especialmente as marxistas, mas para as autoras de teorias feministas pós-modernas, muitas vezes o próprio conceito utilizado já é de um poder difuso. Assim, é possível utilizar a bibliografia de gênero que segue

semperder em coerência , pois mesmo Heleith Saffioti, que parte de uma corrente marxista, utiliza a definição de poder de Foucault em sua teoria.

2.2 Poder Simbólico e Violência Simbólica

Para o contexto da pesquisa, outra referência importante são os pressupostos teóricos desenvolvidos por Bourdieu. A relevância desses se deve principalmente à forma como ele realiza sua análise do poder, pensando-o em suas *relações* e instrumentos de dominação, analisando e esmiuçando suas estruturas a partir das informações que podemos considerar mais cotidianas e triviais. Assim, se torna uma referência singular para o exercício de tirar o véu de situações de violência simbólica que, como sociedade, não reconhecemos. Para uma abordagem feminista, os pressupostos teóricos do autor se tornam um instrumento poderoso de análise visto que a violência simbólica de gênero é uma construção social e histórica incrustada nas nossas práticas cotidianas, e diagnosticá-la enquanto tal é um primeiro passo para sua desconstrução. Entretanto, assim como no caso das teorias de Foucault, será importante fazer algumas considerações para a utilização de sua teoria nesse contexto, utilizando para isso também outras autoras que realizaram releituras ou apropriações críticas de seus conceitos.

O conceito de *poder simbólico* de Bourdieu (2002) parte da compreensão do universo simbólico como elemento de integração social. Desde Durkheim, a sociologia compreende as formas de classificação e comunicação não mais como absolutas, neutras ou universais e sim como socialmente determinadas. Para Bourdieu, o poder simbólico, no ato de criar a enunciação – de denominar, nomear e de criação de taxonomias ou categorias – o faz trazendo visibilidade e reconhecimento, ou seja, legitimando uma determinada visão de mundo, por sua vez se constituindo como um poder de dominação sobre os próprios significados que circulam nesses símbolos. (BOURDIEU, 2010:14). Isso só é possível na medida em que o poder simbólico já é considerado legítimo, devido à concentração de capital social reconhecido, e assim pode atuar propriamente dito como poder e exercer dominação. Assim, os símbolos como instrumentos de conhecimento constroem consensos sociais em torno de determinados sentidos que, por fim, reproduzem a ordem social; ou seja, “integração <<lógica>> é a condição da integração <<moral>>”. (BOURDIEU, 2010:10).

Isso se deve ao fato que esse poder simbólico não se restringe aos próprios sistemas simbólicos, se definindo em meio a (e por meio de) relações sociais de poder entre dominantes e dominados nas quais produz e reproduz (re)conhecimentos. (BOURDIEU, 2010:14). Essa reprodução por sua vez está alinhada aos interesses daqueles que assumem posição privilegiada no exercício do poder, criando uma “integração fictícia” dos dominados em seu meio, de modo a legitimar distinções e dominações. Em sua análise de distinções e desigualdades entre classes sociais, a autor aponta que isso se deve ao fato de que a cultura que integra essa sociedade é também a cultura que aprofunda essas distinções, pois obriga as demais culturas a se definirem a partir de sua referência – dominante. (BOURDIEU, 2010:10).

É nesse processo de dominação que se dá o que Bourdieu conceitua como *violência simbólica*, justamente a aplicação de categorias de comunicação e conhecimento que cumprem uma função política de “imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre outra”¹, fortalecendo seu próprio poder social (dominante) trabalhando a consciência dos dominados. (BOURDIEU, 2010:11). Assim, para Bourdieu, a violência simbólica é a manifestação do poder simbólico, que conquista sua legitimidade a partir do reconhecimento social do capital simbólico acumulado pelo agente com posição social privilegiada. Para Bourdieu, a questão da legitimidade desses símbolos e categorias aparece como central, pois entende que as palavras por si só não possuem poder de “manter ordem ou de fazer subverter” e que somente a partir do momento em que a sociedade passa a crer nessas é que esse poder se estabelece.

Assim, a violência simbólica é justamente aquela cuja legitimidade é automaticamente aceita, isso porque ela se dá em um espaço de dominação que socializa os indivíduos para que a própria dominação seja irreconhecível. Esse processo é o mecanismo no qual se passa a “(...) impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais. (BOURDIEU, 2010:61).

¹ Ainda que nessa passagem Bourdieu esteja se referindo a classe, podemos utilizar essa chave conceitual para a compreensão da relação de dominantes e dominados nas relações de gênero.

Essa naturalização da violência ocorre através da transformação das relações sociais de força em irreconhecíveis, através da transformação das próprias leis que regem os capitais materiais e sociais em capital simbólico, permitindo que a violência dessas relações de força (contidas na dinâmica desses capitais) seja ignorada e não reconhecida, e assim a violência simbólica torna-se “capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia”. (BOURDIEU, 2010:61).

Esse processo é também a própria construção do *habitus*, que consiste na naturalização de posições sociais desiguais, que, a partir do acúmulo geral das características adquiridas na vivência prática de respectiva posição social, age como uma segunda natureza na caracterização do indivíduo. Segundo o autor, o *habitus* constitui um “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. (BOURDIEU, 2003:191).

Bourdieu entende que essas relações se dão em um determinado espaço social que denomina como *campo*, no qual os agentes ocupam diferentes posições que se constituem sempre em relação às outras. Assim, seus ocupantes adquirem força ou capital social para participar, dentro desse campo, de disputas pelo monopólio de poder (e assim e pela própria definição de sua forma legítima). (BOURDIEU, 2010:28). Essas relações extrapolam o âmbito de interesses individuais, e mesmo de interações diretas entre os agentes e constituem um conjunto de forças que se impõe a todos que adentram – geralmente sem saber que adentram – aquele determinado campo. (BOURDIEU, 2010:134).

Essas posições sociais dependem não só das representações que esses agentes possuem, mas também do quanto contribuem para a construção de determinada visão de mundo – e assim para a construção concreta do mundo e de sua identidade social nesse. (BOURDIEU, 2010:139). Nesse sentido, a dominação social está intimamente atrelada à dominação simbólica, visto que o grupo dominado “não vê de onde lhes poderiam vir os instrumentos de produção simbólica que necessitam para exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social”. (BOURDIEU, 2010:152).

Esse conceito de dominação simbólica é particularmente útil para os estudos de gênero, pois ele se debruça sobre questões práticas específicas, vistas como desimportantes e banais. Bourdieu se recusa a considerar fenômenos como tendo maior

ou menor importância, desenvolvendo teorias sociológicas a partir dos fatos sociais considerados como triviais. (MOI, 1991) Sendo assim, as mais discretas – e nem por isso menos importantes, efetivas ou incisivas - nuances das opressões cotidianas podem ser explicadas por seus conceitos. Para entender a aplicação específica de seus conceitos no campo social de gênero, traremos alguns apontamentos que ele mesmo faz em “A Dominação Masculina” (2014).

Nesse trabalho, através da utilização da sua compreensão de que, em um campo social, passa a ser possível reconhecer o poder “por toda parte” mesmo que historicamente esse tenha sido ofuscado ou naturalizado. (BOURDIEU, 2010:7). Quando o tema é violência de gênero, isso é particularmente evidente, pois o próprio reconhecimento de sua existência (e desse como um problema social) é relativamente recente historicamente. Entretanto, enquanto muito se estuda sobre os aspectos físicos e mais concretos dessa violência, também é necessário adentrar seu aspecto simbólico – ou seja “é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido” (BOURDIEU, 2010:7).

A própria socióloga Joan Scott (1998:40) defende que colocar em destaque a violência simbólica não significa minimizar ou esquecer suas outras faces, em que as mulheres são espancadas violentadas ou exploradas, e também não significa uma justificativa ou uma “desculpa” para homens que cometem essas violências. Nesse sentido, defendemos aqui que a compreensão violência simbólica deve ser aprofundada justamente porque pode ser entendida como aquela que fundamenta as outras faces mais visíveis da violência de gênero.

A compreensão de Bourdieu acerca da dominação masculina (2014) é de que a relação entre homens e mulheres se constitui através de mecanismos de diferenciação assimétrica e hierárquica, que se dá fundamentalmente na instituição da posição social da mulher como objeto/instrumento. Ao seu ver, a diferença biológica entre os corpos e anatômica entre os órgãos sexuais serviram como justificativa da diferença socialmente construída. (BOURDIEU, 2014:24). Um exemplo importante de como essa dominação se dá é a suposta neutralidade das palavras masculinas na linguagem, que não requer justificativa, simplesmente é. (BOURDIEU, 2007:22).

Essa dominação permeia uma variedade de aspectos da nossa sociedade: desde a divisão sexual do trabalho; a participação desprivilegiada da mulher no debate público através da “redução de suas reivindicações a caprichos” (BOURDIEU, 2007:87); a

socialização voltada para a diminuição da mulher; a oposição entre corpo feminino passivo e agido, e o corpo masculino ativo e agente (BOURDIEU, 2007:96); e necessidade de investimento no trabalho de apresentação como objeto estético (BOURDIEU, 2007:138).

Ao seu ver, o trabalho de socialização dessa distinção de gênero não se restringe a uma operação em torno de performances ou representações dos corpos, mas realiza um trabalho da própria construção desses corpos a partir de uma definição dos usos legítimos desses – masculinos e femininos respectivamente – o que ocorre, por exemplo, nas práticas sexuais. (BOURDIEU, 2014:40).

Para entender como essa dominação permeia as práticas femininas, Bourdieu traz alguns exemplos a partir de suas leituras de Nancy Henley (1978), que analisa justamente a estrutura de poder dos corpos da perspectiva de gênero. Assim, ele enumera uma série de estruturas invisíveis que constroem um cerco de confinamento do corpo feminino. Desde comportamentos como sorrir, baixar os olhos, aceitar interrupções em sua fala, etc., até a própria forma como essas ocupam o espaço através de seu caminhar ou de posições corporais (BOURDIEU, 2014:47). O autor chama atenção também para vestimentas que restringem a movimentação física das mulheres, seja através dos sapatos de salto alto, de bolsas que “ocupam permanentemente suas mãos”, das saias que limitam posicionamentos das pernas, formas de sentar, um constante ajeitar a puxando para baixo (de saias mais curtas) e o que ele coloca como a realização de “verdadeiras acrobacias para apanhar no chão um objeto mantendo as pernas fechadas”. (BOURDIEU, 2014:48).

Um ponto importante da análise bourdieusiana sobre a questão de gênero é sobre a *posição* das mulheres nessa relação de dominação. Nesse sentido, ele coloca que “as próprias mulheres incorporam um preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas”. (BOURDIEU, 2007, p. 62). Essa afirmação trata da socialização das mulheres nesse contexto de naturalização da dominação masculina, e traz uma importante compreensão do papel dessas na reprodução desse. Entretanto, ele prossegue, afirmando que “as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito”. (BOURDIEU, 2007, p. 62).

Aqui, não se trata de uma colaboração ou de um comportamento conivente, mas sim de um momento anterior em que as próprias categorias das mulheres para a compreensão do mundo já estão moldadas pela dominação masculina, isto é, da

construção social do habitus. Ou seja, para Bourdieu, em geral, a própria mulher não vê as violências simbólicas que lhe são proferidas como violência. Se é importante a compreensão da posição da mulher que Bourdieu descreve, também é importante realizar uma ressalva à sua determinação de que nesse contexto as mulheres estão fadadas a confirmar sua dominação: a possibilidade de mudança, ao nosso ver, está justamente na possibilidade de desconstrução das próprias categorias, tornando visível o poder simbólico. Esse processo de ruptura, que é inconcebível na sua estrutura teórica irá depender tanto das condições materiais da dominação quanto das rupturas nas representações vigentes das mulheres. Sobre essa consideração de Bourdieu, Heleieth Saffioti reforça:

É exclusivamente neste contexto (no qual o dominado dispõe de conhecimento que ambos têm em comum e que são a forma incorporada da relação de dominação), que se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero. Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. (SAFFIOTI, 2001:116).

Essa lógica é presente hoje nos discursos dos movimentos feministas, que entendem que as mulheres não são machistas, mas sim reprodutoras de machismo, pois o machismo seria um sistema de dominação patriarcal operado pelos homens. Assim, enquanto compreendemos que o próprio poder de dominação só é possível enquanto os dominados operam a partir das categorias dominantes, entendemos também que as mulheres possuem um papel crucial na subversão dessa dominação a partir da tomada de consciência dessa violência simbólica – visão que se opõe à concepção de Bourdieu de que as mulheres não podem senão perpetuá-la.

2.3 Gênero Como Categoria Analítica

Para compreender mais especificamente como o poder e a dominação simbólica se perpetuam entre homens e mulheres será necessário aprofundar um aspecto que foi transformador para a expansão do debate sobre violência contra a mulher no Brasil e no mundo: a introdução do conceito de gênero. Existe hoje uma diversidade de compreensões de seu significado, que permeou de forma inter e multidisciplinar a compreensão das relações de poder entre homens e mulheres, como uma categoria de análise histórica.

Para compreender seu significado partiremos da definição de Joan Scott (1968, 1998) considerada clássica e utilizada como fundamento para discussões posteriores inclusive de diversas feministas brasileiras, valiosa teoricamente para a pesquisa também pela importância atribuída ao aspecto simbólico e discursivo do gênero (portanto, conversando com conceitos de Bourdieu e Foucault). Em um segundo momento, utilizaremos a abordagem de Judith Butler para levantar questões mais recentes que tem surgido quanto à utilização do termo, com algumas ressalvas e problematizações que acabam por ressignificar o próprio termo.

Uma questão importante para entendermos a questão de gênero da forma como essa foi trabalhada historicamente diz respeito à própria marginalização das teorias feministas no campo acadêmico. Não só no sentido do pouco espaço que as mulheres ocupavam nesse meio, ou da discriminação do próprio tema dentre outras questões sociais, mas da construção do feminismo (e da feminista) contemporâneo(a) como mais empenhado(a) na crítica de gênero que na crítica cultural em geral. (BORDO, 1999).

Para entender essa questão, Susan Bordo (1999) traz alguns exemplos que podem elucidar esse processo. Dentre eles, a concepção de *corpo* como uma construção social que se dissemina no século XX, enquanto deve muito ao feminismo (não só acadêmico, mas como aos movimentos militantes dos anos 60/70 através de práticas de subversão e desconstrução de práticas normalizadoras) compreende Foucault como pai da “política do corpo”. (BORDO, 1999).

Aqui, não se trata simplesmente de uma questão de visibilidade, mas de uma compreensão restrita dos discursos femininos. O trabalho de Dworkin, em que ela descreve processos os padrões de beleza e de feminilidade como constituintes da relação que o indivíduo terá com o corpo, por exemplo, foi visto como tendo implicações para as mulheres e para a “peculiaridade” da dominação do corpo feminino. (BORDO, 1999:15).

Entretanto, quando Foucault aborda a disciplinarização do corpo no treinamento de um soldado, o argumento é visto como um discurso neutro quanto ao gênero, além de amplamente aplicável. (BORDO, 1999:15). Assim, o corpo masculino é entendido como o próprio corpo universal, enquanto o corpo feminino é somente marcado por suas diferenças. E assim, compreende-se que a teoria de Foucault é sobre a relação do indivíduo (ser humano qualquer) com o corpo, enquanto a de Dworkin é sobre a especificidade da diferenciação do corpo feminino.

Essa construção dos estudos de gênero como um conhecimento restrito ao outro (ou melhor, à outra) também se deve ao fato de que o feminismo contribuiu historicamente para uma desconstrução do conhecimento como verdade, e da imposição de certas noções como representativas da totalidade da experiência humana. Isso por que ele traz à tona as contradições de falas universalizantes sobre o ser humano em geral, que não reconhecem, em suas generalizações, que existem posições distintas nas relações de poder².

Entretanto, durante esse processo de desconstrução histórica e de reconhecimento de que o próprio conhecimento é marcado por posições sociais, o feminismo foi novamente compreendido de forma restrita. Isso por que ao invés de compreender o feminismo como teoria protagonista na concepção pós-moderna de sujeito, fragmentado e relacional, ele é visto como movimento que representa a voz “da outra” e que trabalha a questão de minorias e de inclusão de sujeitos marginalizados. (BORDO, 1999:15).

Quando a posição de fala é da mulher, ouve-se sempre primeiro como uma questão de representatividade e de uma questão que se restringe a questões da identidade feminina, mas não compreendendo a teoria de gênero como uma chave teórica que trabalha a construção social do indivíduo, dos discursos e dos corpos como uma relação de poder estrutural. Assim, a crítica cultural desenvolvida pelas mulheres não pode mais ser vista como uma simples defesa dos direitos do outro marginalizado (que também realiza), ou como uma aplicação específica de fundamentos desenvolvidos por autores masculinos. Os estudos de gênero continuam e expandem a construção desses próprios fundamentos em suas teorias, e é nessa perspectiva que trabalharemos as referências que seguem.

² O exemplo talvez mais irônico e cruel desse processo se passa no momento, em 1789 de lançamento da conclamada Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão com os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade – que introduz a noção de direitos humanos e funda os ideais da sociedade ocidental democrática. Entretanto, o documento não garantia a igualdade de direitos para mulheres nem para outros setores da sociedade, como os escravos. As mulheres francesas reagiram a essa exclusão e Olympe de Gouges manifestou-se publicamente a favor do reconhecimento dos direitos para as mulheres como cidadãs e para a “totalidade dos seres humanos” – e foi condenada a morte sendo guilhotinada em 3 de novembro de 1793, por “esquecer as virtudes de seu sexo e se imiscuir nos assuntos da república”. (TELES e MELO, 2012:33). Assim, até hoje a declaração é compreendida como um marco histórico para a democracia e a conquista de direitos, enquanto os aspectos excludentes e violentos desse momento foram tornados invisíveis pelo discurso dominante.

2.4 Gênero: A Construção Social Da Diferença Entre Os Sexos

O conceito de gênero mais aplicado ao debate sobre violência no Brasil é o formulado por Scott (1988). Por sua afinidade com as questões simbólicas, consideramos este o mais adequado para contemplar as questões desta pesquisa. Para Scott, gênero é um elemento que constitui as relações sociais a partir da construção de diferenças entre sexos. Assim, essa é uma categoria que não se refere às diferenças biológicas ou físicas, mas ao saber³ que estabelece sentido a essas diferenças – e assim também as constrói. Logo, esse saber é sempre relacional e seu significado é produto de uma constante disputa política, mas também o próprio instrumento de construção de relações de dominação e subordinação. (SCOTT, 1988:36).

Scott compreende gênero como um discurso de diferença dos sexos – para além de ideias, aqui ela se refere a instituições, estruturas sociais, práticas cotidianas e ao todo que constitui relações sociais. Compreendendo o discurso como algo indissociável da organização social, “Segue-se então que gênero é a organização social da diferença sexual” (SCOTT, 1998:15). Outro aspecto que constitui seu conceito de gênero é a compreensão desse como um elemento primário na significação das relações de poder, que, ainda que não represente o único campo no qual o poder se articula, é considerado fundamental por estar presente em uma diversidade de culturas pelo mundo e possui uma historicidade dentre essas.

Assim, gênero, a seu ver, abarca quatro diferentes elementos que são intimamente relacionados. Primeiro, há os símbolos culturais disponibilizados pela sociedade que expressam diversas representações das identidades sexuais. Segundo, existem conceitos desses símbolos presentes na religião, educação, ciência e definições jurídicas, que restringem suas possibilidades de manifestação a partir da oposição binária de masculinidade e feminilidade. Assim, essas definições realizam um trabalho de normatização, que seria a repressão de alternativas e a construção da posição dominante como a única possível – escrevendo a história como se esses papéis de gênero fossem produtos de um consenso social, e não de conflitos. Para Scott, o trabalho necessário é o de desconstrução dessa oposição: “We need a refusal of the fixed and permanent quality of the binary opposition, a genuine historicization and

³ Aqui a autora utiliza o conceito de “saber” de Foucault.

deconstruction of the terms of sexual difference.”⁴ (SCOTT, 1986:1065). Ela entende que o feminismo vem realizando essa desconstrução historicamente, visto que a própria história do movimento é uma história de refuta dessa construção hierárquica entre masculino e feminino, e que gênero é uma categoria analítica importante para a teorização dessas práticas. (SCOTT, 1986:1066).

Em terceiro lugar, é importante reforçar que as forças de gênero precisam ser compreendidas para além do contexto doméstico e da família, visto que os símbolos e suas restrições estão também presentes no espaço público. Esse ponto é importante para o reconhecimento da desigualdade de gênero para além do espaço doméstico e de divisão de trabalho de reprodução, ampliando o campo de dominação desse elemento para a sociedade como um todo, que opera suas estruturas de dominação próprias na economia e política. O último elemento que Scott considera importante é a construção de identidades subjetivas a partir do acúmulo de experiências assimiladas inconscientemente, reforçando o papel da psicologia na compreensão da construção desse fenômeno social. Ela ressalta ainda, que esses aspectos compõem diversas faces desse conceito, sendo um o reflexo do outro e vice-versa. (SCOTT, 1986:1069).

Assim sendo, a escolha do termo “violência de gênero” e não de “violência contra a mulher” vem numa perspectiva de ampliação da compreensão da situação de violência e da desigualdade da mulher, na qual o foco são discursos e as práticas que constroem e perpetuam essas relações de poder numa esfera constituída pela interação entre ambos os sexos.

O conceito de gênero ganha espaço dentre as acadêmicas e na prática militante feminista e LGBT, constituindo-se como uma chave para pesquisa multidisciplinar e transformando a própria noção de identidade. Entretanto, mais recentemente, o próprio conceito tem sido desenvolvido e criticado, transformando-se e entrando ele mesmo em um campo de disputa em torno de seu significado. Sendo assim, para sua utilização de forma qualificada é necessário trazer algumas restrições e problemáticas de sua aplicação.

A problematização de Butler (2015) é quanto à oposição vigente nas teorias feministas entre sexo como algo biológico e gênero como uma construção social. A seu ver, o próprio sexo é uma categoria social e culturalmente construída e gênero seria uma

⁴ “Precisamos de uma recusa das qualidades fixas e permanentes da oposição binária, de uma genuína historicização e desconstrução dos termos da diferença sexual”.

categoria performativamente construída. Para além disso, ela trabalha também a questão da sexualidade, analisando a imposição de uma heteronormatividade e o surgimento da manifestação de uma multiplicidade de sexualidades na contemporaneidade.

Em “Problemas de Gênero” a autora critica a forma como o conceito de gênero tem sido utilizada, pois argumenta que na sua definição como culturalmente construído, existe um determinismo, no entendimento do corpo como um ente passivo sobre o qual se inscrevem os significados culturais e sociais. (BUTLER, 2015:29). Assim, se o conceito recusa um determinismo biológico ele o substitui por um determinismo cultural, pois passa a ser governado pelas leis da cultura que o constrói.

Entretanto, para Butler, o próprio corpo, ao invés de ser um mero receptor, é também uma construção: um espaço político de disputa das fronteiras de significado. Isso por que, para a autora, o corpo não possui uma existência prévia à marca de seu gênero – só existe nas marcas de gênero e por meio delas. Assim, ela defende uma nova concepção de corpo “não mais como um meio ou instrumento passivo à espera da capacidade vivificadora de uma vontade caracteristicamente imaterial” – criticando a noção fenomenológica que vê o corpo como uma forma de encarnação e instituindo um binarismo entre a imaterialidade da cultura e a materialidade do corpo. (BUTLER, 2015:260).

Sua definição do conceito compreende:

Gênero como estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2015:69).

A autora caminha então para duas proposições: a compreensão da sexualidade como uma “significação *performativamente* ordenada” que portanto não “é” pura e simplesmente (não é uma verdade que constitui identidades); e a compreensão do próprio gênero justamente como um espaço de mobilização capaz de desbancar as categorias normalizadoras, ou seja, que permite libertar a proliferação de significados de gênero subversivos. (BUTLER, 2015:70)

Sua principal crítica à forma como é utilizado o conceito de gênero se deve ao fato de que esse passa de categoria analítica a marcador de identidade. Ou seja, passa a ser uma categoria a ser marcada em formulários, uma pergunta “Qual é seu gênero?”, dando origem a um espectro de categorias identitárias. Ao assumir essa função, o termo gênero passa a ser também normalizador por que as fronteiras analíticas se tornam as

sugestões dos limites da própria experiência – ou seja, a linguagem é coercitiva por definir o próprio domínio possível do gênero. (BUTLER, 2015:31). Nesse sentido, entende-se que a liberdade e a expansão do gênero e da sexualidade dependem do próprio discurso que constitui o significado desses, colocando as próprias possibilidades culturais que podem ou não podem ser mobilizadas através dessas categorias. Ou seja, “os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura”. (BUTLER, 2015:30).

Assim a autora coloca como reflexão necessária: em que medida a categoria seria reguladora e normativa da constituição de identidades ao invés de descritiva da experiência? (BUTLER, 2015:43). Nesse sentido, utilizaremos como pressuposto teórico o conceito de gênero de Scott, que foi utilizado como pilar para o desenvolvimento do campo no Brasil, mas sempre mantendo em vista a problematização dessa categoria realizada por Butler.

2.5 A Necessidade de Vincular Gênero ao Patriarcado: Violência de Gênero Direcionada à Mulher

Quando o termo gênero adentra a academia brasileira – processo descrito mais detalhadamente por Margareth Rago (1998) – ele é primeiramente apropriado pelas diversas sociólogas que estudavam a mulher (especialmente sua discriminação) e articulado com as diversas teorias que essas usavam como fundamento, seja da perspectiva marxista, foucaultiana ou freudiana. A utilização do conceito significou, para a autora, maior espaço das pesquisas feministas na academia brasileira, pois o termo despertava interesse no tema pela legitimidade internacional que carregava, o que coincidiu com um momento (anos 90) em que havia uma maior presença feminina academia.

Para a compreensão de como a perspectiva de gênero será utilizada nessa pesquisa é fundamental nos debruçarmos sobre os trabalhos de Heleieth Saffioti (2015), socióloga brasileira, que articulam esse conceito com outros conceitos fundamentais: patriarcado, e a própria violência. Saffioti entende gênero como uma categoria histórica, e ressalta a diversidade de compreensão e aplicação dos conceitos:

[...] como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretações e significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não só apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e mulher-mulher (Saffioti, 1992, 1997b; Saffioti e Almeida, 1995). Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a constrictão social do masculino e feminino. (SAFFIOTI, 2015:46).

Para Saffioti, uma preocupação na utilização do conceito é de que esse pode ser compreendido como neutro, pois não está por si só atrelado a uma relação de poder ou à desigualdade. Assim, ele deixa abertas as posições a serem ocupadas de dominação e submissão. Assim, a autora faz questão de ressaltar que as normas modeladoras dos homens e mulheres são permeadas por uma desigualdade social que compõe a tradição cultural e as estruturas de poder que faz com que a violência de gênero, majoritariamente, “caminhe na direção do homem contra a mulher”. (SAFFIOTI, 2001:48). Assim, se a autora compreende a violência de gênero como algo passível de abranger ambos os sexos, a grande diferença é as mulheres como grupo social não possuem um projeto de dominação-exploração sobre os homens. (SAFFIOTI, 2001).

Essa relação específica de gênero é descrita pelo conceito de patriarcado, um sistema fundamentado em um círculo vicioso de controle e medo. Na dominação patriarcal, a partir da perspectiva feminista e marxista da autora, a mulher é um sujeito social autônomo, mas que foi historicamente vitimada pelo controle social masculino. (SAFFIOTI, 2015:113). Ainda, Saffioti entende o patriarcado como um sistema que articula a dominação no campo político, ideológico e simbólico, mas também a exploração econômica, e ressalta que esse é um único processo que ocorre com essas duas dimensões se complementando. Outro aspecto fundamental de sua teoria é de que a dominação masculina é vista como vinculada aos sistemas capitalista e racista. Aqui é importante trazer o conceito de interseccionalidade, cunhado nos anos 1980 por feministas negras, que trata da interação entre relações de poder nas categorias classe, gênero e raça.

Para a pesquisa, a partir desse embasamento teórico utilizaremos a concepção de que o conceito de gênero, no contexto específico a ser analisado, deverá vir articulado com o conceito de patriarcado – permitindo compreender a violência de gênero como

algo que afeta política, social, econômica e psicologicamente majoritariamente as mulheres. Nesse sentido, a definição mais comumente utilizada da violência de gênero é “aquela que incide, abrange e acontece sobre/com as pessoas em função do gênero ao qual pertencem” (STREY, 2004:15). Entretanto, sua definição também chama atenção para o fato que a partir de estudos estatísticos existentes fica evidente que grande parte dessa violência é cometida sobre as mulheres pelos homens com consequências mais graves para as mulheres – uma em quatro mulheres afirma ter sofrido abuso sexual por um companheiro íntimo. (STREY, 2004:16).

3. O Contexto Brasileiro: A Violência de Gênero Histórica e Mobilizações Feministas Recentes

3.1 Panorama da Violência de Gênero no Brasil, Políticas Públicas e Percepções

A violência de gênero não é um problema recente, e seu próprio reconhecimento na sociedade vem se expandindo apesar de ter sido silenciado historicamente. Somente nas últimas décadas passou a ser reconhecida internacionalmente e por diversos Estados como uma violação de direitos humanos e também como questão de saúde pública – e, portanto, de responsabilidade pública dos governos e organizações internacionais em sua prevenção, punição e erradicação. (DECLARAÇÃO DE ANTIGUA, 2003).

Para entender como esse processo de reconhecimento e de aplicação de políticas públicas ocorreu, é importante entender que no contexto brasileiro a mulher mais sofre na mão de seus parceiros⁵, que são responsáveis por mais de 80% das agressões (Fundação Perseu Abramo/SESC, 2010). A gravidade da violência física contra a mulher no país foi denunciada e reconhecida como problema emergencial - entre 1996 a 2010 foram contabilizados 4,4 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o Brasil no 7º lugar no ranking de países nesse tipo de crime. (INSTITUTO SANGARI, 2012).⁶

Nesse contexto, devido a pressões internacionais e ao movimento organizado de mulheres, proteções jurídicas avançaram na garantia do direito da mulher a não sofrer violência, ainda que com dificuldades de implementação devido ao machismo nas próprias instituições públicas⁷. A conquista de um instrumento jurídico transforma a sociedade, criando novas possibilidades para as mulheres em situação de violência⁸: A partir da coalizão de forças dos movimentos sociais e de organismos internacionais, e em um contexto de estatísticas de assassinato de mulheres alarmantes, surge a Lei Maria da Penha (Lei 11.340) - primeira legislação específica a abordar a questão do âmbito nacional.

⁵ O parceiro é o responsável por mais 80% das agressões segundo pesquisa “Módulo de Violência da Pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado”

⁶ Entre 1996 a 2010 foram contabilizados 4,4 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o Brasil no 7º lugar no ranking de países nesse tipo de crime. (Mapa da Violência 2012 – Homicídio de Mulheres no Brasil)

⁷ Essa trajetória de conquista de direitos internacional e no Brasil está disponível em (TELES e MELO, 2012: 59-112) e mais especificamente sobre a Lei Maria da Penha 11.340 de 2006 em (PASINATO, 2007).

⁸ 86% das entrevistadas denunciam violências que sofrem e 98% dos entrevistados conheciam a Lei. (Percepção da Sociedade sobre a Violência e o Assassinato de Mulheres. Instituto Patrícia Galvão e Data Popular, agosto de 2013).

As medidas previstas articulam três eixos de intervenção: a punição que prevê inquérito policial, prisão em flagrante delito e a proibição de aplicação de penas alternativas; a proteção da integridade e dos direitos das mulheres através de medidas de urgência e de assistência integral (jurídica, psicológica e social); e as medidas de prevenção e educação em torno da conscientização para coibir a reprodução da discriminação e violência.

Para entender as implicações da Lei Maria da Penha na percepção que a sociedade brasileira, o IPEA incluiu no Sistema de Indicadores e Percepção Social (SIPS) de 2014 uma série de perguntas visando a obter informações sobre a “tolerância social à violência contra a mulher”. Esses dados são importantes, pois trabalhar com a percepção significa trabalhar com os fundamentos culturais que permitem e legitimam as violências previstas na lei. É importante ressaltar que, ainda que a pesquisa seja abrangente, seu foco principal ainda é a questão da violência doméstica.

Um bloco específico de perguntas possuía o objetivo de compreender a percepção da violência contra a mulher como uma questão pública ou privada. A presença de respostas que ainda consideram a questão como algo a ser resolvido no âmbito privado – na própria família ou pelo próprio casal – é relevante (variam entre 63%, 81,9% e 78,7%). Ela é maior com a utilização do dito popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, o que pode significar que os entrevistados não refletiram sobre o significado da afirmação no momento da resposta, mas também pode indicar a permanência desses valores.

Quanto à afirmação “homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia”, há 91,4% de concordância, que pode estar ligado à visibilidade que a própria Lei Maria da Penha adquiriu e às campanhas públicas relacionadas. Entretanto, a pergunta só aborda o tipo de violência mais explícita, a violência física, o que também pode contar a favor do grande número de adesões.

Outra questão que foi investigada pela pesquisa foi quanto à culpabilização das vítimas. 65,1% concordam com a frase “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar” – o que indica a dificuldade de compreensão das relações de poder (financeiras ou emocionais) que mantém a mulher nessas relações. Essa culpabilização também ocorre na compreensão do papel que a mulher exerce nos próprios casos de violência. Ou seja, que essa foi responsável ou provocou a agressão com alguma postura.

Enquanto 30% concordam com a afirmação que “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”; 58,5% concordam que “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. A primeira afirmação, com um grau menor de concordância, utiliza o termo “atacadas”. Já a segunda, com o termo “estupros” possuiu maior grau de concordância, relativamente alto, talvez por se relacionar a ideia que os homens não conseguem controlar suas vontades sexuais. As afirmações estão de acordo com a ideia de que no Brasil existe uma “cultura de estupro”, na qual se tolera esse tipo de violência.

Esses dados são extremamente relevantes para entender como a violência contra a mulher é percebida, mas mais que isso, como se reproduz na sociedade. Assim, é possível perceber uma diferença significativa no grau de aprovação de frases que estão mais ligadas ao conteúdo e linguagem utilizadas na Lei Maria da Penha e nas suas divulgações e de frases que utilizam ditos populares ou que tratam de questões que não são tão objetivas. A continuidade da percepção de que esse tipo de violência é restrito ao espaço privado e de que a mulher tem culpa nas situações de violência chama atenção, mostrando que apesar dos muitos avanços que a nova legislação trouxe, a transformação cultural da sociedade ainda caminha lentamente.

3.2 2015: O Ano da Primavera das Mulheres?

O feminismo invadiu as ruas, as rodas de conversa, mas, principalmente, a vida de muitas mulheres que nunca antes imaginaram que assim se reconheceriam. (APOLINÁRIO, 2015).

Para compreender como a violência de gênero se insere no contexto brasileiro, é importante analisar alguns processos recentes que tem alterado a dinâmica das relações de gênero. O ano de 2015 foi marcado por uma maior presença do feminismo principalmente em manifestações nas redes sociais, mas que certamente transbordou dessas para uma sensibilização e mobilização cerca do tema nas ruas e no cotidiano da sociedade brasileira. 2015 é descrito como “o ano da primavera das mulheres” (BELLO, 2015) e “o ano em que feminismo deixou de ser palavrão no Brasil” (APOLINÁRIO, 2015).

É importante, portanto, realizar uma retrospectiva das principais pautas e mobilizações cerca do tema nesse período, tanto para entender as ressignificações do próprio feminismo, as novas dinâmicas que passam a existir entre as mulheres e para

compreender a questão de violência de gênero nas universidades – pauta que foi extremamente afetada e construída por essa nova dinâmica. Para isso serão elencados os vários momentos e temáticas dessas manifestações a partir de notícias e redes sociais (com destaque para o levantamento do coletivo “Think Olga”⁹). Algumas dessas mobilizações consideradas de maior alcance, especialmente no meio universitário, serão descritas brevemente.

Segundo a notícia publicada pelo coletivo (APOLINÁRIO, 2015), o feminismo nunca esteve tão forte na internet, tendo 252 mil menções nas redes sociais após o tema da redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e o movimento #PrimeiroAssédio, campanha de conscientização sobre assédios. “Assim, entre Janeiro de 2014 e Outubro de 2015 as buscas por feminismo e empoderamento feminino cresceram 86,7% e 354,5%, respectivamente” (APOLINÁRIO, 2015). No gráfico abaixo, é possível visualizar momentos que alavancaram essa pauta:



Fonte: BELLO, Luíse. Uma primavera sem fim. Coletivo Think Olga em parceria com Agência Ideal. 18 de Dezembro de 2015. Disponível em: <<http://thinkolga.com/category/destaque>>. Acesso em: 26/01/2016.

É importante ressaltar que essas mobilizações foram, em muitos casos, em resposta a casos de machismo cotidianos que também se manifestam nas redes virtuais. Os dados chamam atenção não só pela grande repercussão das pautas, mas pela a presença de diversos momentos durante o ano em que o tema foi abordado, noticiado, e compartilhado nas redes, como, por exemplo: a aprovação de nova legislação que inclui

⁹ O coletivo Think Olga é uma ONG que trabalha com o “empoderamento feminino” através da geração de informação, principalmente no meio virtual. Seu objetivo é “aumentar a representatividade da mulher”. A ONG foi responsável pelo lançamento e articulação de diversas campanhas feministas durante o ano. Mais informações em <http://thinkolga.com/>

o feminicídio¹⁰ no código penal, a Marcha das Margaridas¹¹, a campanha “Cunha sai, Pílula fica”¹².

O primeiro momento com maior alcance foi o sucesso que um vídeo no YouTube, “Não tira o batom vermelho”, da *vloguer* Jout Jout, de grande apelo junto ao público jovem, fez nas redes: com mais de 1,6 milhões de visualizações o vídeo passa a ser uma campanha. Nele, ela explica de maneira didática e bem-humorada o que seria um relacionamento abusivo a partir de relatos de diferentes mulheres de um coletivo para o compartilhamento dessas experiências. O canal hoje possui mais de 570 mil inscritos, abordando uma série de temáticas principalmente voltadas à mulher como sexualidade e reações a acontecimentos políticos.

Outra mobilização importante foi a campanha “Vamos Juntas?”, cuja página obteve mais de 250 mil fãs e cuja *hashtag* #vamosjuntas? foi utilizada mais de 46 mil vezes no twitter. Com o lema “Você já andou sozinha pela rua e se sentiu em situação de risco? A menina que está do seu lado também.” (CATRACA LIVRE, 2015a) a campanha lançada pela jornalista Babi Souza pelo Facebook incentiva as mulheres a caminharem juntas em seus trajetos para assim diminuir a sensação e as chances de perigo.

Outro acontecimento fundamental para esse contexto foi o tema de redação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), aplicado em todo o Brasil, que versou sobre “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. No mesmo dia, postagens sobre a prova se posicionaram tanto reconhecendo a importância da redação ter abordado a questão, quanto criticando o tema. A repercussão dessas foi tal que chegou a 106 mil postagens nas redes sociais, entrando no “Trending Topics” do Twitter. (APOLINÁRIO, 2015).

As postagens positivas sobre a prova abordavam as reações, entendendo que com o tema o ENEM filtraria posicionamentos dos alunos mais alinhados aos direitos humanos, com comentários como: “escreve q a culpa é da mulher pq ela usa roupa

¹⁰ Feminicídio significa “o assassinato de mulheres pela condição de serem mulheres” (PORTAL BRASIL, 2015).

¹¹ A maior mobilização de mulheres da América Latina contou com 35 mil segundo a polícia Militar e o dobro disso segundo as organizadoras. A marcha reuniu de trabalhadoras rurais em Brasília e faz homenagem à ex-presidente do Sindicato das Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, Margarida Alves, que foi assassinada há 15 anos (JORNAL NACIONAL, 2015).

¹² Uma reação à aprovação do Projeto de Lei 5069 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, cujo texto retira das mulheres vítimas de violência sexual direitos que obteve mais de 40 mil menções à hashtag #mulheres contra cunha e manifestações em diversas cidades, com 15 mil em São Paulo.

curta, escreve fofo #enemfeminista”. Outras postagens mais críticas à prova levantadas foram: “Já pensou que loco se o assunto da redação do #Enem fosse – Como lavar bem uma louça?” ou utilizando argumentos que comparam dados da violência sofrida por homens e mulheres, e defendem que não teria motivo para haver um foco específico no gênero feminino – e mais, que a abordagem desse tema seria discriminatória.

Ainda no mesmo mês, na série de televisão “MasterChef Júnior” que consiste em uma competição de criações gastronômicas por crianças, uma das meninas, Valentina, de 12 anos, passou a ser alvo de comentários com teor sexual explícito através de postagens no twitter como “Sobre essa Valentina: se tiver consenso ainda é pedofilia?”, “a culpa da pedofilia é dessa molecada gostosa” e “pra valentina entrar no programa teve q fazer uma suruba com o fogaça e jacquian [juízes do seriado]”.

A partir do episódio, o próprio Think Olga lançou uma campanha através da *hashtag* #PrimeiroAssédio em que as mulheres compartilhavam relatos dos primeiros abusos e assédios que sofreram. A campanha “viralizou” imediatamente, sendo citada mais de 2,5 mil vezes no próprio dia em que foi lançada, chegando aos “Trending Topics” do Twitter no Brasil e chegando a 100 mil menções. Muitas mulheres compartilharam suas histórias de casos de assédio e abuso extremamente novas (com a idade média dos relatos de 9,7 anos) e os relatos rompem um silêncio cerca da questão. (APOLINÁRIO, 2015). Para Luíse Bello, que gerencia o conteúdo do coletivo Think Olga, “Falar é mostrar que [*o problema*] existe, é usar nossa voz para mostrar que acontece sim, que incomoda sim, e que nenhuma criança merece passar por isso”. (ANJOS, 2015).

Outra das campanhas que “viralizou” nas redes sociais foi lançada através da *hashtag* #meuamigosecreto, relatando casos de machismo por “amigos” sem identificar o nome dos agressores, mas denunciando os ocorridos, que iam desde discriminações veladas no dia a dia, relacionamentos abusivos, assédios, cantadas, em muitos casos chamando a atenção para a perpetuação dessa cultura mesmo por “amigos” que possuem discursos pró-igualdade de gênero. Alguns exemplos representativos são: “#Meuamigosecreto diz que trai porque a carne é fraca, coisa de homem. Mas não aceita ser traído em hipótese alguma.”; “#meuamigosecreto disse em uma coletiva que só iria me dar uma entrevista se eu fosse “tomar uma cerveja com ele” e que eu era bonita demais pra ser tão inteligente” e “ (...)meu amigo secreto mandou eu me matar, pois eu

não servia para nada, me empurrou contra a parede, levou todas as coisas embora de casa!(...)”.

A campanha chegou a 170 mil tweets e chegou aos Treding Topics, também sendo utilizada em grupos fechados só de mulheres identificado os agressores, e também para relatar outros tipos de discriminação além da de gênero. Essa mobilização foi alvo de muitas críticas, e #minhaamigasecreta foi utilizada com o objetivo de “difamar as feministas” como em “#minhaamigasecreta se esconde atrás do feminismo, porque tem vergonha de ser mais rodada que o "pião da casa própria" e “#MinhaAmigaSecreta paga de rica e popular mas não tem nem pra passagem e é mal falada mesmo!”(VISCONTI, 2015).

Cinco dias após o lançamento da campanha, foram divulgadas informações pela Central de Atendimento à Mulher, que funciona como principal porta de acesso aos serviços da rede pública de enfrentamento da violência contra a mulher, que levantou que o número de denúncias de violência contra a mulher no número 180, o disque-denúncia de casos de violências, chegou a 63 mil, 40% a mais do que no ano passado. (CATRACA LIVRE, 2015c). Esse dado é extremamente relevante, pois mostra a capacidade das diversas mobilizações de refletir na concretização de denúncias e de visibilização da questão no país. Chama a atenção para a nova forma de realização de campanhas através das redes sociais como um potencial de conscientização sobre a questão – pois insere o tema no cotidiano de seus usuários e permite que as próprias mulheres compartilhem casos de violência, e também e se reconheçam e se identifiquem com essas.

Esse movimento de mulheres durante o ano, apesar de não ter se restringido a esses espaços, também teve um papel de articulação das mulheres universitárias na construção de processos de visibilização de casos de violência nas próprias universidades. Isso por que as mobilizações recentes dos movimentos de mulheres ocorreram através de meios que atingem especialmente a geração jovem de hoje: nas redes sociais, seja através de campanhas, grupos fechados ou vídeos no Youtube. Assim, foi importante tanto como uma referência para organização política entorno das pautas, como para repercutir denúncias de discriminação contra as mulheres. O novo formato aproxima experiências vividas pelas mulheres, de umas às outras, despertando empatia, solidariedade e mesmo consciência de situações de discriminação e violência

com as quais se identificam. É importante ter em mente essas mobilizações recentes e atuais para pensar a dinâmica entre agentes em torno da violência de gênero nas universidades.

4. Violência De Gênero Nas Universidades

Nesse capítulo, para compreender como a violência de gênero se manifesta especificamente no contexto das universidades, realizaremos, primeiramente, um panorama das publicações internacionais e nacionais sobre o tema. Em seguida, será realizado um levantamento dos casos de denúncia nas universidades paulistas e sua repercussão nas mídias.

Essa desigualdade de gênero que mina oportunidades e crescimento às mulheres se apresenta como barreira em diversas etapas de desenvolvimento da vida da mulher. É nesse contexto que a universidade, espaço cada vez mais conquistado por mulheres¹³, que teria o papel de gerar maiores oportunidades no mercado de trabalho, ao permitir em seu cotidiano espaços de opressão e violência, pode tornar-se ela mesma uma dessas barreiras.

A universidade é considerada hoje um lugar privilegiado para formação de cidadania e desenvolvimento de uma visão de mundo¹⁴. Na contra mão da construção dessa visão, espaços não formais aceitos perpetuam práticas que fogem a essa lógica de formação cidadã(SIQUEIRA et al, 2012). Nesse ambiente, ocorrem desde casos sérios de violência física até práticas vistas como cotidianas e banais, que reproduzem relações de poder de diferenciação social, de classe, raça e gênero.

Consideramos esse momento de educação universitária como extremamente importante, pois ele colabora para a construção dos papéis sociais de gêneros que promovem relações de violência que se reproduzirão ao longo da vida dos alunos. É possível verificar que os padrões adultos de violência frequentemente começam na adolescência (aproximadamente 25% dos homens que perpetraram violência sexual relatam que seu primeiro crime ocorreu na adolescência). (SELISTER, 2009:24).

Assim, o momento de ingresso e de estudo na universidade apresenta-se como espaço fundamental de construção dos papéis de gênero masculinos através do exercício da sexualidade, pois “a maneira como os jovens interagem com suas parceiras durante as primeiras relações pode estabelecer o tom para seus estilos de interação com as mulheres ao longo de seu ciclo vital”. (SELISTER, 2009:27).

¹³ Entre as matrículas no ensino superior, em 2009, quase 60% eram de pessoas do sexo feminino.

¹⁴ O “preparo para o exercício da cidadania” consta na Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (em: BRASIL. Lei N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.)

4.1 Referências Acadêmicas Sobre Violência de Gênero nas Universidades

A seguir serão apresentadas as diversas abordagens acadêmicas no contexto internacional e nacional, relevantes, pois além de compor os discursos que circulam sobre o tema, também permitem identificar aspectos mais ou menos universais do contexto analisado. Muitas das investigações exploradas partem de uma preocupação com o número elevado de agressões sexuais e violações que se dão nos campus universitários ou nos diferentes espaços de convivência universitários (festas, repúblicas, encontros com professores, etc.).

Algumas das abordagens internacionais sobre o tema são: o impacto dos assédios no cotidiano e no futuro das alunas, compreendendo que esses eram responsáveis por abandono de matérias e mesmo de programas de estudo, mas também de dissuadir essas a seguir carreiras em áreas majoritariamente masculinas (BENSON E THOMSON, 1982); a análise da variação do grau de reconhecimento e conhecimento que a os agentes que compõem a universidade tem do fenômeno, considerando que a questão reflete diretamente na no baixo número de denúncias, (VALLS et al, 2007:24); o levantamento de fatores geram um ambiente universitários mais “adverso” às mulheres, como a proporção da quantidade de homens e mulheres, a segregação por gênero nos espaços das festas (BOSWIELL e SPADE, 1996:134).

Outra referência importante é uma pesquisa que, a partir da metodologia de análise de discurso, mostra como são criadas argumentações que naturalizam ou normalizam a existência de episódios de abuso sexual nos contextos universitários – identificando a utilização da “defesa da liberdade de expressão acadêmica” para justificar a impunidade de discursos de ódio, o enquadramento de movimentos de mulheres como responsáveis por uma “caça às bruxas”, a culpabilização de vítimas e a justificativa de que as violências constituem parte do comportamento sexual natural masculino (EYRE, 2000:298).

No contexto brasileiro é possível identificar ainda uma deficiência de produção acadêmica sobre o tema que consiga articular o levantamento desses casos práticos com a estrutura de poder e identificar os aspectos subjetivos e simbólicos que fundamentam suas ocorrências. Em um breve mapeamento de trabalhos que abordam a questão sobre essa ótica, traremos algumas pesquisas que analisam casos mais específicos.

A dinâmica que se instaura nesses espaços festivos e ritualísticos das universidades paulistas foi abordada anteriormente com foco no fenômeno do trote (talvez por ser a mais violenta das manifestações, com relações de poder e humilhação escancaradas). Essas análises são exemplos importantes das situações que ocorrem no ambiente informal universitário, e de como interpretá-las. Ainda que nenhuma tenha um enfoque específico em gênero, as opressões estão na centralidade dos estudos.

A partir da análise de ritos de trotes dos estudantes de farmácia e suas consequências na construção de identidades, Vera Siqueira (2012) observou uma série de técnicas e regras moldam os próprios corpos dos estudantes, considerando que os códigos e regras próprios a esses eventos aplicam “sanções normalizadoras, julgamentos e represálias” e geram processos de exclusão e humilhação. A própria lógica dos processos intimidaria a resistência, “pois reagir seria ser considerado diferente, estranho” – assim, foi posto que sob a ótica da dominação de gênero, reagir gera ainda um questionamento da feminilidade. (SIQUEIRA et al, 2012).

Ainda, especificamente sobre a situação das mulheres, verifica-se na pesquisa que ocorre um processo de achatamento da multiplicidade do ser mulher, com a transformação dos corpos femininos em um mero objeto de exibição sexual e de prazer masculino. Pensando justamente na construção da identidade dos estudantes nesse contexto, a conclusão da autora é de que os “Estudantes são produzidos nessas práticas e aprendem como lidar com a ambivalência, como aceitar e reproduzir situações nas quais sexismo, assédio moral e falta de ética prevalecem”. (SIQUEIRA et al, 2012, p. 156).

Outra abordagem desse fenômeno, por Antonio Zuin (2011), analisa o trote como um espetáculo de banalização da violência pautado na distinção. Recuperando o histórico do surgimento do trote, verifica que as violações à dignidade humana sempre foram presentes. Com a proibição jurídica do fenômeno dentro das universidades, o trote se desloca para espaços privados, como estabelecimentos comerciais, casas de eventos e repúblicas. Nesse sentido, torna-se ainda mais difícil de fiscalizar, deixando de ser diretamente ligado à universidade. (ZUIN, 2011).

Ainda que existam paralelos importantes entre os eventos esportivos e o trote, cada um desses contextos possui singularidades próprias e sobre esse último espaço, as análises ainda são escassas. Sobre os Jogos Jurídicos, entretanto, há o trabalho de Jéssica Benedetti (2011), que partindo de análises etnográficas da torcida da Faculdade

de Direito do Largo de São Francisco, aponta que a questão da auto-afirmação identitária, da humilhação como fortalecimento da inferioridade e do desvalor de um não-franciscano aparecem fortemente. Os símbolos de honra, conquista e vitória são usados para afirmar uma superioridade; as músicas, para humilhar sexualmente os outros universitários. O fenômeno do corpo também aparece como um espaço de guerras, bullying e disputas de poder. (BENEDETTI, 2011)

4.2 Alguns Números Sobre o Fenômeno no Brasil

Uma pesquisa recente (2015) que colaborou para a visibilidade do assunto, e que foi pioneira na produção de dados quantitativos com escala que abordasse a questão, foi recentemente publicada pelo Instituto Avon, realizada em conjunto com o instituto de pesquisa Data Popular, denominada “Violência Contra a Mulher no Ambiente Universitário”. Com o objetivo de promover debate e reflexão sobre o assunto e transformar o cenário discriminatório e agressivo perante a mulher das universidades, a pesquisa entrevistou 1.823 estudantes universitários(as) pelo Brasil, realizando uma série de perguntas quantitativas e qualitativas sobre a percepção e o comportamento desses jovens¹⁵ sobre a questão.

O primeiro dado importante levantado é sobre o *medo* que as mulheres possuem de viver situações de violência na universidade, (42% já tiveram esse medo e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade devido a isso). Alguns dos relatos apresentados nessa seção demonstram que tipo de atividade por parte dos alunos estimula esse medo: “Tive de fazer coisas que eu não queria. Tem grosseria, estupro, separa as gordas, as feias, humilha...” e “Muitos falam do meu corpo, eu não gosto, elogiam de um jeito agressivo, sinto medo e já entrei em depressão por isso. Tenho medo que aconteça algo comigo”. O ambiente de medo já pode ser entendido como uma violência que impede que essas as mulheres usufruam devidamente de seu direito à educação.

Outro dado que chama atenção é o número de mulheres que afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência cometida por um homem e, ainda, a enorme disparidade entre o dado afirmado de maneira espontânea e a partir de apresentação de casos considerados como violência, aumentando de 10% para 67%. Essa disparidade também

¹⁵ O perfil dos jovens entrevistados caracterizou-se por 40% de homens e 60% de mulheres; 51% de jovens e 35% de adultos; 53% de classe média e 36% de classe alta, e 24% de Universidades Públicas e 76% de privadas.

é gritante no caso dos homens que reconhecem ter cometido violências (de 2% para 38%). A partir de questões mais específicas sobre o assunto foi possível identificar que 27% desses não consideram violência abusar uma mulher se essa estiver alcoolizada, 35% não consideram violência coagir uma mulher a participar de atividades degradantes como desfiles e leilões e 31% não consideram violência repassar fotos ou vídeos das colegas sem autorização.

A pesquisa segue abordando de forma específica cada tipo de violência, analisando quantos alunos conhecem casos como os exemplificados, quantas alunas declaram já ter sofrido essas situações e quantos alunos declaram já ter cometido essas violações. No caso das agressões morais e psicológicas, 71% afirmou conhecer casos, 52% das mulheres declaram já ter sofrido e 24% dos alunos reconhece já ter cometido. Os principais casos são de classificação não autorizada das alunas em rankings (24%) e de compartilhamento não autorizado de fotos ou vídeos (14%). Essa disparidade de percepção entre o que os alunos já reconhecem ter realizado violências e entre o que as mulheres afirmam já ter sofrido é visualizada com mais clareza abaixo:



Outra forma dessa violência abordada foi quanto à desqualificação intelectual e a realização de piadas ofensivas, realizadas especificamente devido às estudantes serem mulheres. Nesse caso, 62% conhecem ocorridos do tipo, 49% já sofreram e 19% afirmam ter cometido. A partir de um exemplo relatado (“No Direito, eles ficam perguntando: Você vai defender ladrão? Vai ter coragem de entrar na penitenciária? E falam que ninguém quer ser defendido por mulher”) é possível perceber que essas desqualificações ocorrem na reafirmação de estereótipos do papel de gênero feminino.

Quanto aos casos de assédio sexual levantados, um dos relatos demonstra que esse tipo de situação não ocorre somente nas relações entre os alunos, mas também são cometidos por parte dos professores. “Um professor me trazia presentinhos toda a aula e começou a me mandar mensagem pelo celular. No dia da prova, ele sentou do meu lado

e me deu a prova mais fácil, fez de tudo pra eu entender que aquilo era um favor. Tipo... Que ele ia cobrar.”

No caso específico dos assédios sexuais, novamente é visível uma falta de reconhecimento dos assédios perpetrados por parte dos estudantes homens, mas também chama atenção a relação entre o número de mulheres que reconhecem ter sofrido assédio e o número de estudantes que identificam a prática realizada a terceiros: enquanto 73% dos entrevistados conhecem casos de comentários com apelos sexuais indesejados, cantadas ofensivas e/ou abordagem agressiva; 56% das alunas afirmam ter sofrido esses assédios e 26% dos alunos afirmam ter cometido.

No caso de coerção 32% conhecem casos, 15% sofreram e 12% declaram ter cometido, sendo que o tipo mais mencionado foi a ingestão forçada de bebidas alcoólicas (12%). Esse número é importante, pois além do ato significar uma violência em si, ele também facilita a realização de outros tipos de violência por colocar a mulher em situação mais vulnerável nos ambientes sociais.

Os casos de violência sexual relatados são principalmente de estupros (14% declararam conhecer casos de mulheres estupradas) e tentativas de abuso sobre o efeito de álcool (11% das mulheres afirmaram já ter sofrido). Quando são incluídos os tipos “ser tocada sem consentimento” e “ser forçada a beijar veterano” o total de casos conhecidos passa a ser de 46%, sofridos de 28% e realizados de 13%. Uma colocação, de um estudante homem, demonstra a relação desse tipo de violência com uma discriminação das alunas sobre o modo que essas se vestem e a cultura de culpabilização das vítimas: “Tem mulher que não se respeita, que usa umas roupas para se oferecer”. Ainda, uma aluna fez uma colocação sobre um caso de violência sofrido em que conta que enquanto colegas tentavam agarrá-la e beijá-la a força todos davam risada na festa, vendo graça na situação, mostrando a reação social comum em torno desses casos.

Outra informação importante é sobre a percepção do papel das universidades no enfrentamento da questão. A porcentagem que concorda com a necessidade de punição responsáveis pelas violências (88% entre os alunos e 95% entre as alunas) dos casos é significativamente maior que a que acredita ser necessário inserir os temas nas aulas do curso (64% entre os alunos e 78% entre as alunas). Esse número mostra uma preferência de punir à prevenir, e também uma compreensão de que essa violência não é tão

reconhecida como fruto de um saber construído – e também que o tema não constitui parte de sua formação acadêmica formal.

A pesquisa levanta uma série de aspectos das violências realizadas e mostram sua presença de forma quantitativa nas universidades, fundamental para um maior reconhecimento do fenômeno. A caracterização do tipo de violência realizada, assim como a comparação entre as percepções ao redor dessas apresentam elementos chaves para a compreensão das relações de poder, dominação e violência exercidas, assim como dos contextos sociais que permitem, estimulam ou reprimem sua manifestação. Ela serve como um importante mapeamento da questão, principalmente por ser pioneira em abordar o fenômeno nessa escala, e também serve como um guia em termos de categorias para uma abordagem mais específica ou qualitativa da violência de gênero no contexto universitário.

4.3 A Violência de Gênero nas Universidades Paulistas: O Início da Visibilidade

Um estopim para que o tema entrasse em pauta nas universidades e na mídia no estado de São Paulo foi um inquérito civil público foi instaurado a partir de relatos de violação e agressão direcionadas especificamente às mulheres e aos homossexuais. Pela primeira vez o desrespeito aos direitos humanos em trotes, festas e eventos esportivos universitários, que já resultaram em de mortes de alunos, foi abordado juridicamente como fenômeno sistêmico.

A partir de uma denúncia feita pelas estudantes, Paula de Figueiredo Silva, promotora de Justiça de Direitos Humanos e Inclusão Social do Ministério Público do Estado de São Paulo, instaurou o inquérito para investigar casos de violação de direitos humanos na Faculdade de Medicina da USP (FMUSP). As denúncias apuradas eram principalmente casos de agressão e discriminação contra mulheres e homossexuais, havendo agressões de caráter sexual – “oito estupros foram narrados a mim” conta a promotora. Ela ressalta que essas ações têm consequências criminais, mas que o objetivo do inquérito foi buscar uma solução coletiva para a questão, pois “as provas que foram levantadas indicam que há sim uma cultura de repressão das minorias, de discriminação e violência sexual”. (MERLINA e OREDA, 2014).

A o trabalho da CPI, uma vez na ALESP, colheu cerca de 9 mil relatos e documentos de denúncia e realizou 37 audiências sobre o tema em 7 universidades

paulistas¹⁶. Foram levantadas suspeitas de 112 estupros ocorridos, apenas na Universidade de São Paulo (USP) nos últimos dez anos. (ARAÚJO, 2015).

Um caso que chamou atenção da CPI foi de um estupro coletivo contra aluna da Esalq (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”), que ocorreu em 2002. Em uma festa em uma república ela era a única mulher, onde “apagou” em determinado momento e conta: “Acordei toda molhada, a porta estava aberta... saí, já era madrugada, fui andando para a república onde morava.” No dia seguinte, o caso estava sendo comentado entre os estudantes e mesmo professores, passou a ser recriminada nos corredores da faculdade pois “Falavam que eu havia transado com oito meninos”. (CRUZ,2014). O que chama atenção nesse caso, para além da gravidade do ocorrido, é a reação daqueles que compõe a universidade, presente em outros diversos relatos, de culpabilização e rechaço social da vítima.

A mesma universidade, posteriormente, ficou conhecida por outro caso de discriminação: um “ranking” realizado pelos alunos que foi afixado no Centro de Vivência do campus que expunha alunas pelos seus apelidos, nas categorias “buceta fedida”, “teta preta” e “sociedade do anel”.



Outro espaço bastante citado nas CPIs foi o “trote” realizado pelos estudantes no momento de entrada na faculdade em que ocorrem uma série de rituais de humilhação como no caso em que “os meninos precisam fazer flexões nus, com o nariz no ânus do colega da frente, enquanto têm de tomar o “reforço”, uma mistura de vômito e comida estragada. Eles ainda são abandonados, nus e bêbados, em um canavial”. Esse momento

¹⁶ Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e de Campinas (PUC-Campinas), e da Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI).

funciona como um pretexto para manifestações de discriminação e violência, funcionando como “uma cortina de fumaça” para alunos mais violentos. (SP 247, 2015).

O processo serviu como espaço para ouvir denúncias sobre os casos – muitos nunca tornados públicos pelas alunas – e deu visão a uma série de outros espaços de escuta dentro das próprias universidades (principalmente espaços auto-organizados pelos estudantes e coletivos feministas universitários, pois muitas ainda não possuem um canal institucional que permita a denúncia e a punição efetiva desses casos). Para a antropóloga Heloisa Buarque de Almeida, que coordena o programa USP Diversidade: “O que está acontecendo é que, antigamente, quando isso acontecia, as meninas tinham vergonha [de denunciar], se sentiam culpadas. E agora temos uma mudança, principalmente com o crescimento dos grupos feministas dentro da universidade, de perceber que ela não teve culpa. O culpado foi quem abusou. Essa violência também está aparecendo por causa disso: provavelmente já acontecia antes, mas agora há um movimento que permite denunciar mais” (CRUZ, 2014).

O documento final produzido pela CPI possui 39 recomendações como a necessidade da responsabilização civil, penal e administrativa de pessoas físicas responsáveis pelas violações; o encaminhamento de projetos de lei que proíbam o patrocínio de eventos estudantis por empresas fabricantes e que comercializem bebidas alcoólicas e a criação de um “Cadastro de Antecedentes Universitários” no estado de São Paulo em que constassem o nome dos alunos que participarem de trotes e atos violentos; e a criação de uma Ouvidoria Estudantil junto à Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania. (MARETTI, 2015).

Esses processos jurídicos têm exposto a dimensão do problema e colaborado para rompimentos com a cultura de silêncio. Seja pela dificuldade de reconhecimento das violações sofridas, pela coerção das instituições contra denúncias ou mesmo falta de informação sobre possibilidades de encaminhamento, a sub-notificação de casos de violência de gênero é um dos principais problemas para a estruturação de seu combate. Nesse momento os casos relatados estão sendo midiaticizados e, tanto o Estado quanto a opinião pública discutem medidas de prevenção desses fenômenos.

Dentre as diversas mobilizações (virtuais ou não) por grupos de mulheres, as denúncias e a publicização de dados continuaram ocorrendo dentro dos espaços universitários. Em agosto desse ano, as mulheres e estudantes da USP realizaram um ato denunciando estupros e violência contra a mulher no campus, mas também repudiando a

inserção da PM no campus e a proibição do consumo de bebidas alcoólicas como soluções ao problema. Devido à realização de pixações nos muros, a direção da universidade discutiu utilizar as câmeras de vigilância para identificar e processar as mulheres envolvidas no ato e o reitor afirmou a importância de que a investigação dos casos de estupros não se tornarem "ações inquisitoriais e purificadoras". (AUN, 2015).

Outras mobilizações importantes foram o levantamento de depoimentos através de coletivos de mulheres, cada vez mais presentes nos espaços universitários, sobre a questão. Os dados produzidos são extremamente importantes por que permitem identificar uma preocupação na produção de informação qualificada sobre o tema e, também servem como fontes importantes para a maior compreensão das próprias violências– pois diferente de pesquisas oficiais realizadas, esses coletivos possuem uma proximidade com as estudantes que denunciam os casos.

Uma dessas pesquisas foi realizada pelo Núcleo de Mulheres de Relações Internacionais na USP sobre casos de discriminação e violência no curso e obteve 69 respostas dentre as 150 mulheres matriculadas. Foi levantado que 75,4% dessas já sofreram com machismo dentro do curso, sendo que 63,8% já passaram por situações de assédio e se sentiram envergonhadas e/ou constrangidas de expor a situação. 45% das LGBTs já foram oprimidas por serem bis ou lésbicas. Quase metade das alunas que responderam ao questionário já deixou de frequentar espaços do curso por terem medo de encontrar algum aluno homem e 37,7% declarou ter sofrido um relacionamento abusivo com alunos de Relações Internacionais (RI).¹⁷ A pesquisa acompanhava trechos de depoimentos que descreviam as violências vividas, como: “Estava na vivência do IRI dormindo depois de uma festa, e um amigo deitou lá no divã comigo por que não tinha mais lugar. Quando acordei ele estava literalmente com a mão dentro da minha vagina tentando me masturbar” e “Na gestão da Atlética, diversas vezes fui chama de louca e descontrolada por caras da gestão simplesmente por que minha postura era combativa. (...) Passei por um período depressivo e fiquei afastada da gestão porque cansei de ser chamada de instável”.

Os dados mostram diversas faces em que essa violência específica de gênero ocorre, tanto em espaços sociais de convivência no curso quanto em relações interpessoais específicas, que também são acobertadas pelos alunos. Novamente, a

¹⁷ A pesquisa na íntegra está disponível em:
<<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.839166242849250.1073741830.541680315931179&type=3>>

dificuldade de expor e publicizar as violências sofridas aparece como um problema, pela ausência de espaços de escuta desse tipo de violência e também a falta de acolhimento das estudantes que enfrentam essas situações. Outro fator visível é quanto às consequências dessas, tanto no sentido de restrição das experiências universitárias devido à discriminação quanto nas consequências de seu aproveitamento no curso devido à traumatização psicológica das vítimas.

Outra pesquisa que demonstra o tipo de espaço em que essas violações ocorrem foi realizada pelo Coletivo Candaces, o coletivo feminista da FGV (Fundação Getúlio Vargas) especificamente sobre casos de assédio e abusos em uma das principais festas organizadas pela universidade, a Gioconda. A festa ficou conhecida em 2002 por um caso em que uma estudante foi fotografada em momentos íntimos com o namorado em um espaço reservado denominado de “Cantinho de Amor” que supostamente provia intimidade aos casais, mas que possuía câmeras instaladas no local. Após o vazamento das fotos, a estudante processou o Diretório Acadêmico da faculdade que havia organizado a festa que foi condenado a indenizar a aluna em R\$ 50 mil por danos morais. (MGALHAS, 2015).

Após a edição da festa de 2014 uma série de relatos de assédio sofridos começaram a ser encaminhados para o coletivo, e foi organizada uma pesquisa que utilizava um questionário anônimo para colher os depoimentos, que foram divulgados no ano seguinte em uma campanha para a prevenção desses casos na nova edição da festa. Os relatos demonstram que esses espaços de socialização e confraternização universitária são palco para uma série de abusos que transformam um momento de “diversão” em algo traumático pelo desconforto das alunas nas relações com os estudantes homens. Geralmente por uma dificuldade de aceitar a rejeição a “investidas”, os alunos possuem reações violentas abusando ou agredindo as alunas (física e verbalmente). Durante uma campanha que se seguiu ao levantamento dos depoimentos, que espalhou cartazes com os relatos pelos espaços da FGV, diversos cartazes foram rasgados por alunos. Posteriormente, os alunos foram identificados através de câmeras e encaminhados para a Comissão de Ética da instituição. Além disso, a Coordenação do curso de Administração Pública, o qual os alunos cursavam, convidou membros do Coletivo Candaces (coletivo feminista da FGV) para uma conversa mediada com os alunos identificados.

A partir do panorama apresentado é possível perceber que as produções de informação sobre o tema ainda são muito recentes, e que existe uma lacuna na análise dos jogos universitários como espaço em que essas relações de violência e de poder se manifestam. A magnitude do problema da violência nesses espaços parece estar sendo descoberta: à medida que o feminismo ganha espaço nessa geração, que se apresentam encaminhamentos jurídicos para as violências sofridas, e que começa a se reconhecer a cultura de violência, as mulheres começam a denunciar. Para qualificar a produção de dados sobre o assunto, assim como para iniciar medidas de combate a essa situação, é primeiro necessário que as mulheres reconheçam as situações vividas como violentas. Misturadas com tradições, rituais e acompanhadas de uma coerção social de seus colegas, as situações de violência muitas vezes não são identificadas como tal. Mesmo quando ocorre esse reconhecimento, os processos de culpabilização da vítima e posições institucionais visando a “abafar” o caso também impedem que os casos venham à tona.

5. Antecedentes dos Jogos: Debates Sobre Violência de Gênero

Os presentes capítulos (5, 6 e 7) abordam os campos realizados durante a pesquisa e a análise dos discursos e práticas que foram observados. Para a melhor compreensão dos dados esses foram organizados da seguinte forma: 1) no presente capítulo apresentaremos o contexto prévio aos eventos nas faculdades que deles participam e as dinâmicas de disputa em torno da violência de gênero que estavam vigentes nesses espaços, seja nas redes sociais ou em debates presenciais; 2) no capítulo 7 serão levantados e analisados os diversos espaços que existem nos jogos e as dinâmicas de poder pautadas em gênero que aí se passam ; e 3) no capítulo 8 se analisará os discursos proferidos pelos agentes após o término do evento e o caráter cíclico desses eventos.

O primeiro evento visitado foi o Economíadas, um encontro entre 8 faculdades que possuem curso de Economia na cidade de São Paulo (ESPM, Fecap, PUC, USP, FGV, Mackenzie, Insper e Faap) para a disputa de jogos em 12 modalidades esportivas (natação, tênis de mesa, vôlei, basquete, futebol, tênis, jiu jitsu, futsal, xadrez, judô, handebol e rugby). O evento é organizado pela Liga Atlética e Acadêmica das Ciências Econômicas (Laac) e no ano de 2015 ocorreu entre os dias 18 e 21 de abril, reunindo cerca de 1,5 mil atletas – 4 mil estudantes ao todo (sendo que cerca de 900 foram pela Atlética FGV). O evento ocorre há 25 anos em diferentes cidades do interior do Estado e na edição observada ocorreu em Americana.

O evento foi escolhido devido à maior possibilidade de inserção da pesquisadora no campo. Sendo aluna da FGV e membra do Coletivo Candaces o acesso aos diferentes agentes que compõem o evento foi facilitado, mas, ao mesmo tempo, a experiência de pesquisa foi mais marcada pela minha posição no campo, conhecida por muitos dos agentes. Um documento interessante para a compreensão de como se dá esses eventos, é a definição do Economíadas no “dicionário de coxês” – dicionário dos alunos para descrever seus eventos e suas tradições:

1. Sin. Economíadas. 2. Evento universitário anual organizado por entidades estudantis de faculdades de economia e administração, muito popular entre jovens coxinhas dos mais variados cursos de instituições de elite do estado de São Paulo. 3. Apesar do propósito inicial do evento ser reunir atletas estudantis em jogos e disputas esportivas, o Econo acaba sendo uma grande festa de confraternização social coxinha que dura dias a fio. (...) 4. Além das festas, não atletas

podem se divertir torcendo nos jogos do Econo a favor de suas faculdades e, obviamente contra os coxinhos rivais de outras instituições. Os gritos de guerra entoados pela torcida são muito curiosos, usando bases de músicas famosas e contendo sexismos, preconceitos de classe e construções que podem causar estranheza para os falantes da língua portuguesa. (...) 5. Como o Econo é sempre realizado em alguma cidade do interior paulista, os frequentadores acabam tendo que se hospedar em algum lugar durante os dias do evento. Isso traz à tona um dos maiores dilemas da vida de um jovem coxinha: alojias (alojamento) ou hotel? (Ex: Amiii, cê vai ficar em hotel né? Porque mêm, não rola ficar naquele alojias zuado usando aquele banheiro nojento mêm. / Mein, a melhor coisa é ficar no alojias, várias festas, várias pegação, open top, vááárias mina pra já arrastar pra barraca, ta ligado kkkk?

A definição já demonstra que o Econo vai muito além de um campeonato esportivo e torna-se o evento mais esperado do ano pelos alunos. Com um consumo de álcool quase ininterrupto, uma dinâmica de rivalidade com as outras faculdades participantes (o *slogan* do evento é “Juntos nessa Guerra”), “hinos tradicionais” que são vangloriados por de ser sexistas e preconceituosos, o evento cria um espaço isolado do resto do mundo – mas não deixa de reproduzir dinâmicas do mundo – em que a única preocupação dos alunos é sua diversão. É possível perceber na própria definição em trechos como “mina pra já arrastar pra barraca” o tipo de discurso que se estabelece em torno da mulher. Essa definição seria perfeitamente adequada também para os outros eventos analisados na pesquisa, visto que possuem uma série de semelhanças desde a forma como são organizados, até nas músicas cantadas pelas baterias (muitas vezes iguais com pequenas variações).

Outro evento em que se realizou a pesquisa foi a 23ª edição dos Jogos Universitários de Comunicação e Artes, que ocorreu em Sorocaba, no feriado de Corpus Christi de 2015. O evento, que reúne oito faculdades paulistas: PUC – São Paulo, Anhembí Morumbi, Belas Artes, Cásper Líbero, ECA-USP, Mackenzie, Metodista, PUC-Campinas, foi escolhido devido à hipótese de que nele haveria maior presença de alunas e que isso poderia implicar em alguma alteração das dinâmicas das relações de gênero no evento.

O terceiro evento analisado foi o Calomed, competição entre calouros dos cursos de medicina (Faculdade de Medicina da Usp (FMUSP), Santa Casa, Faculdade de Medicina de Jundiaí e Faculdade de Medicina de Sorocaba). A medicina da FMUSP participa de vários eventos diferentes durante o ano, esse sendo o primeiro no qual só os

ingressantes jogam – os veteranos organizam o evento e ficam nas torcidas e festas. Existem diferentes Calomeds acontecendo simultaneamente, cada um é um campeonato entre quatro faculdades de Medicina.

A medicina se destaca no debate público sobre a questão da violência nas universidades, no último ano principalmente, devido à CPI. Se no caso do Economíadas e do JUCA os jogos universitários são os principais catalizadores dos debates sobre violência de gênero nas diversas universidades, no caso da medicina existe um contexto prévio importante para compreender a questão. A FMUSP é hoje talvez o único exemplo de um espaço em que esse tipo de violência está sendo abordado de forma sistemática juridicamente, o que inclusive serviu como estopim para uma série de processos de reconhecimento de violências em diversas universidades.

Em uma reportagem da agência de jornalismo “PONTE” a Professora de estudos de gênero na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), a antropóloga Heloísa Buarque de Almeida, uma das fundadoras da rede “Não Cala USP”, coordena, desde março de 2014, o programa USP Diversidade pontuou: “As histórias da Medicina são bem específicas. Além das festas, tinha a questão dos trotes e o fato de os casos de estupros lá serem bem criminosos, bem planejados. Dão remédios para as meninas, tem estupro coletivo. É um negócio bem assustador”, diz.

No caso da FMUSP, dois marcos do históricos da violência na universidade foram, primeiramente, em 1999 a morte por afogamento do calouro Edison Tsung Chi Hsueh que ocorreu durante o trote, no qual foi jogado na piscina da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz (AAAOC). Nesse caso, os quatro veteranos identificados como responsáveis pelo afogamento foram indiciados e denunciados pela polícia, mas hoje encontram-se em liberdade e exercendo funções médicas. Para a professora Ana Flávia d’Oliveira esse evento foi impactante por que gerou um início de trabalho de discussão com os alunos, permitiu maior intervenção na atlética e garantiu maior controle da faculdade sobre esse tipo de acontecimento. Entretanto, essa não foi uma ação realizada de forma continuada e ela conta que hoje o caso é visto como um acidente.

O segundo momento que a professora indicou como um marco foi a denúncia de um caso de estupro que ocorreu em 2013 em uma festa da atlética e a abertura de uma sindicância interna para julgar o caso. A seu ver, o caso foi como um estopim para destampar as violências que vinham ocorrendo de forma invisibilizada na faculdade. A

vítima foi levada por alunos mais velhos durante uma cervejada do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC) para o carro de um deles, onde foi abusada sexualmente até ser socorrida por uma colega que passava pelo local. A sindicância que seguiu foi conduzida por uma comissão que segundo a aluna “foi formada, na maioria, por homens, que ficaram perguntando coisas relacionadas à minha moral, se eu tinha bebido, feito uso de drogas, com quantos caras eu tinha ficado durante a festa, se eu já tinha saído com os acusados. Eu senti como uma tentativa de desqualificar o que aconteceu, de mudar o foco do assunto”.

O parecer da sindicância concluiu que a relação havia sido consensual e que os incidentes ocorreram devido ao consumo de álcool. Um grupo de alunas foi na congregação e se posicionou afirmando que não aceitavam o parecer. Para a professora Ana Flávia d’Oliveira isso foi “um marco muito forte”. Apoiada pelo coletivo feminista da FMUSP, Geni, a vítima exigiu reabertura do processo, depondo por uma segunda vez e começou a perceber uma séria de adulterações na documentação dos depoimentos anteriores.

A reação da instituição, atribuindo os casos ao consumo de álcool tomou como medida a proibição do consumo dentro do espaço da faculdade, algo que não era uma pauta dos coletivos e vítimas e que intensificou a hostilidade com o grupo de alunos que denunciava as violências. Essa primeira denúncia e o debate gerado dentro da faculdade criaram espaço para que mais casos de assédio, homofobia, machismo e misoginia viessem à tona, dando origem à CPI na ALESP.

5.1 Produção Simbólica e Posicionamentos Institucionais

Antes dos eventos, o principal debate envolvendo a questão de gênero é sobre os “gritos de guerra” das torcidas e a letra das músicas cantadas pelas baterias. Esses aparecem como um ápice de misoginia dos discursos, só recentemente vem sendo problematizados e vetados, seja pelos coletivos feministas universitários, pelas atléticas, pelas instituições e, no caso da medicina, pelo próprio poder público. Assim, podem ser vistos como violências simbólicas, e também responsáveis por trazer o debate da violência de gênero à tona. Durante os debates e a aplicação de sanções, é possível identificar uma diversidade de agentes e discursos, que agem e reagem aos novos significados e práticas que emergem.

No JUCA, por exemplo, as músicas cantadas historicamente pela bateria possuíam uma série de referências violentas às mulheres, como “No busão dabateria; A gente zoa; Cachaça e cerveja; Muita mulher boa; O Pucão ficando duro; O bagulho tá sério; Vai rolar um adultério”, “Só pra não esquecer, A Metodista é a UNIP do ABC. Meto todo dia! Vai lá na PUC, Que eu te ensino Sua vadia”. Os próprios membros da bateria contam que a maioria de suas músicas eram machistas, como a música “Olha as Pucats...” que diz: “De dia é beijinho, De noite é boquete”, outra chamada “A xoxota do Mackenzie é nossa” tem em sua letra: “Com a Bateria, não há quem possa; Ê é xoxotão de ouro; Aguenta jegue, agüenta touro.”

Entretanto eles relatam que em 2010 uma “Pucat” (membra da bateria) “se revoltou” e fez versões femininas das músicas como “Olha o Pucão... De dia abana o rabo”, De noite usa a mão”; “Ai que bom seria, Se o futsal, tocasse na Bateria”; “Ai mas que tesão; Eu to batendo com a baqueta do Pucão” e “A baqueta do Mackenzie é nossa, Com as pucats, não há quem possa; Ê é baquetão de ouro; Só que na hora, não dá no couro”.

Hoje as músicas consideradas com teor machista foram vetadas pela atlética, pelo menos oficialmente para a bateria. Pensando em como oficializar essa sansão, a Liga das Atléticas de Comunicação aprovou em seu estatuto que ficou conhecida pelos alunos como a “lei anti-opressão”:

Esse ano, nós já começamos o JUCA com uma vitória fora das quatro linhas, e que vai ter reflexo dentro delas. Estabelecemos a partir desta edição dos Jogos a Punição por Opressão. Eu vou explicar melhor: de acordo com o regulamento do JUCA 2016, "serão punidas ofensas de qualquer ordem de preconceito ou injúria por parte de atletas, representantes das Atléticas, comissão técnica ou dirigentes dentro do campo de jogo". Nós temos consciência que a medida é apenas um grão de arroz num mar de obstáculos que enfrentamos todos os dias para fazer do ambiente Universitário de maneira geral um local acolhedor e de livre expressão para todos. Almejamos coisas maiores. E contamos com vocês pra isso. DENUNCIE! Dentro ou fora de quadra, não tenha receio de pedir ajuda. Nós estamos aqui por vocês. Ir para o JUCA é entrar em um universo paralelo por quatro dias onde nada mais importa. Sendo assim, que tal nos descolarmos dessa realidade cheia de preconceitos e partirmos para Sorocaba dispostos a fazer diferente? VAMOS FAZER UM JUCA SEM OPRESSÃO.

Apesar de uma reação positiva da maioria dos alunos, elogiando a iniciativa e se considerando mais acolhidos a partir dessa nova postura, ainda houve comentários como “Mas a torcida atrás do banco ainda pode xingar os atletas com ofensas racistas e

etc.?” Uma das membras da diretoria da atlética da PUC – SP conta que apesar da abertura para diálogo, há bastante resistência por parte das atléticas que compõe a LACA. Quando assuntos relacionados à opressão são levantados, muitos viram os olhos. A votação da nova regra, por exemplo, foi extremamente acirrada indo para “voto de minerva”.

A aluna conta que na atlética da PUC isso está mudando devido à pressão que ela e as colegas exercem de dentro da organização. Mas, alguns alunos não veem isso de forma tão positiva: “Um monte de cara foi comentar – na minha época não era assim, não tinha tanto mimimi”¹⁸. Ela comenta que quando entrou a atlética era bem diferente, mas que sempre houve recepção e abertura. Assim, ela e algumas colegas que levantavam bandeiras feministas tiveram espaço para trazer demandas e questões sobre a própria organização e seus eventos.

No Economíadas os momentos de debate anteriores também giraram, em sua maioria, em torno das músicas cujas letras foram consideradas discriminatórias às mulheres. Em particular, o “hino” da FGV, de autoria da “Jacabanda”, uma banda de alunos da própria fundação. Sua letra na íntegra segue abaixo:

Nós somos da FGV, Viemos aqui só pra beber! Nosso esporte é na vagina, Ser seu patrão é nossa sina.
E mesmo sem HP, sem conta T, Vou faturar. As feanas são bigodudas,
Mas mesmo assim eu como a bunda!

A pinga não queremos não, O whisky é muito mais patrão... Porém se a EESP amada for inteira jubilada, puta merda que cagada! 1, 2, 3, 4...
Maximizar (Oh ô, Oh ô), o patrimônio do acionista, Não vai entrar (Oh ô, Oh ô) Filha da puta comunista Amor tremendo pelo dividendo,
Não há quem possa com a turma nossa, O jacaré vai comer seu cú. Se fode, se fode, se fode Canguru!

Sua letra já havia sido criticada em diversas ocasiões anteriores (com maior repercussão nas redes sociais, mas também houve um evento organizado pelos alunos para debater a questão), mas foi no ano de 2015 que, através de uma campanha realizada pelo Coletivo Candaces - Coletivo Feminista FGV, fundado em 2013, o tema passou a circular os corredores da fundação de maneira mais presente. Durante um evento realizado pelo Diretório Acadêmico da FGV- SP denominado “Semana de Direitos”, o coletivo mostrou um vídeo que trazia depoimentos anônimos de alunas da fundação relatando situações de assédio, abuso e estupro. Os depoimentos, lidos por

¹⁸ “Mimimi” é um termo utilizado para diminuir colocações, classificando essas como demasiado “sensíveis” ou como “reclamações” desproporcionais.

outras mulheres, estavam intercalados com trechos de um vídeo em que alunos da FGV cantam o hino como “*O nosso esporte é na vagina, ser seu patrão é nossa sina*” ou “*As feanas são bigodudas, mas mesmo assim eu como a bunda*”.

O evento teve grande repercussão, entre as redes sociais, mas também sensibilizando professores presentes. Como consequência as coordenações dos cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública permitiram que o Coletivo Candaces circulasse o vídeo nas salas de aula, entendendo essa divulgação do vídeo como uma forma de sensibilização e conscientização sobre o a questão da violência de gênero, o que não ocorreu sem despertar conflitos.

Faltando menos de um mês para o evento Economíadas, no qual a bateria e a Jacabanda tocam seus repertórios, as discussões sobre as letras das músicas estavam borbulhando: enquanto muitos alunos alegavam que essas canções compunham a “tradição da faculdade” e faziam parte do “espírito universitário”, parte dos alunos entendia que as letras poderiam ser ofensivas. O Coletivo Candaces estava em negociação com a Jacabanda para que não cantassem no evento as duas músicas consideradas pelas alunas as mais problemáticas, o “Hino” e “Feana Cadela”, e a Bateria Tatubola, bateria oficial da Atlético da FGV, já havia se posicionado afirmando que não cantaria ambas e que estava compondo um novo repertório que consideravam “livre de preconceitos”.

Apesar de essas duas músicas estarem no foco das discussões, o repertório da banda como um todo trazia trechos criticáveis que não foram publicizados ou discutidos da mesma forma. A maioria das letras que utilizavam termos discriminatórios à mulher giravam em torno da figura da aluna da FEA-USP (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo) : “Feana Engata a Ré, nem de Graça eu te quero”, “Cala a boca Bigoduda, vem servi meu café”, “Feana tem HIV”, “Feana quer surra de pinto”, “Na FEA só bigoduda, puta e baleia”, “Feana bigoduda, não quero te fuder; De quatro pra eu não ver, assim vou te comer”. Para compreender como é construído esse discurso nas músicas, segue na íntegra a música Feana Cadela, a mais reproduzida pelos alunos nessa temática:

Caminhei sozinho pela Augusta; Cruzei com umas feanas por toda a rua; Mesmo sendo sem graça; Feana, vim te comer; Você vai fazer de graça pra GV!; No sexo você veio saltitante; Agarrou o meu pau, abocanhou; Chupando sem parar; A feana engasgou; Feana você é uma puta sem valor! ; Feana eu não sou lá da USP, Eu sou diferente,

Eu vou ser presidente; Você secretária, Minha faxineira; Feana vem foder comigo; De quatro, de frente; Fodo até seu umbigo; Só não me beije; Feana cadela.

Outra música, “Humilde Alojamento”, também de composição da Jacabanda, que traz em sua letra esse tipo de discurso quanto às alunas da FEA – tratando das relações sexuais das alunas e colocando essas como secretárias, empregadas e prostitutas:

Já te avisei que se quiser te arranjo emprego; Na minha empresa ou até dentro de casa; Atualmente tá ficando cada dia mais difícil de achar uma empregada; (...) O Economíadas é a minha prioridade; Não importa se ela é do Mackenzie, Insper, PUC, ESPM; Até feana eu vou traçar; Vou te levar, lá pro meu alojamento; Pra gente fazer amor; Se for Feana eu posso até botar pra dentro; Mas vou tapar seu rosto com um cobertor; A feana tem bigode, parece uma empregada; Dar o cú é seu maior passatempo; Vem, vou te contratar; Vem cá, feana, vem cá, transar; Servir meu cafezinho e chupar; Mas não vou te beijar, ah não; Quando eu for te fuder; Tampa o rosto que eu não quero te ver; Você é feia demais, raspa esse bigode-e; Ai, ai, ai ai ai ai; A feana é feia pra carai; Ai, ai ai ai ai; Eu não tenho mais porra ela quer mais.

A bateria da FEA (T.O.F.U.) também possui letras que discriminam as alunas das outras faculdades, como:

Não passou pela FUVEST, vai limpar meu chão; Sem camisinha vou pôr meu pau pra fora; Ajoelha, abre a boca, mas não morde não. Eu sou pró na arte de arrombar vadias, alargando todo mundo; Até patricinha dá pra fazer engasgar com a porra da minha pica”.

Uma atleta da FGV conta que lembra bem que na sua primeira cervejada como “bixete” ficou chocada com o quão “pesadas” as letras das músicas eram e não conseguiu cantar. Entretanto, de tanto ouvir ela passou a se acostumar com as músicas: “Eu lembro no meu primeiro economíadas a gente colocou o CD que a atlética distribuía com todas as músicas e fomos ouvindo no carro. Lembro que foi a primeira vez que eu cantei.” Nesse sentido, ela considera que o evento influenciou sua conduta machista, pois ao “entrar no clima” parou de pensar no significado do que cantava e passou a aproveitar o momento de integração com o time.

Esse relato é importante, pois demonstra como os enunciados das músicas são esvaziados de seu significado original a partir da repetição. A atleta entende que esse aspecto de integração é forte, pois todos estarem juntos cantando a mesma música gera esse sentimento. Mas, ao seu ver, poderia ser qualquer outra música e teria o mesmo efeito. Assim, não só o enunciado das músicas perde o significado violento inicial para

aqueles que estão cantando, mas passa a ser associado com um sentimento de pertencimento e de identidade.

Desde a divulgação da campanha do Coletivo Candaces, foi possível perceber dentre os próprios alunos muitos posicionamentos que viam como problemáticas as letras das músicas, apesar de haver muita reação às críticas. Durante esse período, membras do coletivo estavam se reunindo diretamente com membros da bateria e da Jacabanda com o objetivo de explicar as violências que reconheciam nas letras e com a demanda que essas não fossem tocadas no evento.

Em meio a essas negociações, a Jacabanda lançou sua nova música, uma paródia de “Ana Julia” dos Los Hermanos, com o nome “Facul de Puta” fazendo referência ao Mackenzie. A música traz uma série de elementos que inferiorizam os alunos que não conseguiram passar no vestibular da FGV e ridicularizam o curso de administração do Mackenzie – “Só sobrou uma opção: Macklixo”. Como refrão a música faz classifica as alunas mackenzistas como prostitutas e repete “Facul de Puta” em lugar de “Ana Julia”. Imediatamente foram tornadas públicas declarações, de um lado, repudiando a nova canção, de outro, em defesa da liberdade de expressão e de criação artística da banda.

A partir da postagem inicial de membras do Coletivo Candaces no grupo de Facebook “FGV SEM CENSURA” repudiando a nova música da banda, as reações foram diversas, entre “não gosta da música, não escuta. Vai arrumar o que fazer!” e “ninguém nunca chegou pra uma feana e falou chupa sem engasgar por que você é feana!! Aprendam a entender o que significa conexto e que uma música de faculdade para você curtir um momento como um economiadadas zuando as outras faculdades não necessariamente define o caráter de ninguém... Sai desse mundinho de teoria e para de procurar problema onde não existe!”

Outras colocações, que criticaram as manifestações de repúdio à nova música, foram direcionadas às alunas: foi dito que essas estariam iniciando esse debate, pois seriam “mal comidas”, “não trepam e não tem mais o que fazer”, por “falta de pica” e por “falta de rola”.

Em meio a esse contexto, as coordenações dos cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública convocaram representantes da Bateria Tatubola e da Atlético para apresentar quais eram as penalidades institucionais que a FGV como instituição poderia aplicar em situações que ocorressem *violações de direitos humanos*.

As informações sobre essa reunião, antes do comunicado oficial ser repassado para os alunos, vazaram através do relato de um dos alunos convocados, que consta abaixo:

Galera, como ninguém avisou nada aqui ainda, recado urgente da Coordenação. Estão proibidos o hino e quaisquer outras músicas que ofendam um grupo específico de pessoas, sejam elas putas, empregadas ou feanas.

O aluno que for filmado cantando alguma dessas músicas será levado ao Conselho de Ética.

Parabéns à coordenação por essa maravilhosa ideia; nós representamos a instituição com nossos atos, afinal, não é como se fossemos clientes da instituição. Parabéns aos alunos responsáveis por essa mudança democrática e espontânea na visão de mundo dos alunos. Vale lembrar que a coordenação também se posicionou veementemente em favor dos direitos humanos. Qualquer pessoa que expresse publicamente uma discordância com esses princípios também pode ser levada para o conselho de ética. Você é marxista e acha que a ONU é um instrumento de dominação? Você é liberal e acha que os direitos humanos são uma forma de escravizar classes?? FODA-SE, aqui não é lugar de opressores que nem vocês!!

As reações a essa intervenção realizada pelas coordenações foram várias: muitos alunos expressaram indignação por não poderem mais cantar as músicas, outros passaram a discutir do ponto de vista jurídico se a previsão de penalidade era legal e ainda outros apontaram a falta de diálogo prévio na tomada de decisão, classificando como uma imposição e não como uma medida que buscasse gerar aprendizagem aos alunos. Outras posições foram favoráveis à medida, entendendo que essa foi uma resposta necessária para as violações contidas nas músicas. É importante ressaltar que nesse momento não estava nítido qual havia sido a real colocação feita pelas coordenações, visto que a única fonte que embasou essas discussões foi o relato do aluno que já traz também sua opinião sobre o ocorrido. O texto acima, em um tom de ironia, acusa a Coordenação e “os alunos responsáveis” por instaurarem um movimento de fiscalização, colocando-se como perseguidos. A utilização do termo proibição, por exemplo, foi uma escolha que distorceu a verdade factual, permitindo a muitos alunos acreditar que essa era uma medida nova, que não constava em regimentos internos ou termos de conduta anteriormente.

2015 – ‘O Hino’ sai da vida para entrar na história.

Vai para o Olimpo, ocupar o lugar que é seu de direito, onde já lhe esperam: a breja e a fumaceira no DA, Massita & Uras, bar da Haidee, Gin7Cana baixaria, churras na Picarolo (...).

Memórias de um passado não muito longínquo.

#fodaseaGV #fodaseacensura

As reações utilizaram um tom dramático, que coloca a experiência de cantar livremente as músicas consideradas ofensivas como um prazer de outros tempos, do qual os alunos foram privados por um avanço do “politicamente correto” e do “chato”. Muito se reforça também que os termos ofensivos não teriam reflexo algum na *realidade* das relações com as alunas das outras universidades, e que essa compreensão seria uma interpretação literal ingênua das letras das músicas. Esse discurso, de que não há consequências reais ou que não pauta as atitudes dos alunos para com as mulheres, é utilizando negando as relações apontadas pelas alunas de uma cultura machista e violências físicas.

É importante pontuar que havia mulheres nas discussões que foram extremamente críticas da medida adotada, como uma aluna que afirmou que “Atlética terá que colocar máscara de jacaré no kit econo #sónãopodeparar” fazendo referência à possibilidade de usar máscaras (o Jacaré é o mascote da FGV nas competições esportivas) para proteger a identidade ao bradar os cânticos. Enquanto o gênero feminino é um fator que geralmente relevante para o posicionamento crítico às músicas, existem muitas alunas que defendem que essas devem ser cantadas; ao mesmo tempo que criticam o Coletivo Feminista Candaces como “radical”. Uma aluna coloca:

Eu acho complicado, por que eu até entendo e no começo concordava [com as manifestações do Coletivo Candaces], mas é muito radical. Elas parecem que só querem proibir e não propõe nada no lugar. E mais, os outros hinos são piores.

O argumento que as manifestações sobre as músicas e o posicionamento das membras do Coletivo Candaces foram *radicais* foi reproduzido por muitos alunos e chama atenção como principal crítica à atuação dessas.

Três dias depois, a nota oficial foi enviada por email aos alunos:

Prezados alunos, prezadas alunas,
As Coordenadorias de Graduação dos cursos de Administração, Administração Pública, Direito e Economia da FGV-SP têm atuado firmemente para garantir que valores essenciais relacionados aos direitos humanos e à diversidade sejam respeitados no ambiente acadêmico e na relação das entidades estudantis com a sociedade como um todo, o que envolve desde os trotes estudantis até a participação de grupos de alunos em eventos externos.
Nesse contexto, foi realizada em 14/04 uma reunião com representantes da Atlética GV, incluindo a Bateria, na qual foi reafirmada a necessidade de se respeitar os valores acima

mencionados e o Código de Conduta da FGV quando entidades estudantis representam suas Escolas perante a sociedade.

Especificamente em relação às Economíadas, evento amplamente reconhecido e incentivado pelas Escolas da FGV-SP, que têm início neste fim de semana, as Coordenadorias acreditam na atuação responsável da Atlética GV e demais organizações estudantis que estarão presentes no evento, bem como de alunos que representarão a FGV. Essa atuação não se caracteriza por entoar hinos e cânticos que sejam depreciativos a grupos quaisquer, no contexto de direitos humanos e diversidade, bem como por desprezar as regras dos organizadores do evento e dos espaços que os acolhem.

Temos certeza de que nossos alunos entendem as implicações institucionais do desrespeito a esses valores, seja por indivíduos ou por entidades.

A todos, sucesso nas Economíadas e um bom feriado.

Com essa nova versão institucional sobre o ocorrido, os discursos mudaram pouco: muitas foram as especulações sobre quais seriam as implicações institucionais mencionadas, outras afirmações foram, novamente, sobre como a FGV estava se transformando em um lugar chato (“eu teria vergonha de fazer GV hoje”), mas também declarações como “Cuidado... The big brother (and sister) is watching you” e “Parece caça às bruxas” apontavam para o clima de fiscalização que se propagou. Esses discursos colocam os alunos que reproduzem as violências como “perseguidos”, invertendo posições de poder para colocarem-se como ameaçados pelas medidas tomadas. Essa inversão ocorre até mesmo na expressão utilizada – pois a caça às bruxas foi um movimento de feminicídio massivo institucionalizado.

Para uma aluna que faz parte da Bateria Tatubola, não havia necessidade dessa colocação da coordenação. Ela defende que a própria bateria poderia ter proposto um novo hino, por que ela vê a importância da faculdade ter um hino, tinha orgulho de cantar e via isso como “patriota”. Entretanto, na sua visão isso não foi tanto por falha da coordenação, mas pela forma como os próprios alunos lidaram com isso, que poderiam ter simplesmente aceitado e se juntado para escrever um novo hino. Ao invés disso, ela sentiu que não só durante o evento”, mas também nas vésperas, havia um divisor de águas entre diferentes grupos de alunos com diferentes posições.

Logo em seguida, a nota oficial da Atlética FGV foi lançada, pedindo aos alunos que levassem a sério a proibição da coordenação:

Querida Jacarezada...

Nós, diretores da AAAGV, estamos aqui para demais esclarecimentos a respeito dos acontecimentos recentes, que tangem músicas, hino, direitos humanos e nossas responsabilidades como entidade que representa os alunos.

Acreditamos que os jogos vão muito além do que dizem, nos jogos somos um só, nos jogos somos GV. Não podemos deixar que cantos e gestos que ofendam a nós mesmos, nossos colegas, pessoas com as quais convivemos todos os dias, nos divida. Assim, a gestão 2015 acredita que tudo deve ser medido e ponderado, por isso não compactuamos com gestos e cantos que ofendam nossos irmãos pretos e amarelo.

Respeitamos, é claro, o direito do aluno de se expressar, porém, por normas superiores da Fundação e por defendermos seu nome, cores e princípios, pedimos que "todos os valores essenciais relacionados aos direitos humanos e à diversidade sejam respeitados no ambiente acadêmico e na relação da Atlética GV e seus alunos com a sociedade como um todo".

Um dos maiores desejos e propósitos da nossa gestão foi o de fazer com que todos gevenianos cultivassem o amor pela Fundação, despertando neles o Amor Preto e Amarelo.

A pedido da coordenação da FGV, nós pedimos a todos os alunos que, durante as Economíadas, evitem gritos que entrem em conflito com os direitos humanos, uma vez que medidas drásticas podem ser tomadas caso isso ocorra e tome proporções que a Atlética possa não mais ter forças acadêmicas ou financeiras para se manter. Assim, todos nós somos protagonistas para construirmos os melhores jogos possíveis.

Dedicamos nossas horas, dias e semanas para construirmos um evento que marque positivamente a vida de vocês, queremos que todos consigam ter as melhores experiências de suas vidas. Por fim, o grande dia chegou, as Economíadas 2015 tem tudo para ficar marcada na história. Estamos Juntos nessa Guerra, porque Acima de Todos Somos GV!

A partir dessa declaração é possível perceber que o discurso utilizado foi de que os hinos e cânticos estariam ofendendo “irmãos gvianos”. Entretanto, a entidade não coloca em seus próprios termos o pedido de respeito aos direitos humanos, reproduzindo a declaração oficial das coordenações da FGV. Outro aspecto que chama atenção é que a entidade explicita que ela mesma pode ser prejudicada, através de “medidas drásticas”, reproduzindo o ocorrido como uma ameaça por parte das coordenações. Assim, a nota colabora para a construção da medida tomada como uma perseguição às entidades e os alunos.

O então presidente da AAAGV conta que durante a organização do evento a diretoria foi constantemente chamada pela a coordenação para discutir as medidas que seriam tomadas. Antes de a nota ser lançada, houve uma reunião em que o aluno defendeu que mudanças nas instituições são processos lentos, ao que a coordenação respondeu que estava no momento de impor essa mudança. Como efeito da nota, ele considera que ela foi importante por ter dado uma “amedrontada geral”, mas que

também gerou bastante repercussão negativa devido a forma como a nota foi redigida, de uma forma impositiva.

Já na medicina, após a CPI, a FMUSP teve músicas proibidas na íntegra ou com partes modificadas. Alguns exemplos do tipo de machismo e misoginia presente nessas antigas letras segue abaixo:

Longe pra caralho, lá no fim do mundo, tô chegando em Ribeirão!
Tem mulher de monte, puta nem se fala, a cidade é um tesão! ABC,
Paulista, Santa, Unicamp, vai pra puta que pariu! Nós ganhamos a
Intermed todo ano e o resto se fodeu!

Outro trecho que chama atenção é: “Eu tava no banheiro comendo a empregada, o índio abriu a porta e eu comi a bunda errada”. Outra música problemática se refere à FMUSP como porcada, termo como a faculdade é comumente chamada por haver realizado a primeira dissecação com um porco: “A porcada tá feliz, tá feliz! A porcada quer gozar, quer gozar! Quer enfiar na bucetinha, Dessa porra de escolinha, Que não para de chupar! Mais um! Mais um! A pica entra, o índio grita: Aaaaaaaaaaaaaa! Só tem cuzão nessa bosta de Paulista, Eu vou fuder, fuder você! Na Intermed o porco bota pra fuder!”.

Envergonhado, um aluno membro da atlética coloca que hoje considera as músicas “escrotas”, mas admite que as cantou muito. Entretanto, ele considera que a violência contra a mulher não é o maior enfoque dos hinos. Ele explica:

Acho que o maior enfoque é a questão sexual, com passagens como eu vou te comer, você vai me chupar; mas é difícil ter o artigo feminino. Acho que se sentir ofendido é de pessoa pra pessoa, por que as meninas também cantam e também ouvem.

Se na FGV a nota lançada pela coordenação e todo o processo de debate dos hinos gerou uma divisão entre grupos de alunos na faculdade, na medicina isso é visível de forma ainda mais nítida. O impacto do processo da ALESP nas dinâmicas da faculdade é algo citado tanto pelos alunos “atleticanos” (alunos membros da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz, AAAOC) quanto “coletiveiros” (membros do Coletivo Feminista Geni e do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade, NEGS). Para o aluno membro da atlética a mudança mais importante é referente à mentalidade dos alunos, que está mudando a cada nova turma que entra. Em sua opinião, ainda há pessoas que pensam de maneira machista ou homofóbica, mas agora esse não podem mais expressar abertamente essas opiniões. Ou seja, a disposição de forças mudou de tal

maneira que certos discursos não são mais aceitos dentro da faculdade. O aluno entende que apesar das consequências financeiras e burocráticas negativas para a atlética, esse foi um preço a ser pago pelos danos causados a muitos que por lá passaram.

Algumas recomendações do Ministério Público afetaram o funcionamento das atividades da atlética, principalmente no que se refere às festas. Preços iguais para ambos os sexos, a proibição de “open bar” (bebidas alcoólicas à vontade) nas festas. Até maio de 2016 não havia tido nenhuma festa organizada pela atlética. A seu ver, essas medidas foram tomadas, pois apesar do álcool não ser o causador das violências, servia como um catalizador. A AAAOC é obrigada a demonstrar em relatórios que está cumprindo as orientações do MP com informações como “não teve casos de violência de gênero”. Ele entende que acabar com as festas não acabará com o problema, e conta que houve uma reação de raiva de muitos alunos com as proibições. Conta que vê o processo como algo muito positivo, pois todos passaram a falar sobre o tema na época, o assunto foi trazido à tona.

Aqui é possível verificar a lógica de que sem “casos de violência de gênero” está se avançando no combate à discriminação. Ainda que isso seja procedente, essa lógica pode silenciar violências, especialmente se há interesses financeiros envolvidos. Assim, a compreensão de que o aumento de denúncias é um passo importante nesse combate, pois significa que há caminhos de denúncia eficazes, é fundamental.

Durante a época das denúncias e investigações, o membro da atlética conta: “O clima ficou super chato. Meio que gerou uma polarização da galera que era a favor da ALESP e a galera que era contra”. Para um membro do NEGS, “A partir de então começou uma guerra na faculdade”. Para o aluno entrevistado, haviam dois discursos dentre os alunos: alguns entendiam que as questões deveriam ser resolvidas internamente na faculdade, que não havia necessidade de envolvimento do MP, que em sua opinião queriam evitar que a AAAOC e outras organizações sofressem consequências; e outros que viam a necessidade de discussões mais estruturais sobre opressão e direitos humanos. Essa mesma cisão no debate, entre os “atletiqueiros” (com apoio da maior parte dos alunos) e os “coletiveiros” é semelhante ao que ocorreu na FGV e nas outras faculdades analisadas.

Entretanto, somente ao final da entrevista o aluno membro da atlética revela uma dinâmica de perseguição àqueles responsáveis pelas denúncias. Ele pede para não ser identificado, e explica que se preocupa, pois no futuro terá que trabalhar com muitos

médicos que foram contrários a exposição dos casos de violência. Ele explica: “A galera da ALESP sofre represália até hoje, a galera das denúncias. Existe um grupinho visto como quem delatou”. Os “coletiveiros” foram acusados de difamar a faculdade. O membro do NEGS entende que isso está ligado a um rancor e hostilidade gerado pelas medidas proibitivas. Ele conta que setores da atlética começaram a lhe perseguir, ridicularizando seus trejeitos e sua militância, e também perseguir aqueles que participaram dos protestos. Há também relatos de alunos homossexuais que na residência ou no internato ouviam de médicos que tinham que “virar homem” para fazer certos procedimentos médicos. Uma membra do Coletivo Geni explica que os carômetros eram usados para que os médicos soubessem quem eram os “coletiveiros” para que esses fossem perseguidos na residência e internato. Uma das vítimas de estupro que denunciou a violência sofrida, conta que foi ridicularizada e estigmatizada.

O tipo de ódio que surgiu contra essas organizações estudantis pode ser demonstrado através de uma postagem nas redes sociais em um grupo da FMUSP:

Joga pedra na Geni. Como eu torci pra vocês tomarem no cú, bando de vagabundo que só sabe ver defeito e generalizar, vocês envergonham essa casa. Nada do que vocês fazem melhora a situação. Pelo contrário, só aumenta o ódio contra vocês.

Novamente, o discurso coloca aqueles que denunciam as violências como “reclamões” que são “vagabundos”, ou seja, não fazem nada. A dificuldade desses grupos de fazer sua voz ouvida foi tanta, que o grupo de alunos que se sentia perseguido montou uma chapa para as eleições da atlética, para se pronunciar contra as perseguições de alunos, retirando sua candidatura em seguida. Essa atitude demonstra a posição social desse grupo que não possuem poder nem se quer para exprimirem seu próprio ponto de vista, e muito menos serem ouvidos. Aqui é possível entender essa dinâmica como a situação que Foucault compreende que o próprio direito a fala pertence a grupos determinados (FOUCAULT, 2008:76).

5.2 Mudanças Organizacionais nas Atléticas Estudantis Universitárias

Durante esses processos, é possível perceber mudanças organizacionais nas atléticas de cada faculdade, que refletiram (ou não) em medidas práticas tomadas durante o evento de combate à violência de gênero. Para o ex-presidente da AAAGV, uma série de providências estava sendo tomada para controlar as entidades estudantis no

sentido de evitar manifestações machistas no evento, mesmo antes da nota da coordenação expondo as sanções para tais. Isso começou a ser discutido pela própria atlética quando o assunto surge dentro da faculdade: “No final de 2014 começo de 2015 foi quando a FGV percebeu o quanto os hinos eram machistas”. A partir de então, nas reuniões da AAAGV uma série de medidas foram levantadas e sua aplicabilidade para o Economizadas foi debatida: “Foi uma coisa que nunca tínhamos pensado, e de repente virou pauta”. Para a AAAGV talvez o desvelar dessa questão tenha ocorrido “de repente”, mas para o Coletivo Feminista, por exemplo, essa é uma pauta desde 2013. O que ocorre é que o discurso adquire poder simbólico suficiente para adentrar o campo e ser reconhecido.

As decisões sobre que tipo de medidas seriam aplicadas, assim como as de suma importância para a entidade, ocorrem nas reuniões do Conselho da AAAGV. O ex-presidente conta que há uma participação grande dos veteranos, inclusive já formados e que essa proximidade entre ex-diretores e a diretoria atual é bem tradicional da forma de gestão da entidade – por exemplo, o primeiro presidente da AAAGV ainda dá “palpite” nas decisões. Ele explica que em 2014 praticamente não houve discussão sobre a temática de gênero nas reuniões.

No ano seguinte, 2015, devido a maior repercussão do tema, a liga de atléticas organizadora do evento recomendou que cada atlética se posicionasse sobre o assunto perante sua faculdade, a partir do contexto de cada uma dessas. Dentro da FGV, o ex-presidente explica, o foco foi nas músicas devido a esse ser o centro do debate sobre machismo na faculdade. Outra medida foi a decisão de que as alunas do Coletivo Feminista Candaces iriam identificadas (com camiseta e apitos) como ponto de apoio para ocorridos. O diálogo com o coletivo, a seu ver, foi fundamental para guiar as ações propostas.

Durante 2014 e 2015 a maioria dos membros da AAAGV era mulheres, mas para o ex-presidente esse não é necessariamente um fator relevante para a forma como a organização lidou com a questão de gênero – “o que faz diferença é o quanto as mulheres eram engajadas com a causa”. Em 2015, ele considera que havia várias alunas engajadas, e que isso foi fundamental para realizar uma mudança no posicionamento da organização. “Querendo ou não, na nossa época a sensação é que o tempo estava mudando. Hoje, para a gestão atual (2016) o tempo já mudou. E assim essas alunas continuam referência para os posicionamentos”.

Se é verdade que o número de mulheres não significa necessariamente a maior presença de medidas a favor de igualdade de gênero, a representatividade possui um papel simbólico importante. Ao se enxergarem em posições de poder, as alunas passam a se ver como capazes de ocupa-los, colaborando para aumentar a igualdade da representação de gênero nesses espaços. Sendo assim, visibilidade e reconhecimento são fatores fundamentais para a acumulação de poder simbólico, como aponta Bourdieu, e portanto fundamentais para romper estruturas de dominação.

A primeira ideia de medida que surgiu foi de “uma mudança radical”, que seria cortar a Jacabanda da programação do evento. O então presidente diz ter sido a favor, mas havia muita resistência por parte dos outros integrantes, e a decisão foi de que algumas músicas seriam “censuradas” – e não apenas trechos para que os alunos não continuassem cantando, mas as músicas como um todo: “Semanas antes do economíadas pegamos (a diretoria da AAAGC) todas as músicas, analisamos e cortamos”. Além disso, o show da banda foi colocado em um “horário ruim” (14h) e no primeiro dia, no qual ainda há muitos jogos acontecendo, uma mudança, pois esse costumava ser no último dia, na festa “espumada” que tradicionalmente possui maior aderência.

Outra atitude tomada foi em relação à Bateria Tatubola. Foi uma conversa que o ex-presidente considerou difícil – “Tivemos que ser muito pulso firme”. As ordens dadas foram para que a bateria não tocasse e não cantasse as músicas vetadas. A diretoria da bateria colocou que as músicas sempre tinham sido cantadas, e que não vinham por que mudar agora, que ninguém havia falado nada antes disso. O ex-presidente disse que levantou para a bateria o fato de que eles eram o apoio financeiro da instituição, e que em troca esperavam que a bateria seguisse essas recomendações. Segundo o aluno, a diretoria se mostrou bastante resistente, mas acatou a decisão. Outra medida que as entidades acordaram foi de introduzir novas músicas, com outro tipo de letra, já nesses jogos: “Tentamos doutrinar com novas músicas. Então a bateria criou as novas músicas, e ficamos de puxar essas em todos os jogos”.

Na atlética da comunicação da PUC, também é possível perceber mudanças na forma como a instituição lidou com o tema. Para uma aluna integrante da atlética esse movimento foi iniciado quando cada vez mais alunas politizadas começaram a participar e mesmo outros membros que antes não estavam conscientizados sobre a questão do machismo começaram a apoiar certas pautas. Ela atribui também essa

mudança na organização também ao fato que considera que o acesso ao feminismo ficou mais fácil, devido às redes sociais. A seu ver, comparando com as gestões anteriores, a mentalidade da atlética está bastante diferente.

Hoje, ela conta que pela primeira vez na história, há mais alunas que alunos na organização da atlética, apesar da proporção de mulheres ser maior nos cursos. Entretanto, isso não significa necessariamente que haja maior preocupação com a prevenção à violência, uma aluna da atlética comenta: “Tenho amigas que acham tudo isso uma besteira, não viam mais machismo na atlética ou nos jogos”. Outra questão que considera relevante é que vê no curso maior proporção de gays e lésbicas. “A diversidade na faculdade está também nesse sentido, por que são lutas diferentes, mas que podem se unir nesses momentos”.

Durante esse processo, a membra da diretoria da atlética identificou como um primeiro passo que os alunos e alunas reconhecessem a necessidade de realizar debate sobre o assunto, pois ela via que havia uma inocência na forma de tratar o tema. Diziam que as ofensas das músicas da bateria, por exemplo, eram “brincadeira” – “Ah, mas a gente não pensa assim mesmo”. Ou seja, a seu ver, os alunos não compreendiam os impactos sociais das atitudes que levavam. A aluna conta que acha que hoje, devido a tanto debater os temas, os membros de sua atlética estão mais cuidadosos com certas questões: “Meninos da atlética já foram tão expostos e tão rebatidos que hoje pensam 30 vezes antes de falar”. Assim, os discursos disputados aos poucos se alteram: se isso não significa necessariamente uma mudança de mentalidade, para Foucault, os discursos moldam as práticas, resultando em novas dinâmicas sociais.

Essas transformações são visíveis: outra medida tomada recentemente pela atlética foi o veto à bateria de certas músicas consideradas machistas e misóginas. Ainda que os alunos possam continuar cantando as músicas, o entendimento das alunas é que se a bateria “não puxar” a incidência diminui elas serão eventualmente esquecidas. Ela entende que “a atlética não é uma instituição política, mas uma empresa”; e que, portanto, “não tem como ser um agente mobilizador dessas pautas, mas que possui um dever de ser influenciador”.

Entretanto, a aluna explica que havia também outras preocupações que permearam a organização do JUCA e que foram mais complexas por envolviam questões financeiras. A aluna considera que proibir música é uma coisa, mas que para levar a questão a sério é preciso que essa preocupação permeie as demais programações

do evento. “Teve um funkeiro que queria se inserir no meio universitário que se ofereceu para tocar no nosso alojamento de graça. Mas as músicas dele eram muito machistas, horríveis. É difícil organizar um evento com essa preocupação e ao mesmo tempo com um *break* para bater, por que meu financeiro vinha atrás de mim e dizia – essa atração trás mais 100 pessoas, você banca essa decisão?”. No final, o artista foi recusado.

Assim, as mudanças organizacionais permitiram não só a aprovação de nova regulamentação “anti-opressão”, mudanças na divulgação do evento, o treinamento de seguranças, e uma contratação de atrações que não reproduzissem violências de gênero ou raça. Portanto, se a maior representatividade de mulheres e LGBT ou a mudança de discursos devido a represálias isoladas não necessariamente significam mudanças nas práticas, ainda sim podem ser considerados fatores fundamentais na desnaturalização de violências e na implementação de ações para seu combate.

Já na Cásper Líbero, uma das atletas conta que vê bastante dificuldade na relação entre a atlética e os coletivos (feminista, LGBT e negro). A seu ver, a atlética é a entidade mais forte da Cásper, incluindo o centro acadêmico. A aluna conta que sempre existiu conflito entre a atlética e os coletivos, pois esses estavam sempre cobrando posicionamentos e repudiando certas atitudes, e as alunas estavam sempre na “linha de frente” desse processo.

Vejo uma dificuldade de relacionamento, tipo um muro. Como tem bastante meninas na atlética, talvez fosse um caminho, uma abertura maior para dialogar. As meninas (dos coletivos) fazem bastante barulho, não deixam passar. Elas tentaram achar alguma maneira de fazer diálogo, nem que seja por pressão. Eu acho necessário cada vez mais iniciativas para combater o machismo, de dentro da atlética inclusive.

Essa dinâmica também demonstra a recorrente disputa de poder entre esses dois agentes – as atléticas e os coletivos. A aluna considera que as alunas dos coletivos são fechadas, pois ficam muito entre si. Ela coloca, por exemplo, que acha intimidador participar de reuniões, pois considera que elas são mais bem informadas sobre o assunto e tem um posicionamento já mais fechado. Essa fala é importante pois demonstra que esses coletivos não representam a totalidade das alunas ou LGBTs nas faculdades, também possuindo dinâmicas de exclusão, inclusive daqueles que são favoráveis as pautas que defendem.

Para uma aluna que participa das frentes feminista e LGBT, “a atlética fica em cima do muro, e só age depois de muita pressão”. Ela considera a relação extremamente desgastante, pois há uma série de denúncias que se repetem, mas também pois vê uma falta de capacidade da atlética de tomar iniciativa própria para combater certas discriminações: “A atlética só funciona na base da crítica, só se posiciona depois de nota de repúdio... E aí é meio tarde demais sabe? Não vemos pouca proatividade para uma mudança de postura na instituição”.

Na FMUSP quando o membro da atlética foi questionado se havia alguma preocupação na organização do evento com a violência de gênero, sua resposta deixa evidente que isso está longe de se tornar uma preocupação institucional:

Rola às vezes em episódios de cuspe e arremço de latinha, o pensamento de como sou mais forte, vamos proteger as minas. Ou então quando os caras jogaram latinha no time de soft, que é das minas, rola uma articulação de retaliação, do tipo vamo fude os caras.

Essa resposta, para além de demonstrar a ausência absoluta de medidas de combate à violência de gênero, é em si mesmo uma reprodução de que a mulher seria incapaz de se defender – um objeto, frágil, a ser defendido pelos homens – ou seja, constitui-se ela mesma em uma violência simbólica.

O aluno coloca que acha que violência de gênero nunca foi uma pauta para a organização do evento. Ele ressalta ainda, que se acontecesse alguma coisa acha que a aluna falaria com os amigos, o que mostra a ausência de um canal institucional de denúncia. A FMUSP leva seguranças particulares, para proteger os torcedores em caso de brigas e, apesar de não ter acesso à contagem oficial de quantas dessas seguranças são mulheres, através da observação no evento não foi identificada nenhuma segurança mulher.

Outro mecanismo de segurança importante é gerido pelos próprios alunos. Existem alunos da organização, identificados com vestimentas chamativas, que possuem uma posição importante para o controle de agressões. O sistema se dá da seguinte forma: a multa por agredir um organizador é de 1500 reais, mas a multa ao organizador se esse agredir algum aluno é de 3000 reais. A partir de um número também estimado a partir de observação, cerca de 30% desses organizadores são alunas, porcentagem que pouco varia em jogos masculinos ou femininos. Apesar de ser um mecanismo de mediação de conflitos, a decisão sobre o julgamento de se os casos são

ou não violências ou agressões e também a decisão de aplicação de multas é realizada pelos próprios alunos, o que pode ser extremamente problemático. Em um contexto em que a violência de gênero é naturalizada, se o poder de definição do que é ou não violência e as instâncias de julgamento dessas pertence aqueles que a perpetuam, ela tende a permanecer considerada legítima e, portanto, operando livremente.

5.3 Pressão nos Atletas

Outro aspecto importante para entender o contexto dos jogos universitários é a pressão exercida nos atletas pelo bom desempenho nos jogos. Na FMUSP, desde a entrada dos alunos, há uma série de ritos que cultivam uma identidade e identificação com as tradições na faculdade. Um aluno membro da atlética, que pediu para não ser identificado, explica “Quem entra na atlética desenvolve um amor. Esse amor começa a ser construído na semana de recepção.” Para Renata, do Coletivo Geni, isso faz parte de uma “disputa do pensamento das turmas” assim que entram na faculdade, que também significa uma disputa da narrativa dos processos recentes ocorridos na faculdade. Assim, a disputa pelo saber, ou seja, pela narrativa que pauta a forma de se viver a faculdade, é também uma disputa de “recrutamento” dos novos alunos.

Dentro dessa lógica de recrutamento, o evento da Calomed tem um papel importante. Já ocorreram 16 edições da Calomed. A FMUSP ganhou 14 dessas edições. Por isso, explica o membro da atlética, ganhar o Calomed é algo importante. Mas, a seu ver, mais importante que ganhar é ter um grande número de alunos participantes daquela turma na atlética e na competição. Ele explica que isso é importante, pois geralmente os alunos que participam continuarão na atlética, competindo e organizando jogos e eventos. Ele considera essa experiência importante para os calouros, pois “é um meio informal para conhecer seus colegas, as pessoas com que você vai trabalhar para o resto da vida”.

Renata, membra do Coletivo Geni, vê isso de uma forma diferente. Ela explica que o discurso utilizado pelos veteranos é que se o calouro não treinar para a Calomed, não terá amigos, não terá “panela” no internato, terá uma formação ruim e não passará na residência. Ela entende que os calouros são coagidos a treinar. Maria, outra membra do Geni, que foi aos jogos, contou que os membros da atlética pressionam muito as atletas para jogar, como há menos meninas que se interessam. Ela contou o caso de uma

atleta que foi tão pressionada que desistiu de ir ao evento. “Ela seria a diferença entre o time ganhar ou não, mas encheram tanto o saco dela que ela não vai”, conta.

Essa pressão se manifesta inicialmente nos treinos, ou seja, alunos são pressionados para sair mais cedo de aulas e atividades curriculares para não se atrasarem nos treinos. Um ex-membro da atlética relatou à Ponte que quem infringe as normas é perseguido e recebe punições, muitas vezes físicas. Existe uma competição do quanto as pessoas se dedicam, ele explica: “As pessoas contabilizam os sacrifícios que fizeram: quantas DPs pegaram, quantas aulas perderam, quantas vezes bateram o carro por causa do cansaço. Isso era contado como uma vantagem.” Para o membro da atlética entrevistado essa pressão se deve a forte ligação dos veteranos com a vitória no campeonato. “Quando os calouros ganham você sente que você ganhou, e esse é um sentimento muito bom. Então existe uma pressão nos calouros, não é intencional, mas existe”.

A pressão nos atletas, apesar de não ser específica ao gênero, pode gerar nos alunos próprios alunos uma valorização do sucesso nos jogos “a qualquer custo” gerando posturas permissivas a violências. O relato de outra atleta, sobre um dos momentos de integração dos atletas antes dos jogos, no qual os alunos dos diferentes times vão para um sítio confraternizar, exemplifica a questão. Uma das atletas conta que os treinadores de cada time costumam passar o dia no local com os alunos.

A maioria deles é homem, e o assistente do goleiro de handbol masculino foi. Ele já estava bêbado, o que não desculpa a situação, e ele estava chegando nas meninas e era bem desconfortável, o que eu já considero assédio. Mas aí eu tava indo para os quartos do bar onde fica todo mundo na churrasqueira e fui sozinha por um caminho meio vazio pros quartos. Aí ele vira e grita pra mim – ah mas que vontade de chupar essa buceta. O pior é que os meninos do Handbol riram. O técnico é uma posição de liderança. Influência os meninos a rirem e fazer esse tipo de coisa. Isso foi um choque por que eu costumo ser amiga dos meninos, fiquei chocada como eles não tem noção. Aí eu contei isso para algumas meninas do basquete. Não falei pra mais ninguém, mas uma amiga minha mais velha contou para o técnico do basquete. Eu esqueci e nem comentei mais com ninguém. Aí o técnico foi até a atlética, pedindo que ele fosse demitido, com razão. Mas aí o pior foi que os meninos queriam manter ele como técnico, por que faltava um mês para o Economíadas... Eles só pensaram nisso. O meu técnico, do basquete, teve que brigar para ele ser demitido mesmo ele tendo feito um absurdo desse, sendo que todas as meninas depois dessa falaram que também se sentiram assediadas por ele. Eu me senti envergonhada. Por minha amiga ter me exposto sem avisar e tal... Eu sei que a culpa não é minha, e me senti culpada por eles terem que

demitir esse técnico. Mas sim, uma situação dessas tem que tomar atitude na hora para não permitir mais atitudes assim.

A partir do relato é possível perceber que o silenciamento e a proteção dos agressores ocorre em meio a esse sistema de pressão nos atletas, reproduzida pelos próprios alunos.

5.4 Divulgação dos Eventos

A divulgação do evento com “*slogans*” como “Juntos nessa guerra”, “todos contra todos” é responsável por antecipar o clima de competição entre as faculdades. Como ocorre em outros momentos dos jogos, os ataques dessa competição incorporam violências de gênero. Um acontecimento importante a ser citado nesse sentido envolve o material divulgado nas redes sociais pelas atléticas como campanhas antes dos eventos.

A AAAGV soltou um vídeo com todos os atletas, falando frases para motivar os alunos a ir ao evento. A diretora de marketing da atlética, uma das atletas, aparecia na última cena do vídeo. Ela explica que seu time de vôlei tem uma tradição quando vencem algum campeonato, que consiste em tomar cerveja dentro do troféu, comemorando e jogando cerveja em si mesma e em outras jogadoras do time. Assim, a atleta aparece na última cena bebendo cerveja do troféu e jogando em si mesma. Em seguida, o Insper fez um vídeo e utilizou duas cenas do vídeo publicado pela FGV. Uma foi a que um aluno negro aparecia com asinhas de borboleta. A outra foi justamente a cena dessa aluna. Ela explica:

Eles fizeram um vídeo em cima do meu vídeo, e no lugar da taça colocaram um pinto, como se a cerveja fosse o gozo e eu estivesse me lambuzando com o gozo como se tivesse pagando o boquete. A raposa é o mascote do Insper, e aí pegaram uma menina loira ... Não sei por que uma menina se sujeitaria a fazer isso... Mas colocaram ela de costas para fingir que era eu, antes dessa cena, como se eu tivesse pagando um boquete para a raposa.

Ela conta que todos da faculdade viram e que diversos “memes” (uma imagem com frases que é replicada na internet, visando a “viralizar” um conteúdo) passaram a circular pelas redes sociais. O vídeo chegou até o irmão da atleta, que morava em outra cidade:

O que mais me chateia é que acabou que eu não fiz nada. Eu preferi apagar. Falaram para eu processar e tal. Mas fiquei com medo que

mais gente visse, que repercutisse mais. Acho que o pior foi ouvir do meu irmão depois que a culpa tinha sido minha de ter aparecido no vídeo daquele jeito.

Na conversa com a aluna, ela explica que antes via violência como mais ligada a violência física. Mas que depois com o tempo passou a ver como violência psicológica esse tipo de coisa. Ela explica que o feminismo não era muito discutido, mas que começou a ter mais contato com o movimento através de grupos de Facebook e hoje acredita que qualquer ação com o objetivo de rebaixar uma mulher pode ser considerada uma violência. A aluna mencionou essa violência somente ao final da entrevista e contou que apesar de ter passado por outras situações de machismo, essa era sua pior experiência principalmente devido à exposição que gerou, e comenta ainda que achou melhor ter acontecido com ela, pois considera que várias amigas teriam ficado “pior”.

A partir desse caso é possível perceber uma lógica que permeia todo o evento: a violência simbólica contra a mulher muitas vezes é utilizada como instrumento para atingir as instituições (seja a atlética ou a própria faculdade). Chamam atenção também as consequências desse tipo de violência, em que a vítima é culpabilizada por ser vítima.

Já no JUCA é possível perceber, mesmo durante a divulgação do evento nas redes sociais, uma série de postagens preocupadas com o combate da discriminação de gênero – por exemplo, com postagens contra o assédio no carnaval, reconhecendo o dia da mulher e da luta pela igualdade de gênero e valorizando a diversidade no dia internacional de combate à homofobia. Além disso, em todas as postagens, os organizadores utilizam a *hashtag* #JucaSemOpressão.

No dia do evento, a LACA (Liga das Atléticas de Comunicação e Artes) emitiu a seguinte nota:

Eu sei que você deve estar tão ansioso quanto eu, mas eu vim fazer um apelo extremamente importante antes de embarcarmos para Sorocaba, a terra que vamos chamar de casa nos próximos quatro dias. A organização do JUCA é terminantemente contra qualquer tipo de agressão, preconceito, violência e discriminação contra qualquer pessoa. Caso alguma dessas atitudes seja denunciada ou vista durante as festas e praças esportivas, os responsáveis pela organização e toda o time de seguranças estará de prontidão e tomará as devidas providências para que o ambiente volte a ser o que ele pretende: livre de preconceitos e opressões.

5.5 Recorrências Discursivas nos Debates

As primeiras recorrências discursivas importantes vêm das próprias músicas cantadas pelas baterias e alunos, as quais muito comumente circulam entre faculdades com alterações somente em alguns trechos. Dentre os padrões que se repetem estão os enunciados que a) colocam as mulheres como objetos sexuais, b) exaltam o uso da coerção para obter sexo e c) fazem referência à sexualidade feminina para ofender as faculdades rivais.

A objetificação da mulher está presente no universo das músicas em geral, pois apesar dessas serem cantadas em competições de esporte, a mulher não é referida como agente, sujeito – ou seja jogadora dos esportes – mas como um objeto sexual a ser utilizado nesses eventos. “Nosso esporte é na vagina”, diz o hino da FGV. As relações sexuais retratadas são abordadas de forma que as mulheres, especialmente divididas em categorias hierárquicas, são apenas fonte de prazer masculino: “Se for Feana eu posso até botar pra dentro; Mas vou tapar seu rosto com um cobertor”.

No segundo caso, de exaltação da violência sexual, geralmente ocorre a apologia ao estupro, como em “Eu sou pró na arte de arrombar vadias, alargo todo mundo”. O recurso às imagens de coerção sexual são utilizados como suposta demonstração de poder daquela faculdade – ou seja, a capacidade de submeter as mulheres de outras instituições ao sexo através da violência constrói o sentimento de supremacia entre os alunos.

Outra recorrência discursiva nas músicas parte da compreensão de que degradar a imagem das mulheres da instituição rival afeta a “honra” daqueles que lá estudam. Assim, a sexualidade da mulher é evocada com o intuito pressuposto de insultar a “honra” daqueles que “possuem tais mulheres”. As alunas são geralmente retratadas como “vadias”, “vagabundas”, ou “putas”, com menções à prostituição como “nem de Graça eu te quero”. A sexualidade ativa da mulher é enunciada como algo que negaria seu valor e a prostituição aparece como o auge de sua coisificação e mercadorificação – e no caso do “nem de graça”, de desdém. O próprio título da música da FGV que se refere ao Mackenzie como “Facul de Puta” demonstra essa lógica. A questão da posse sobre a mulher se articula com essa ideia, e aparece nas músicas de forma que uma faculdade poderia “possuir” as alunas ou sua metonímia, as genitálias, de outras: “A xoxota do Mackenzie é nossa”. Aqui, o órgão sexual feminino é utilizado como sinônimo de mulher, reduzindo seu significado a objeto sexual.

A partir do exemplo da música “Cala a boca Bigoduda, vem servi meu café” é possível identificar outros dois aspectos da discriminação contra a mulher recorrente nas músicas – o controle da aparência a partir dos padrões de beleza e ainda a discriminação de classe. A outra face da objetificação feminina é quando os corpos femininos não seguem os padrões estéticos estabelecidos socialmente e passam do venerável para o obscuro, indecente, indesejável, sem valor. Bigoduda aparece como um símbolo de “mulher feia” juntamente com “baleia” e “gorda”. Novamente insultar a aparência das alunas de dada faculdade passa a ser um instrumento para atacar a instituição. Já em relação à classe, muitas músicas fazem menção a figura de “empregada”, seja relacionando a aparência dessas “cara de filha de empregada” ou mesmo a função que essas exercem “vou te contratar, você vai ser minha empregada”. A discriminação do trabalho doméstico, visto como menos digno, é utilizada para inferiorizar as alunas de outros cursos, e afirmar que estas estariam lá para servir. Esse discurso está ligado também à construção de uma identidade de supremacia – pois essas estariam servindo a alguém superior. É importante ressaltar que essa discriminação específica de classe ocorre dependendo do contexto sócio-econômico da faculdade envolvida.

É importante compreender que essas violências muitas vezes parecem perder seu significado original para seus locutores, através da repetição e dos novos sentimentos que são associados com a experiência dos jogos. Algo que colabora para esse fenômeno de resignificação é que muitas das músicas são paródias de músicas populares já existentes, com as quais os alunos já possuem vínculos. Ao mesmo tempo, esse esvaziamento do significado pode estar ligado à naturalização do conteúdo – o evidente se torna invisível. Apesar de sempre haver críticas às músicas, é apenas recentemente que essas ganham força dentro das universidades, capitaneadas por grupos de mulheres “coletivos”.

A partir de notas de repúdio, campanhas e intervenções, os discursos de grupos de mulheres ou de outras minorias se posicionam enfrentando a cultura disposta, com um foco especial nas músicas misóginas e racistas cantadas pelos alunos. O assunto passou a ser discutido por muitos alunos que cantavam as músicas há anos e nunca haviam visto problemas nelas. Ainda que em meio a muita reação marcada por discursos de ódio, o próprio fato de o tema ser debatido mostra uma alteração com relação ao conjunto forças antes vigente. Pela primeira vez, aqueles que viam as músicas como uma violência possuíam capital simbólico suficiente para disputar seu

significado. E em alguns casos, essa violência foi reconhecida enquanto tal pela primeira vez. Esses posicionamentos são fruto de associações coletivas entre alunas, formando um agente mobilizador, mas também de um contexto social (com forte papel das redes sociais) que disseminava o tema e fomentava a auto-organização feminina. A partir de então, os coletivos se fazem, se pensam e se constroem como espaço de contestação à dinâmicas dadas pelos outros atores na faculdade, pressionando e impondo pautas.

É possível identificar como uma estratégia recorrente nas campanhas realizadas a utilização de depoimentos de mulheres vítimas de violência, que são expostos para a comunidade universitária. Essa é uma forma encontrada para sensibilizar os demais alunos. Outro aspecto comum a esses grupos é o embasamento no conhecimento feminista produzido academicamente, gerando defesas de que a violência de gênero seria algo estrutural e cultural. Esse aspecto é importante, pois muitas vezes gera dificuldade de diálogo entre participantes do movimento, que utilizam terminologias específicas, e aqueles “leigos” no assunto. A utilização de referências da linguagem acadêmica indica um acúmulo de capital simbólico; mas, se por um lado essa fortalece os discursos com legitimidade, por outro pode torna-los excludentes.

Esses movimentos também estão interligados – os coletivos das diferentes faculdades se articulam e se inspiram nas campanhas e o mesmo ocorre com movimentos feministas não-universitários. Um mecanismo bastante utilizado são as “notas de repúdio”, geralmente compartilhadas através das redes sociais, que possuem o objetivo de expor violências e violentadores e gerar conscientização acerca das questões abordadas. Especificamente sobre as músicas, as notas e campanhas defendiam que as músicas eram ofensivas às mulheres e que reproduziam uma cultura machista que possuía forte relação com a violência contra a mulher na sociedade.

Também é possível identificar alguns padrões nas reações às campanhas feministas e às notas de repúdio. Alguns discursos classificam essas mobilizações como “falta do que fazer”, colocando essas como reclamações, diminuindo seu significado a “besteiras”. Esse enquadramento de militantes feministas como “desocupadas” geralmente sugere que essas não possuem outras atividades na vida, e que por isso estariam atribuindo demasiada importância a essas questões, em verdade insignificantes. Assim, além de ofender as próprias participantes do movimento, o discurso coloca as violências simbólicas abordadas como algo banal, não político. Outra linha de discurso

aborda a vida sexual das alunas, sugerindo que essas manifestações seriam reflexo de uma amargura, vinda da insatisfação nessa – sugerindo o acesso a órgãos fálcos como solução. Assim, essas seriam “mal comidas”, “não trepam e não tem mais o que fazer”, por “falta de pica” e por “falta de rola”.

Outro argumento recorrente foi “os incomodados que se retirem”. Ou seja, ao invés das discussões mobilizações realizadas, muitos alunos entendem que a questão é mais simples – se alguma aluna se sente ofendida ou agredida pelas músicas, é ela que não deve comparecer em eventos que tenham esse tipo de programação. Esse argumento está ligado à compreensão de que o problema nas músicas é a ofensa individual às mulheres que as ouvem, e não que isso estaria ligado a um fenômeno cultural coletivo.

Muitas das discussões que decorreram eram relativas ao conceito de “direitos humanos”. Enquanto muitas posições foram de deboche do termo (“Direitos humanos... Ui ui! Não me toques”) outros pareciam não ver violações de direitos humanos na situação discutida. Esse tipo de posicionamento faz parte de uma série de discursos que entendem essa situação como algo irrelevante e que se restringe à “brincadeira” e que “todos sabem” que não há intenção de ofender ninguém. A utilização dos termos brincadeira para tratar das músicas já é por si só uma forma de naturalização dessas violências, que através da defesa de que as músicas seriam uma forma de humor acoberta sua misoginia. A partir das disputas nas redes sociais é possível perceber que esses discursos compõem uma construção discursiva em que as “brincadeiras” tinham passado a ser vistas como violências em razão de um suposto um lapso lógico, e assim a “chatice” do politicamente correto havia se imposto de forma ilegítima na faculdade, trazendo consigo “atentados à liberdade de expressão” e “censura”, dois outros termos correntes no debate

A apropriação sobre o termo censura faz parte de uma série de apropriações realizadas no seio de reações aos movimentos feministas, que os colocam como responsáveis por instaurar uma “perseguição aos alunos”. Com declarações como “Cuidado... The big brother (and sister) is watching you” e “Parece caça às bruxas”, apontavam para o “clima de fiscalização” que se propagou. Esses discursos colocam os alunos que reproduzem as violências como “perseguidos”, invertendo posições de poder para se colocarem como ameaçados pelas medidas tomadas. Essa inversão ocorre até mesmo na expressão utilizada – pois a caça às bruxas foi um movimento de feminicídio massivo institucionalizado.

Outro termo que se insere nessa lógica é “feminazi”, que faz alusão ao nazismo. O termo se popularizou nos anos 90, quando foi utilizado pelo radialista Rush Limbaugh para se referir a feministas que defendiam o direito à interrupção da gravidez, definido pelo próprio como “uma feminista para a qual a coisa mais importante da vida é garantir que seja realizado o maior número possível de abortos”. A partir da definição do “Dicionário Informal”, no qual os usuários inscrevem e compartilham suas definições, podemos entender a forma como o termo é definido por aqueles que o utilizam atualmente: “Militante feminista, fanática, com ideais extremistas. Costuma ser misândrica, - possui ódio ou aversão aos homens – de forma velada ou explícita. Também conhecida como Feminazista.”

Hoje esse é termo utilizado nas redes sociais e meios de comunicação, e também nos debates no meio universitário analisado. Para Mariana Messias (2015), seu empregopossui o objetivo de “encaixar sua interlocutora no estereótipo de mulher irracional, fria assassina de fetos e opressora de homens”. (MESSIAS, 2015). A associação do movimento feminista ao nazismo permite que, a partir de uma taxaço das mulheres como raivosas ou descontroladas, desqualifique-se o conteúdo dos argumentos que essas levantam nas discussões. Nesse argumento ocorre outra inversão, pois a resistência à violência é posta como algo violento.

Outro padrão está relacionado à atuação das instituições universitárias frente aos casos de violência. Se na FGV a própria universidade teve uma posição progressista no debate, na medicina a instituição se mostrou como principal agente responsável por abafar violências e perseguir aqueles que haviam rompido o silêncio. Com o objetivo primordial de proteger a instituição e sua imagem, a preocupação com as vítimas foi praticamente inexistente – vale sublinhar que a maioria desses professores exercem papéis como médicos também. Com o desvelar de cada vez mais casos de violência de gênero nas diferentes universidades, o medo dos escândalos midiáticos parece sobrepor os esforços para enfrentar internamente a questão: assim, pressões e mecanismos de silenciamento operam visando a combater a questão e torná-la invisível novamente, ao invés de criar medidas preventivas, educativas, sistemas de acolhimento ou punição dos agressores.

Diante desse quadro, foi criada uma rede de professoras da USP. Inspiradas pelas alunas do Coletivo Geni e frente ao cenário de gravidade das denúncias de violência de gênero na USP como um todo, foi criada a rede “Não Cala USP”. Segundo

as membras, ela surgiu devido à necessidade de um espaço autônomo e independente de atuação, mais propositiva na articulação da proteção das alunas, e não necessariamente ligada aos canais institucionais da universidade, que consideram insuficientes. Para além disso, havia uma dificuldade de utilização do espaço institucional devido as relações de poder internas.

É fundamental perceber que todos esses confrontos e debates iniciam-se de um deslocamento de forças que permite que a violência de gênero, se não reconhecida, seja abordada. Falar sobre essa violência, por sua vez, também passa a deslocar essas próprias forças. Tradicionalmente, a atlética tinha uma existência incontestada nas faculdades. Os coletivos, já se denominando e portanto se constituindo como “outros”, surgem contestando uma série de situações dadas. Entretanto, esse surgimento só é possível devido a mudanças simbólicas e do cenário social mais amplo – seja no maior acesso a saberes feministas na internet ou na maior representatividade feminina na mídia – e também materiais: maior diversidade social na composição dos alunos de faculdades de elite e programas sociais que permitam essa inclusão no ensino.

A partir de então, uma série de reações frente a esses movimentos e discursos surgem. Mas, há também mudanças organizacionais em entidades como a bateria e atlética, resultando inclusive em novas práticas que buscam romper com algumas violências naturalizadas, seja na segurança do evento ou na construção de um novo repertório simbólico, como novas músicas universitárias. Enquanto os debates ainda ocorrem carregados de discursos discriminatórios, a mudança cultural revela-se sistêmica e afeta quase todas as universidades paulistas, de forma que uma passa a exercer pressão sobre as outras – estimulando, legitimando e acelerando mudanças. No capítulo seguinte será possível identificar nos próprios eventos a posição ocupada pelos discursos de resistência e reação à violência de gênero.

6. Rumo ao Interior: Chegando aos Eventos

Durante as incursões em campo, tive acesso a espaços diferentes, e de formas diferentes, o que faz com que haja variação nos dados levantados em cada evento. Esse grau de inserção no campo, no caso do Economíadas estava ligado ao fato de eu ser uma aluna de um curso que participa da competição – permitindo que eu conhecesse previamente diversos atores e acompanhasse o debate em esferas virtuais e cotidianas. Já no caso do Calomed e do JUCA, a inserção no campo foi reflexo da abertura (maior ou menor) desses espaços à pauta da pesquisa, e mesmo à participação de alunos alheios às instituições.

Durante entrevista com o membro da atlética da FMUSP, coloquei que tinha interesse em comparecer a alguma Calomed para realizar pesquisa de campo. Inicialmente o aluno me indicou uma das Calomeds que é apelidada pelos alunos de “Calomorte”, que agrega as faculdades consideradas “mais briguentas”. A piada que circula é “E aí, como foi o Calomorte? Quem morreu esse ano?” Isso ocorre pois é o evento que mais há relatos de confronto físico (“brigas”). Assim, ele coloca que seria o espaço onde haveria mais violência a ser observada. Quando expliquei minha intenção de observar e conversar sobre violência de gênero com alunos, ele imediatamente mudou de opinião:

Se alguém descobrir que você está lá por motivos de pesquisa, não vai ser legal. Elas vão perguntar pra você, de que faculdade você é. Quantos títulos a gente tem na pré? Quando eles suspeitam que você está a paisana eles interrogam mesmo. E existe essa suspeita. Eu quero ver esse jogo por que vai ser a final contra o meu time. Aí eles veem alguém mais quietinho e perguntam, qual o endereço da atlética? É possível ir e ficar suave, mas não ficar em alojamento.

Quando coloquei a possibilidade de me articular com alunas de coletivos feministas dessas instituições para obter apoio, o aluno respondeu que essa não era uma possibilidade, pois pessoas de coletivos não são bem vindas nesses espaços. Apesar de conhecer diversos estudantes dessas faculdades, ele colocou:

Não conheço ninguém que seria tranquilo você falar lá. Conheço pessoas, mas pessoas que fariam de tudo para não manchar o nome da própria atlética. Eu, homem hetero branco cis, que conheço a galera, não teria coragem de ir por que me reconheceriam e por que eles tem coragem em bater em homem.

É possível perceber nessas práticas usadas, um sistema de verificação das identidades através de códigos – que garante que os indivíduos presentes sejam exclusivamente da mesma faculdade. A própria linguagem utilizada, como “interrogatório” e “à paisana” remete a um *modus operandi* militarizado. Esse aspecto, presente muitas vezes no próprio esporte, é também constitutivo de relações de hierarquias abusivas dentro das atleticas estudantis.

A partir desse contexto, ele indicou que a melhor possibilidade seria eu ir à Calomed de que a Pinheiros participa, e ver com o Coletivo Geni se alguma membra pretendia ir ao evento. Entendendo o alojamento como um espaço importante de interação no evento, foi enviada para a organização do evento da FMUSP um pedido para que ficasse hospedada com os alunos. Entretanto, após o envio do projeto de pesquisa e a consulta aos representativos, foi afirmado que era “arriscado” para atléica se envolver com o projeto e que na situação em que se encontram não poderiam correr o risco de algo ser publicado sem ser estudado pela diretoria executiva da faculdade. Assim, o campo realizado ficou restrito ao espaço dos jogos, pois mesmo as festas eram realizadas dentro do alojamento.

É importante perceber aqui que a estratégia de enfrentamento do problema de violência de gênero da atléica da FMUSP não passa por levantar informação sobre esse, mas pelo contrário – a compreensão é que nenhuma exposição de violência de gênero no evento é bem-vinda. Enquanto essa for uma preocupação, o silenciamento de violências ainda é um risco. Sem a compreensão de que denúncias podem significar um avanço, mostrando, por exemplo, que há um canal de escuta eficaz ou que as violências são reconhecidas como tal, a pressão continuará sendo exercida visando silenciar essas violências.

Já no JUCA, um primeiro dado sobre o campo foi a abertura das alunas e alunos para o diálogo sobre o tema. Quando mencionava que meu tema de pesquisa era violência de gênero, geralmente as primeiras reações foram “Nossa, aqui tem muito” ou “Veio para o lugar certo”. Por exemplo, conversando com uma atleta, expliquei o objetivo da pesquisa e sua reação foi “Nossa você estava na festa de ontem?”. Quando eu perguntei a que ela se referia ela respondeu: “O que não aconteceu ontem? Os caras não me deixavam em paz”. Assim, é possível perceber que as alunas e alunos no evento reconhecem mais situações como violências, e valorizam em seu discurso que essa seja abordada.

6.1 Logística da Organização dos Eventos e Impacto nas Cidades Sedes

Toda a logística do eventos é pensada para que os estudantes não interfiram na dinâmica da cidade-sede: os estudantes ficam em alojamentos (escolas ou clubes) onde já é disponibilizado algum tipo de atração, há uma frota de ônibus organizada pelas atléticas que transporta os alunos para as diferentes atrações: os jogos, nos estádios e centros cívicos da cidade; e as festas ocorrem em espaços provisórios especialmente montados para os alunos – as “tendas”, ou em boates da região. Os alunos recebem recomendações para não circular pela cidade, devido a históricos de assaltos e violências nos eventos. Assim, consomem alimentos e bebidas disponibilizados dentro do próprio alojamento pela atlética, geralmente em “food-trucks” ou mesmo pequenos comerciantes que trabalham ao redor das faculdades em São Paulo que vão junto aos alunos, para trabalhar praticamente 24h por dia.

Os alunos, via de regra, não interagem com a população local, e nem com alunos das outras faculdades (a não ser em algumas festas que são conjuntas e, é claro, nos jogos do outro lado da arquibancada). Há uma preocupação para impedir o contato entre as diferentes torcidas, seja antes, durante ou depois dos jogos. Uma aluna da FMUSP, atleta e membra do Coletivo Geni conta que uma vez tentou entrar na torcida da Santa Casa para encontrar uma amiga e foi barrada, uma menina lhe disse: “você não pode estar aqui, não pode nem chegar perto”. Ela conta que, ao seu ver “esse clima de confronto e essas tensões são construídos desde o começo”.

A relação com os moradores da cidade é tensa, enquanto existe um incômodo gerado pelos eventos (a Guarda Armada Municipal de Americana, por exemplo, estima ter recebido 120 ligações de reclamações de perturbação relacionadas ao Economíadas, sobre o barulho e desrespeito aos moradores, apenas no primeiro dia), também ocorre uma movimentação de dinheiro no município que resulta em uma geração de empregos indireta e também no consumo de produtos dos fornecedores locais.

Em Sorocaba, o impacto dos mais de 6 mil estudantes na cidade também foi sentido. Reclamações de barulho e sujeira pelos moradores passaram a ser notícia nos jornais locais. Denúncias de música alta durante a madrugada, do uso de drogas abertamente em público, de lixo espalhado pela a cidade; e também dos alunos que estudam nas escolas que foram usadas de alojamento geraram uma série de registros de ocorrências policiais. Durante o evento, conversando com uma moradora ela explicou

que a “bagunça” incomodava muito: “Os jogos são o de menos, acho legal esporte. Mas o problema é o caos que eles fazem na cidade... Dizem que é bom para a economia, mas na verdade acho que só é bom pra traficante e prostituta”.

Os próprios alunos frequentadores dos eventos comentam que se incomodam com a sujeira e a falta de respeito aos moradores: “É uma lógica de destruição, ninguém tem senso de coletividade ou cuidado... Há aquela sensação de como eu paguei pelo serviço, é responsabilidade dos outros limpar ou concertar meus estragos”.

6.2 O Alojamento

Ao chegar nos alojamentos, os alunos se dispersaram à procura dos melhores lugares para se instalar e para achar os colegas. As salas, as áreas de convivência e as quadras cobertas da escola que estava sendo utilizada como alojamento serviam como grandes quartos para respectivas turmas de amigos, nas quais os alunos se instalavam com suas barracas, colchões, sacos de dormir. Pelos corredores, passavam os organizadores da Atlética anunciando as atrações e os horários de saídas com um megafone. A grande quantidade de alunos, todos querendo se movimentar nos mesmos horários, gera desafios para a logística de transporte: filas para comer, filas para os banheiros e filas de alunos esperam os ônibus para ir às festas e jogos.

É impossível não perceber a transformação das cores ao redor: na medicina da FMUSP é o verde, no Economíadas a FGV é preto e amarelo e no JUCA as cores da PUC são azul e amarelo. São dessas cores desde o uniforme dos atletas, os “abadás” dos torcedores, as canecas distribuídas nos “kits” junto às pulseiras das festas; até as tatuagens provisórias aplicadas nos corpos dos alunos, as unhas e cabelos pintados. Os calouros da FMUSP que participam dos jogos, por exemplo, estavam todos com os cabelos verdes. Junto aos sinalizadores, faixas de torcida, a impressão que fica é que tudo tinge-se naqueles tons; e os poucos desavisados pontos de outras cores olham em volta e, desconfortáveis, percebem a gafe. Um elemento que permite a fácil identificação de seus iguais e “inimigos”, acaba por padronizar os corpos dos alunos e a individualidade desses se dissolve em uma massa não só da mesma cor, mas que canta os mesmos hinos e reproduz as mesmas coreografias.

O alojamento é um espaço de descanso, de festa, mas também de arrumar-se para as festas. É possível perceber a diferença da importância dessa arrumação para os alunos e as alunas desde os tamanhos das malas logo na saída de São Paulo: enquanto as

alunas discutem se trouxeram roupas suficientes para as festas maquiagens, secadores de cabelo e salto altos, os meninos parecem estar indo para outro destino, com malas menores e despreocupados. Para além da bagagem, durante o evento isso significou um investimento de tempo nas aparências extremamente diferente: as filas para o banho nos banheiros femininos implicavam em tempos de meia hora ou mais de espera, enquanto muitos alunos homens nem banho tomavam durante os vários dias do evento. Os poucos espelhos eram disputados e também geravam filas para a aplicação de maquiagem. As tomadas, disputadas para o uso de secadores e chapinhas, que chegavam a sobrecarregar a rede elétrica causando quedas na energia no alojamento.

Aqui é particularmente evidente a “necessidade de investimento no trabalho de apresentação como objeto estético” (BOURDIEU, 2007:138) mencionada por Bourdieu. Enquanto as alunas buscam a perfeição na sua apresentação para os jogos ou festas, normalizando seus corpos em torno dos padrões de beleza existentes, os alunos não investem o mesmo tempo ou energia em sua apresentação.

Outra questão importante que ocorre no espaço dos alojamentos é a relação entre os seguranças contratados e os alunos. Um membro da bateria da PUC se identifica como gay e toca na bateria, às vezes de salto alto. Um dos seguranças do alojamento, ao vê-lo indo para um jogo o ofendeu. Em seguida o aluno fez uma denúncia identificando o segurança para a equipe da atlética, que obrigou esse a se retirar do local e impediu que continuasse atuando na segurança do evento. Membros da atlética explicaram que essa foi importante tomar essa atitude imediatamente, pois entendem que não é possível que os alunos não se sintam seguros no próprio alojamento. Eles relataram ainda que houve um esforço grande com toda a equipe contratada para o evento de formação e sensibilização antes do evento, orientando os seguranças para intervir em casos de assédio e para respeitar a diversidade de orientação sexual.

Os seguranças terceirizados e os próprios alunos também foram mencionados como uma questão sensível nesses espaços pela membra dos coletivos feminista e LGBT da Cásper:

“Para os caras gays rolou do segurança mexer. Os alunos gays tiveram bastante problema para tomar banho. Os seguranças mexiam com os caras, faziam “piadinhas” e comentários horríveis. Aí rolou de alunos entrarem na onda também. Um amigo meu estava fantasiado de vaca... E um segurança falou - Ah essa vaquinha gosta de tomar leite ou dar leite – ou algo assim... O segurança foi expulso assim que ficamos sabendo”.

Isso ocorreu mesmo com um trabalho tendo sido realizado previamente pela atlética com os seguranças. Para aluna, essa é uma reivindicação importante das frentes, que elas passem a ter acesso à contratação de segurança.

Como “agentes externos”, esses trabalhadores das próprias cidades manifestam muitas vezes estranhamentos para com comportamento que são vistos como transgressões nos padrões de gênero – algo muito provavelmente não tão presente nas suas realidades. O papel de garantir a segurança, impedindo que “estranhos” entrem nos alojamentos e mesmo separando alunos em confronto, a partir das novas demandas ligadas à pauta da violência de gênero, se ressignifica. Ou seja, aqueles com o papel de garantir a segurança dos alunos passam a ser também os próprios perpetradores de violências, sendo coniventes com assédios e mesmo responsáveis por esses.

Assim que a violência de gênero torna-se pauta na organização do evento, os contratantes – as atléticas – são obrigados a reestruturar o serviço contratado em torno dessas novas demandas. Isso ocorre hoje através de treinamentos específicos para os seguranças, que se mostrou não ser o suficiente. É interessante perceber que essa incongruência vem da mudança no próprio significado de “sentir-se seguro”, que aparece ligado à possibilidade de manifestar sua identidade sem medo de sofrer represálias. A partir dessas medidas práticas tomadas pela atlética, é possível perceber como esse discurso se reflete em mudanças objetivas na organização do evento.

6.3 Os Jogos

Durante o dia, os jogos entre as faculdades ocorrem nos estádios e ginásios de esportes da cidade, desde manhã até o fim da tarde. Dependendo do quanto o esporte ou o time é valorizado, os alunos deixam de dormir ou acordam cedo para ver determinados jogos. O consumo de álcool, nesses casos, começa logo cedo. Os membros da atlética avisam os horários de partida dos ônibus, mobilizando os alunos para torcer nas diversas modalidades.

Um agente fundamental no espaço dos jogos é a Bateria: cada faculdade possui seu grupo de percussão, com suas músicas e suas “tradições”. Nas arquibancadas, a bateria toca as músicas “agitando” a torcida. Existem algumas situações possíveis: quando não há a presença da bateria de nenhuma das faculdades, o que ocorre geralmente com esportes menos visados (como natação, o tênis de mesa, o jiu jitsu, xadrez e judô); quando há a presença da bateria de apenas uma das faculdades, o que

ocorre quando a faculdade possui um outro jogo importante no mesmo horário, ou quando uma bateria pequena (da Fecap, por exemplo, com menos de 10 integrantes) encontra outra grande (como a da FEA, com mais de 50) e escolhe se retirar; e a batalha entre grandes baterias, que em que elas passam a insultar umas às outras com as músicas e ofensas. Apesar de se constituir como uma espécie de diálogo, para um membro da Bateria Tatubola da FGV, o objetivo na verdade é tocar e cantar tão alto que já não se possa ouvir a bateria adversária.

Ao chegar nos jogos, as baterias estendem faixas como “Primeira Opção”, “De vermelho te sigo”, “Chupa com amor”, “Putaria alcoolizada”. As faixas reforçam o que é possível verificar em muitas das músicas e das ofensas trocadas: algo muito utilizado nas rivalidades é a hierarquização dos participantes via referência ao vestibular, a aprovação e qual faculdade seria a “primeira opção”, que aparece em faixas de diversas faculdades.

Chama atenção nas baterias a divisão dos instrumentos por gênero. Enquanto a grande maioria dos alunos que tocam tambores são homens, praticamente só mulheres tocam os instrumentos de percussão mais leves (chocalhos e tamborins). Essa desigualdade variou de acordo com as faculdades, mostrando-se mais ou menos extrema em sua distribuição, mas foi presente em todas as baterias observadas durante a pesquisa de campo.

Uma aluna da bateria explica:

Quando eu entrei repique era um instrumento que mais homem tocava, não tinha nenhuma menina que tocava. O repique é o instrumento que chama e guia o samba, aí acho que eles achavam que só homem podia fazer isso. Surdo tinha uma menina no surdo só. Aí em 2013 entraram mais duas meninas no surdo, e no repique tinha três meninas e dois caras. Hoje os repiques de condução são todos mulher que tocam. Acho que isso aconteceu por que saiu uma geração da bateria que era mais agressiva, mas também por uma pressão da faculdade na questão de gênero. E também por que as meninas viram que - *ah eu posso tocar isso, eu gosto de tocar isso então eu vou tocar.*

Outros argumentos utilizados pelos membros da bateria para justificar essa diferença é o peso dos instrumentos, no sentido de que as alunas não conseguiriam tocar os tambores mais pesados. A utilização de argumentos ligados a aspectos físicos da diferença entre homens e mulheres para sustentar essa discriminação é um padrão histórico da violência de gênero. De certo, os próprios corpos são constituídos a partir dessas desigualdades, mas se há alunas que tocam esses instrumentos já fica evidente de

que sim – mulheres aguentam o peso dos tambores. Novamente a divisão de Bourdieu entre os corpos femininos objetos e os corpos masculinos realizadores de ação pode explicar essa divisão: enquanto os alunos são vistos como dignos de *conduzir* o samba, às alunas são reservados os instrumentos menos importantes, que *seguem*. Ao mesmo tempo se incentiva que estejam bonitas e fiquem à frente da bateria, em alguns casos vestidas de “*cheerleaders*” com uniformes curtos e decotados. É interessante perceber que existe um processo em curso de mudança dessa divisão, que passa pela mudança da cultura da faculdade da bateria como entidade, e também pela autoestima das próprias alunas de reivindicar tocar os instrumentos – certamente impulsionada por começar a ver outras mulheres nessas posições.

A aluna membra da Bateria Tatubola FGV explica que a mudança na cultura da bateria que vê hoje está muito ligado ao “ciclo geracional” de seus membros. A aluna considera que quando ela entrou na bateria os alunos eram bem mais agressivos, a geração conhecida como “velha guarda”, que criou o hino da FGV. À medida que o tempo foi passando, alunos novos começaram a entrar e eles foram saindo. Em sua opinião, muita gente na bateria já achava que “agressividade não agregava” e foi possível ir transformando aos poucos a instituição. Para a aluna, a agressividade estava principalmente na forma que tratavam aqueles que tinham acabado de entrar na faculdade, os “bixos”: “Qualquer coisa que você fala já pegam no seu pé pra sempre”.

Ela relata que uma das “brincadeiras” realizadas com as “bixetes” chamava-se “Presença ou profundidade”. Eles perguntavam assim: “Bixete, bixete... Rápido, presença ou profundidade?” Segundo a aluna:

O efeito era o que deixar a menina roxa de vergonha. A princípio a ideia era intimidar, por serem esses veteranos mais agressivos. Mas conforme você via isso acontecendo, você percebia que era brincadeira. E às vezes se as meninas respondiam o que eles queriam, elas eram idolatradas...

A sexualidade da mulher possui um papel central na violência de gênero, sendo controlada, vigiada e exposta. Esse exemplo, de exposição do comportamento sexual das alunas através de termos que deixam implícito uma referência ao ato sexual não é diferente da tradicional brincadeira “cospe ou engole”. Para os alunos, é uma forma de intimidar as novas integrantes da bateria colocando-as em situações de constrangimento – por expor algo de sua intimidade devido à pressão. É interessante perceber como o

mecanismo de constrangimento torna-se norma para as próprias alunas, que com o tempo passam a ver como “uma brincadeira” apenas.

Além disso, para a aluna, as músicas como o hino e “feana cadela” eram muito cantadas na época, e também havia maior agressividade para com outras faculdades. Segundo ela, essa agressividade está ligada ao contexto de surgimento da bateria. Ela conta que na época, a FGV não possuía bateria e frequentava os jogos. Os alunos se cansaram de “serem malhados na torcida” e decidiram que deveriam criar uma bateria e uma torcida maior, para “defender a faculdade”. Ou seja, a aluna entende que surgiu em um contexto de defesa: “Em um sentido do tipo, eu estou aqui, sendo ofendido... Eu não vou ficar quieto, eu vou xingar também”. Isso ocorreu em 2002, e segundo ela, foi justamente com o foco de se proteger e ofender: “Por exemplo, as músicas falam muito das mulheres, ofendem só as mulheres. Isso por que ofender as mulheres daquela instituição era uma forma de ofender a instituição”.

Entretanto, hoje ela considera que houve uma mudança nessa cultura “Muitas vezes outras faculdades gritam pra gente e a gente nem responde”. A aluna identifica alguns motivos para isso ter mudado: uma maior integração com baterias de outras universidades que diminuiu a rivalidade, uma maior diversidade de alunos compondo a bateria, como alunos de Administração Pública, alunos bolsistas e alunos homossexuais (ela explica que “uma coisa que não tinha e ou se tinha as pessoas não falavam justamente por medo dessa agressividade, entraram mais pessoas homossexuais”). Outro fator importante foi a pressão realizada por outras entidades e alunos da faculdade criticando posturas agressivas: “A pressão da faculdade com certeza contribuiu. Mas o fato da velha guarda ter saído influenciou bastante para abrir espaço para essa pressão dos movimentos de fora entrarem”. Ela conta esses “veteranos” ainda realizam pressões para manter essa cultura, querendo incitar e provocar certos comportamentos, por exemplo: “No grupo da bateria todo mundo pergunta alguma ideia para camiseta desse ano? Aí eles respondem: Ah, alguma coisa machista”.

Durante o evento, as músicas que haviam sido criticadas pelo Coletivo Feminista Candaces FGV e reconhecidas por diversos alunos como violações aos direitos humanos não foram tocadas oficialmente nos jogos pela bateria da FGV. O aluno da bateria também considera que houve muita mudança recentemente na faculdade, o que inclusive provocou uma mudança de comportamento na bateria:

O movimento que vinha acontecendo sugeriu que a gente não fizesse mais (músicas com teor machista). Ao mesmo tempo tinha um apego muito grande aos gritos que tínhamos cantado dois três anos e que vivemos os momentos mais incríveis da vida cantando, mas ao mesmo tempo sabíamos que aquilo lá não era mais o que a galera curtiria, então isso tirava um pouco do sentido da coisa. Foi um pouco um sentimento de perda, mas foi algo positivo”.

Entretanto, em um dos jogos masculinos de handball contra a FEA em que ambas as baterias estavam presentes, a Bateria Tatubola propôs e a bateria da FEA T.O.F.U. se uniram do mesmo lado da quadra e tocaram juntas “Feana Cadela” para demonstrar como a música não passava de uma brincadeira. Um dos membros da bateria contou sua compreensão desse momento:

Quem puxou foram os próprios caras da FEA. Dentro da FEA tocam direto a música, os caras acham animal. Eu sei que muitas pessoas da Tatubola não cantaram. Muitas pessoas estavam lá no meio e não sei se cantaram ou não. Acho que a ideia foi, vamos cantar uma música que nós dois sabem. Não vejo como um movimento de resistência do machismo. Pode ter sido mas não sei se foi muito isso ou não, foi mais tipo, nós é brother.

Para muitos alunos, esse momento serviu como prova final de que a música não passava de uma brincadeira – afinal a própria FEA estava cantando. A música da FGV com trechos mais violentos (Agarrou o meu pau, abocanhou; Chupando sem parar; A feana engasgou; Feana você é uma puta sem valor!) é percebida e enunciada por muitos alunos e alunas como brincadeira. Uma aluna da FGV, por exemplo, explica: “Eu possuo amigas na FEA, não acho realmente isso delas, e sei que elas não se incomodam”. Esse momento demonstra como mesmo durante o evento os significados das músicas estavam em disputa. Apesar do aluno não entender a manifestação como machista, a união entre as faculdades pode ser vista como uma reação ao discurso que compreendia as músicas como violência, reação que visa a fortalecer a compreensão dessas como brincadeiras, e propagada por agentes com forte capital simbólico no evento (as baterias).

Alunas da bateria da FEA, entretanto, afirmaram repudiar a letra da música, conhecer ações do Coletivo Candaces e apoiar a causa. Muitas das membras que compunham a bateria estavam vestidas com uma camiseta rosa escrita “FEA Buça” e explicaram que foi um movimento das alunas que surgiu, pois não queriam mais ser taxadas pelo número de pessoas com as quais *ficavam*. No próprio nome é possível ver as alunas se apropriando da ideia de genitália, agora como uma forma de

empoderamento. Um dos alunos da FEA disse que o grupo surgiu por que elas queriam “Dar para todo mundo sem que ninguém enchesse o saco”. Entretanto, hoje o grupo diversificou suas pautas e, apesar de não se definir como feminista, defende principalmente a liberdade sexual das alunas. Novamente, no espaço da bateria, o controle da sexualidade da mulher aparece – as alunas tinham seu valor atrelado à sua vida sexual. É interessante perceber as formas de resistência diversas que surgem para encarar essas violências, e que, mesmo não se considerando feministas, esses movimentos são estigmatizados e desqualificados.

Na medicina, os trechos e músicas definidos como proibidos também não foram cantados durante os jogos. Entretanto, a definição do que se considera como violência é, de certa forma, arbitrária. Por exemplo, cada vez que os times da FMUSP fazem pontos em campo, a torcida grita “No cú, no cú, no cú, no cú, no cú! Medicina, Medicina, pau no cú da sua mãe!”. Em alguns jogos, onde o número de pontos por partida é grande (como vôlei ou basquete) os gritos da torcida se resumem basicamente a essa repetição. Dentre uma grande preocupação com fiscalizações de violência de gênero, esse grito não foi visto como um elemento violento. Ao perguntar para alunos o significado desse grito, algumas respostas foram “Realmente ele não faz muito sentido” ou “É estranho né? Por que é muito cú, deve ter alguma coisa aí”. Apesar de uma menção à violência sexual explícita, o enunciado é repetido de forma exaustiva até perder o significado. Os alunos que cantam não só deixam de reconhecer a violência presente, mas também qualquer significado presente.

O papel dos veteranos “regendo” a torcida é fundamental, com o objetivo de que a torcida seja o mais “animada” possível, assim, não é permitido sentar ou parar de gritar junto à bateria. O poder exercido pelos veteranos e sua capacidade de coerção através do medo é importante para garantir essa dinâmica. Assim, xingamentos como “bixo burro” são comuns para reforçar esse poder e forçar os alunos a continuar exercendo seu papel na torcida.

Além dos gritos, foi possível verificar também outros elementos carregados de machismo. A Santa Casa, por exemplo, possuía uma bandeira com o nome e número de cada turma presente: A turma 49 com a bandeira “Piratetas”, a turma 50 com a bandeira “lambucetas” e a turma 51 com “escrotetas”. Ou seja, o nome e identidade das próprias turmas “tradicionalmente” deve estar ligado a uma objetificação do corpo da mulher.

Para uma atleta da FGV, as músicas possuem uma forte relação com o esporte:

Querendo ou não o esporte é uma competição, machista ou não machista é uma competição. Isso não necessariamente é uma coisa ruim. E realmente, nas músicas, tem uma coisa de uma faculdade contra a outra. E acaba que sempre vai para o lado de uma mulher da faculdade é pior do que outra. Por exemplo, chamar de burro, acho que é melhor. Chamar de gordo também rola, mas mais com os homens. Mas para mulher ser chamada de gorda é pior e usam para destruir, na torcida mesmo.

Novamente fica patente que ofender as mulheres da faculdade é visto como uma forma de ofender a instituição. Isso é presente em diversos gritos, que colocam ameaças as “suas minas” como se as alunas pertencessem aos alunos da faculdade considerada rival. Assim, objeto de posse dos homens, a honra desses e daquela instituição passa a estar sujeita ao comportamento de suas alunas – tornando-se assim o pior insulto ter mulheres “putas”, “vagabundas” e sexualmente violadas.

Para um membro da bateria Tatubola a discriminação por gênero passou a ser usada pelas baterias universitárias para “zoar” as outras faculdades:

Você tem que arrumar um motivo para zoar o outro cara na arquibancada. Então você vai arrumar qualquer motivo, fazer tudo que for possível... E como essa questão do gênero sempre existiu pra zoar – do tipo ah sua mãe é puta, os meninos falam na escola por exemplo. O que quero dizer é que não é uma forma de zoeira que foi inventada pela torcida universitária, mas foi um meio de você criar os gritos.

O aluno considera que esse aspecto deixará de ser usado na competição entre as faculdades, mas se questiona sobre o que poderá substituí-lo nas richas entre as faculdades:

Mas já está mudando, (a discriminação por gênero) está sendo abandonada por quase todas as universidades, que estão sob uma pressão bem forte. O que eu me pergunto no futuro é como vai funcionar no futuro esse negócio do gênero. Se você não pode mais zoar o cara, você vai fazer o que? Se você não vai zoar o gênero, vai falar “ah, o cara é burro”, mas aí vão falar que é por que ele não teve a mesma oportunidade que você na vida e é bolsista... Está falando que o cara é pobre. Acho que a questão do gênero tende a dar uma normalizada e ir sumindo, no caso da bateria não tem uma manifestação dos gritos machistas. Internamente (na bateria) houve um movimento de conscientização forte. Muita gente com contato de pessoas do Candaces, e não só o Candaces, a ideologia né. Já virou quase um consenso.

É interessante perceber que o aluno se preocupa abertamente com a “escassez de ofensas” frente a movimentos de mobilização das minorias, que mudam a classificação dos xingamentos para que não sejam mais socialmente aceitos, ou naturalizados. Essa

preocupação faz parte dos discursos que entendem o mundo como “chato” ou politicamente correto demais, que associam os mecanismos de humor ou competição diretamente a violências simbólicas – vistas como brincadeiras.

6.3.1 “O que mais desestabiliza é falar da mãe ou da irmã?”

Durante os jogos, é comum que a torcida insulte os jogadores em campo, entretanto, enquanto os xingamentos direcionados aos jogadores masculinos utilizados são geralmente “Corno” e “viado”, as alunas são chamadas de “gorda”, “burra” e “vadia”. Existem várias táticas na utilização dessas ofensas e geralmente os torcedores ficam na beira da quadra chamando os jogadores pelo nome numa tentativa de distração.

Uma das alunas da bateria exemplifica:

Tiverem jogos que ficavam gritando que a 2 tem celulite. Teve uma vez que tinha uma menina meio gordinha e começaram a gritar o número da camiseta dela, ah a número 4 gosta de lasanha. Mas aí, quando é time masculino jogando... Tentaram ofender o cara falando da namorada deles. Como, ei x comi sua namorada. Não xingava o cara, e sim a namorada. Hoje já não tem mais assim. Tipo, ainda fala da celulite, mas fala também que fulano tem pau pequeno.

O ex-presidente da atlética considera os xingamentos “um ponto delicado na questão do gênero”: “No time masculino xingam. Mas no feminino o xingamento de torcida é muito mais intenso”. Tem alunos que grupam na rede e jogam “puta”, “gorda”. A seu ver, essa diferença pode se dar devido ao fato que os atletas homens são “menos compreensivos” com os xingamentos. O aluno explica que como atleta há diferentes reações, e em geral, eles se afetam, mas continuam jogando, mas que tem “cara” que vira para discutir. Assim considera que a torcida tem mais medo de xingar um jogador masculino, por que podem reagir, do que jogadoras. Entretanto, algumas jogadoras já fizeram isso no vôlei – se recusaram a sacar até que o torcedor parasse de xingar. O aluno considera que contra xingamento individualizado o regulamento é eficaz, pois prevê que o time adversário pode perder pontos se sua torcida desrespeitá-los. Assim, quando há reclamações, os alunos organizadores da atlética ficam observando a torcida do time oposto para penaliza-la.

Uma das alunas conta que no Economíadas ela não ouve xingamentos, pois consegue abstrair durante o jogo.

Já teve um jogo que estavam super elogiando uma menina do meu time. De um jeito machista também. E estavam enchendo o saco meu

e dela disso, de exaltar a beleza dela e falando de mim que eu parecia ser um ogro, que eu era macho e que estavam roubando e que eu deveria estar jogando no time masculino.

A aluna lembra outro momento em que, após um jogo, ela estava saindo sozinha do estádio e um carro parou e arremessou-lhe um ovo. Entretanto, no geral ela considera os jogos bem menos agressivos quando comparado com outros eventos que já foi. Uma das situações que mais a marcou, foi no Intercalouros, um torneio com a ESPM, ECA e Medicina Paulista. Segue o relato da aluna sobre as agressões que sofreu no evento:

E uma coisa que me marcou, só para você ver como esses momentos marcam a vida das meninas. Eu lembro o shorts que eu usei até hoje. E realmente, ele era curto. Eu sabia que ele era curto. Enfim foda-se que ele era curto ou não, eu tenho o direito de usar o que eu quiser. Mas enfim, como eu já tinha jogado vários esportes, minhas roupas tavam sujas e eu usei ele. E aí já cheguei eu lembro disso até hoje, só para você ver como esses momentos marcam. Eu estava com um shorts que era curto. Todo mundo da outra torcida estava me chamando de puta e falando muito do shorts. Como: ah como você tem coragem de usar um shorts desse, não te educaram direito? Eu chegando lá fiquei chocada. Foi lá que eu descobri o que é rola, por que lá em (cidade natal) a gente não usa essa expressão. Falavam chupa minha rola. E era um jogo de tênis, que você ouve muito mais. Nos outros esportes eu nem ouvi, mas no tênis tem mais silêncio... Eu não lembro direito o que falaram mas me marcou. Isso tudo foi a torcida da Medicina. No final do jogo um cara peladão com o pinto de fora veio correndo para agarrar, eu e minha dupla. No final a atlética veio falar ah relaxa esse vai ser o momento mais tenso, nenhum ecôno se compara com isso.

No JUCA a rivalidade entre as faculdades também aparece em seu auge nos jogos, na forma de uma série de xingamentos à torcida rival, mas principalmente aos próprios atletas. Conversando com uma aluna do futsal, ela coloca que é muito xingada em campo, mas que hoje em dia ela nem ouve, já “bloqueou”. Ela considera muito pior o tipo de coisa que acontece nas festas, pois entende que é mais pessoal. Nos pênaltis do futebol de campo masculino, uma série de xingamentos estavam sendo direcionados ao goleiro do time rival, da Cásper, para provocá-lo. Um dos alunos da PUC perguntou “O que mais desestabiliza é falar da mãe ou da irmã?” e começou a proferir uma série de xingamentos sobre elas para que o goleiro ouvisse. Esse tipo de rivalidade não ocorre somente entre os alunos, mas ocorreu também no jogo feminino de tênis entre a PUC e o Mackenzie, em que a jogadora da PUC e a namorada da jogadora do Mackenzie trocaram xingamentos como “vaca”.

Uma aluna da Cásper considera os xingamentos proferidos aos alunos homens e as alunas:

Aluno homem a galera não xinga, xinga a forma como joga. Ou a namorada, também é clássico. Já as meninas é sobre elas, seu corpo, tipo, gostosa ou gorda, sua vida sexual, falando para rebolar. Quando elas ganham os jogos as pessoas dizem – ah, não é mais que obrigação, mas quando perdem - é por que é mulher mesmo.

Os xingamentos para as atletas são pautados ou na normatização de seus corpos a partir de padrões de beleza ideais; ou de um controle da sua sexualidade, seja a partir da forma como essa se veste ou chamando a de “puta” e “vagabunda”. Ainda, elas são vistas como possuidoras de menos poder para contestar e reagir a essas ofensas. Já para xingar os alunos, muitas vezes as namoradas e mesmo mães são insultadas – novamente utilizando-se da lógica de que isso feriria a honra dos alunos. É interessante perceber que há uma série de xingamentos que se referem à forma do aluno jogar (como lerdo, ou perna de pau), enquanto para as alunas esses se restringem a seus corpos. Assim, o corpo da mulher aparece novamente como objeto estético, enquanto somente o corpo do homem é visto como realizador de atividades e objetivos – o próprio ato de praticar esporte.

6.3.2 Hostilidades e Brigas

Em entrevista com o aluno membro da atlética, perguntei a que se referia quando descrevia um “clima hostil” nos eventos. Ele me respondeu com um exemplo: ter de ligar para colegas chegando no ginásio para saber de que lado estava a torcida de sua faculdade, pois apenas por entrar do lado errado da arquibancada haveria risco de ser agredido. De acordo com ele, nessa Calomed as tensões entre a FMUSP e a Santa Casa estavam particularmente acirradas. Uma richa histórica estava acentuada, pois o presidente e um diretor da atlética da FMUSP haviam invadido a Santa Casa dias antes do evento, vestido de burro e xingado os alunos da instituição. Como retaliação a Santa Casa passou a fazer terrorismo com os calouros e ameaçaram o diretor da atlética responsável pela invasão de morte. Assim, a expectativa dos alunos é de que certamente haveria brigas entre as duas faculdades.

Já no primeiro dia a Santa Casa jogou três bombas na torcida da FMUSP. Uma aluna comenta o caso: “Estávamos saindo e a torcida deles chegou ascendeu umas bombas e jogou. Aí avisaram, gritando, mas cada um saiu correndo para um lado e duas

meninas se feriram.” As alunas feridas encaminharam boletins de ocorrência sobre os casos de agressão. O “clima hostil” era tal que fomos orientados por organizadores do evento, da atlética, a alterar o local onde o carro havia sido estacionado para não ficar próximo ao ônibus da Santa Casa. Os alunos eram encaminhados apressadamente, assustados, dos ônibus para dentro dos ginásios, e do ônibus para o alojamento.

As brigas dos jogos passados e os casos de violência conhecidas são comentadas entre os alunos, como se lembrando de momentos de glória. “Ah, lembra aquela vez que invadiram a quadra e a namorada de fulano caiu da arquibancada?” ou então “E aquela vez que fulano quebrou uma garrafa de Ascov na cabeça de ciclano?”. Saudosamente comentam:

Teve uma vez que a gente ganhou o jogo, invadimos a quadra com a bateria. Aí a Santos invadiu também começaram a bater na gente. Eles estavam esperaram do lado de fora começaram a jogar bomba. Ficamos presos lá dentro e só conseguimos sair quando vieram duas viaturas do município vizinho para liberar.

Um caso de briga entre alunos, com troca de “cuspes e porradas” que ocorreu nesse evento, também passou a ser comentado por todos. “Ah, mas Calomed é assim né?” circulava nos discursos, mostrando como para os alunos esse tipo de violência é vista como característica intrínseca ao evento.

Em um dos jogos mais esperados, a final do Handbol entre a FMUSP e a Santa Casa foram colocadas grades atrás dos gols para separar as torcidas. Mesmo assim, em um determinado momento, como uma faísca em meio à pólvora, parece haver um desentendimento e os alunos das arquibancadas imediatamente se deslocaram em direção ao conflito, montando sua “formação para batalha”, ou seja, todos posicionados, demonstrando que estavam dispostos a confrontar fisicamente os adversários se preciso. Após mediação por parte dos organizadores e seguranças, os ânimos se acalmaram e os alunos voltaram aos seus lugares.

Os alunos da Santa Casa, durante o jogo, pintaram em seu corpo a mensagem para a torcida adversária: “Cadê Cauê?”, fazendo referência ao diretor da atlética que haviam ameaçado de morte. Os alunos da FMUSP, em resposta, pintaram todos o nome “Cauê” nas costas. Em seguida, a Santa Casa ergueu um cartaz que dizia “1ª Calomedeo” fazendo referência ao medo que Cauê deveria estar sentindo frente às ameaças. Não satisfeitos, os alunos picharam esse termo nas paredes do ginásio público da cidade, cedido para o evento. Tanto nos momentos de tensões quanto frente esse tipo de

ameaça, algumas meninas da FMUSP filmavam tudo com celulares, segundo elas, com o objetivo de encaminhar o material ao Ministério Público.

No Economíadas um acontecimento importante do evento ocorreu durante o jogo final do campeonato de basquete masculino, que estava sendo disputado entre a FGV e o Insper. Um aluno do Insper foi encontrado no chão do centro cívico espancado, e afirmou que alunos da FGV eram responsáveis. O aluno foi levado ao hospital e a torcida da FGV foi “evacuada” do jogo diretamente para a tenda, devido ao medo dos organizadores de haver alguma reação da torcida do Insper e os atletas foram escoltados, pois houve invasão de quadra pelos alunos do Insper. As direções de ambas as escolas se envolveram no caso, e realizaram investigação sigilosa para apurar o caso. Mais informações sobre o ocorrido não foram disponibilizadas, mas discussões entre os alunos começaram a ocorrer. Parte dos alunos da FGV passou a afirmar que aqui não era “típico” de um aluno da FGV e levantaram a possibilidade de serem alunos do Mackenzie vestidos com roupas da FGV. Entretanto, essas afirmações causaram indignação em outro grupo de alunos, que defendeu que independe a faculdade dos culpados, e que nada impede que esses sejam da FGV. De qualquer forma, a violência que ocorreu abalou os espíritos dos alunos, muitos dos quais só ficaram sabendo do ocorrido após voltar para São Paulo.

A recorrência dessas violências e brigas não necessariamente ligadas à questão de gênero demonstram uma dinâmica curiosa. A maioria das brigas, principalmente físicas, ocorre entre os alunos homens. Enquanto isso, os seguranças e os alunos tentam proteger e afastar as alunas das brigas. Não há aqui um apelo de iniciar as alunas nas práticas violentas, mas essa diferença diz sobre os papéis que cada gênero ocupa nesse contexto de competição. Enquanto nos hinos, carregados de violência, as mulheres são alvo e utilizadas como meio de atacar a honra da outra faculdade; nas brigas com violência física as alunas são vistas como frágeis demais para disputar contra homens, ou mesmo para disputar dessa forma física. A instituição da posição social da mulher como objeto e instrumento, a ser utilizada para ofender a honra, mas considerada incapaz de agir é per se uma violência simbólica. É interessante perceber, justamente, que os tipos de violências contra a mulher são ou a violência simbólica ou a física-sexual, ambas formas de violência que tiram o protagonismo dessa como agente ativo na relação de forças.

6.4 O Ônibus

O ônibus é outro espaço importante que, apesar de possuir elementos de não-espaço por estar sempre em transição entre o alojamento, jogos e festas, é um lugar de sociabilidade fundamental. De maneira desordenada, em meio a um empurra-empurra, todos tentam garantir seu lugar e os que ficam de fora são obrigados a esperar o próximo ônibus. Durante o trajeto, é tradicional tornar o ônibus a própria festa: bater nos bancos e janelas cantando, consumir álcool e drogas ilícitas. Assim, se torna um espaço em que, em meio à ansiedade para que se chegue logo ao destino, os hinos e cantos das faculdades são repetidos incessantemente.

Assim, o espaço dos ônibus se destaca entre espaços informais em que os hinos proibidos continuam sendo cantados pelos alunos. Talvez por ser um espaço menor, com menos alunos presentes, os alunos tenham menos medo de sofrer represálias. Um aluno do time de futebol de campo da PUC (o time é chamado de “Cachorro Louco” pelos alunos) contou que estava no ônibus indo para a festa e que os alunos puxaram diversas músicas que ele considerou “um absurdo” por serem agressivas e desrespeitosas, apesar de não se pronunciar na hora para repreender os colegas. Um das mais “pesadas”, segundo ele, é a música também cantada pela bateria do direito PUC, “Baronesa” (“Puquiiana não sente dor; Cigarro no mamilo, ela morde o cobertor; Puquiiana não sente dor; Pinto gigante, saco anormal”).

A atleta da Cásper relatou também que nos ônibus que pegou para ir às festas e jogos ela ouviu muitas vezes as músicas antigas e mais violentas da Cásper, que não ouviu em nenhum outro momento dos jogos. “Eram sempre homens e mais velhos, que já foram para vários JUCAs e já estão acostumado com essas músicas. Em pelo menos em três ônibus eu ouvi. Isso são pessoas acostumadas com JUCA de 2011 que tentam manter algumas tradições”. A seu ver, em 2011 a cultura dos jogos era diferente:

Em 2011 acho que as pessoas não eram tão politizadas. Se alguém apontasse que as músicas eram machistas, deveriam considerar como chatice por que isso não era reconhecido. Ficar puxando uma menina que não quer ficar com você era mais aceito também, por que quem reclamasse não recebia tanta moral assim.

Em um dos ônibus que levou os alunos até uma festa da PUC havia um grupo de alunos puxando diversas músicas de bateria. Dentre elas havia alguns trechos que circulam entre diversas universidades “Pode ser minha; Pode ser mãe; Só não pode ser

minha mãe”. Ou também: “Pode ser gorda; Pode ser feia; Só não pode ser gorda e feia”. Uma aluna se incomodou e pediu para que eles parassem com as músicas ofensivas: “Olha, ces vão mesmo ficar cantando isso? Estamos em 2016, ta na hora de vocês se ligarem”. Os alunos pararam. Posteriormente, na festa, o mesmo grupo de alunos estava cantando as músicas no fumódromo da festa e um deles comentou: “Você viu aquela mina, queria dar um esculacho em mim?” e seu colega respondeu: “Ela era gorda e feia? Só pode ser gorda e feia” enquanto os demais alunos a xingavam. Aqui é possível perceber a compreensão de que essas músicas seriam apenas ofensas individuais às alunas – vistas frágeis demais para ouvir essas brincadeiras sem se afetarem. Para além disso, o próprio controle estético com o corpo da mulher é utilizado para invalidar seu posicionamento combativo.

O ônibus foi um local denunciado por demais alunas como espaço onde sofreram xingamentos e intimidações. Era esperado por todos que apesar das proibições houvesse manifestação das músicas por parte dos alunos (ainda que não oficialmente pelas entidades como a bateria), mas é interessante identificar que espaços como o ônibus, onde havia menor possibilidade de haver resistência de alunas isso ocorreu de forma mais forte, se mostrando como um padrão em para diversas faculdades.

No Economíadas, o ônibus da FGV também se mostrou como um espaço de manifestação dos hinos. Em um ônibus com membras do Coletivo Candaces, a música “Feana Cadela” foi cantada mais de quatro vezes pelos alunos. Junto com a música, algumas expressões que se tornaram comuns chamaram atenção. Uma das músicas do Insper, e que foi apropriada pela própria FGV, tem o refrão “Foda-se a GV”, foi substituído rapidamente por “Foda-se o Candaces” e reproduzida durante todo o evento pelos alunos. Enquanto cantavam as músicas, os alunos desenharam nas janelas do ônibus o nome do Candaces junto a símbolos nazistas.

Manifestações como gritos de “feminista é tudo gorda” ou “feminazis mal-comidas” também foram comuns, direcionadas às membras do Coletivo que estavam presentes. O insulto às membras dos coletivos feministas presentes não é exclusivo à FGV. Na Medicina, as alunas deixaram de frequentar o evento de forma organizada devido a diversos assédios e xingamentos que sofreram pelos alunos por serem feministas. Assim, é possível identificar como uma das formas de reação às mudanças a

agressividade direcionada às organizações estudantis vistas como “culpadas” por desencadear esse processo.

Outra expressão comum dentre os alunos da FGV foi utilização dos termos “machismo” e “opressão” para qualquer situação. Ou seja, desde “o busão esta me oprimindo”, até “achei essa tapioca muito machista”, os alunos passaram a utilizar as expressões como piada. Na Medicina também foi possível ver alunos utilizando frases como “meu corpo, minhas regras” em tom de piada. Para além dos termos e frases das campanhas, os apitos trazidos pelo Coletivo Feminista para a campanha organizada, de fiscalização a atitudes machistas, foram vistos sendo utilizados por alunos também de forma a desqualificar a campanha, apitando para circunstâncias comum e gritando “olha, machismo!” Da mesma forma, as fitas no braço utilizadas para identificar membras e membros dos coletivos feministas e LGBT na Cásper Líbero também foram apropriados por alunos para deboche. Esse tipo manifestação poder ser considerada uma apropriação cínica, que é também uma forma de reação à imposição de pautas feministas com o objetivo de esvaziamento da pauta.

6.5 As Festas

Geralmente ocorrem três ou mais festas durante os jogos, a primeira e a última entre as próprias faculdades e uma entre essas que reúne todas as faculdades que compõe os jogos. Com preços que vão entre cerca de 80 a 150 reais, algumas dessas também são abertas para moradores da cidade frequentarem.

A festa de sexta-feira da FGV no Economíadas, ainda que não seja oficial, tem caráter de inauguração do evento – os alunos acabaram de chegar e ainda não foram a jogos ou à outras festas. A principal atração é o “open bar” – cerveja à disposição a noite toda, que costuma ser o padrão nas demais festas e nos demais jogos universitários. As músicas também não fogem do “comum” no meio universitário, passando por funks de sucesso (como “Dom, dom dom” do Mc Pedrinho com o refrão “ajoelha se prepara e faz um boquete bom”, “Novinha” do Pikachu, com a letra “Eu tava no fluxo, vi a novinha no grau. Sabe o que ela quer? Pau, pau, pau ela quer pau” e “Beijinho no Ombro” de Valesca “Beijinho no ombro pro recalque passar longe, Beijinho no ombro só pras invejosas de plantão”).

Após algum tempo de festa, a bateria adentrou a quadra tocando seu repertório e a mudança foi visível na animação dos alunos: todos começaram a vibrar e pular,

seguindo os músicos como em um cortejo. Após tocarem suas músicas mais tradicionais (como “Tú es, Escola de tradição! A primeira opção... Oh Fundação! De preto e Amarelo eu vou, Rumo ao interior... Oh fundação!” e “Essa é a Escola que todos desejam Mas nem todo mundo consegue entrar Você que tentou, e não conseguiu Que vá pra puta que o pariu!”) os alunos começaram a cantar o “Hino da FGV” que possuía os trechos tão debatidos como “Nosso esporte é na vagina”. A bateria não participou ativamente, mas os alunos e alunas bradavam a letra tão alto que não teria feito diferença. Mas os alunos não dançavam e pulavam como nas outras, gritavam e faziam o ritmo com as mãos, compartilhando uma sensação de enfrentamento e de rebeldia. Para os alunos, ficava evidente que entendiam aquilo como um ato de “resistência” na primeira festa do evento já estava sendo colocado: não deixariam de cantar as músicas.

As poucas alunas do Coletivo Candaces presentes apitaram e sentaram, como parte de sua campanha, mas foi uma reação imperceptível em meio à multidão orgulhosa. Ao terminar a música, parecia haver um alívio entre os alunos, que apesar dos meses de discussões, por fim nada teria afetado o evento. O ato de cantar a música serviu como um pacto, uma declaração de que no mundo paralelo do evento, a proibição da coordenação pouco valia.

Outro espaço de festa foi onde Dj Dennis, a Jacabanda e outras atrações musicais tocaram. Um momento esperado devido a todo o contexto prévio ao evento foi o show da Jacabanda. O repertório da banda consiste em pegar músicas conhecidas, muitas vezes que marcaram a geração dos alunos, e realizar paródias com assuntos comuns aos alunos da FGV. Após tocarem algumas de suas músicas que não eram consideradas problemáticas, e cobrir com outras músicas algumas vezes os gritos da plateia que puxavam a letra do hino, a banda começou a tocar a música mais recente composição “Facul de Puta”. Muitos alunos comemoraram, e outros começaram a se olhar preocupados, pois consideraram muita exposição para a banda tocar a música em seu show.

Entretanto, no momento em que a música chegou ao refrão, a banda trocou a frase “Facul de Puta” por “GV Censura” e a reação imediata da plateia foi de comemoração. Muitos consideraram a troca uma “solução genial” e elogiaram a iniciativa de criticar a FGV na própria música. No momento em que foi tocada a música, os alunos começaram a jogar cerveja nas alunas do Coletivo Candaces. De certa forma, foi possível perceber que a música reforçou o sentimento de “resistência” e

rebeldia dos alunos, de que naquele momento estariam questionando uma grande ordem injusta superior. É possível perceber uma apropriação do termo “censura”, utilizado na situação para colocar-se como resistência a uma opressão à liberdade de expressão. Para além da utilização desse termo, esse era o sentimento compartilhado por muitos alunos – de que estariam resistindo a medidas injustas e opressoras.

No JUCA as músicas consideradas com teor machista também foram proibidas oficialmente à bateria pela própria atlética. Entretanto, a bateria fez um show em uma festa da PUC no JUCA e, dentre o repertório tocado uma das músicas era:

Pi pi pi piso no seu cu! Mulherada do pré-coito; Levanta o cu gatinha que eu enfio meu biscoito; Ele não é cream-cracker, ele não é aymoré; Levanta o cu gatinha que eu enfio até o pé. Ahhh, essa xereca tá cheirosa; Ahhh, essa xereca tá profunda; Ahhh, essa xereca tá cheirosa; Ahhh, essa xereca tá profunda; chã, chã, chama que ela vem! chã, chã, chama que ela vem! Então seduz! Seduz! Sem ver!

No meio da festa e do batuque dos instrumentos, era difícil ouvir a letra em detalhes, mas mesmo assim foi possível ouvir diversas alunas comentando incomodadas sobre certos trechos da música. Porém, a trilha sonora que tocou em outros momentos não se diferenciava muito, sendo composta em sua maioria por funks como:

Se eu boto; Ela pede soca; Se eu catuco; Ela geme e goza; Mais que filha da puta; Viciada em piroca. Se revela que tu não é moça; E já tá naquele clima; Passa a buceta na pica; Passa a buceta na pica; Passa a buceta na pica; Passa a buceta na pica” ou “Olha o que ela faz; Junto com as amigas no baile; Com o bumbum ela bate; Bate palma.

A Cásper também enfrentou questões quanto à programação escolhida para a festa do evento. Se na PUC a atlética deixou de contratar artistas pelo teor machista de suas músicas, na Cásper Líbero o artista contratado foi expulso do palco: Mc Serginho, além de cantar músicas com teor racista e misógino fez declarações no palco como “ah agora esta permitido agarrar mulher”. O artista ficou 20 minutos no palco e após isso foi retirado. A aluna membra dos coletivos feminista e LGBT explica: “Quando eu cheguei na festa ficamos do lado de fora, por que a música estava ruim. Pouco tempo depois chegaram umas meninas Afrocasper (Coletivo Negro da Cásper) chorando, falando que as músicas eram super racistas e misóginas. Então, juntamos varias pessoas, dos coletivos e outros alunos incomodados, e fizemos pressão para atlética tirar. Eu senti que foi um incômodo geral na festa”.

Após muitas críticas à situação, a atlética da Cásper emitiu, em meio à nota sobre a falta de logística no evento (filas, interrupção do som e das vendas de bebida, etc.) uma explicação sobre o ocorrido:

ATRAÇÃO + ASSÉDIO E DESRESPEITO

Para as baladas do alojás, sempre são escolhidas atrações que um dia fizeram sucesso. A ideia, com isso, é relembrar momentos da infância e trazer um clima nostálgico para um momento de comemoração, como são esses quatro dias. (...).

Quando foi contratado, MC Serginho recebeu de briefing a setlist de músicas do Furacão 2000 com o intuito de relembrar a adolescência das alunas, alunos e agregados ali presentes. O artista descumpriu com o combinado e cantou músicas machistas e homofóbicas, além de, entre uma música e outra, proferir mensagens e cânticos misóginos que diminuía e desvalorizavam mulheres e homossexuais. Seu show, que tinha duração de uma hora e quarenta, foi interrompido e cancelado com 20 minutos de duração. Mesmo fugindo do controle da Atlética, pedimos desculpas a todas as pessoas que se sentiram ofendidas durante o tempo em que ele ficou no palco, principalmente às mulheres e LGBTs presentes na festa. Tentamos reverter a situação o mais rápido possível.

A Atlética está em um processo de desconstrução, quer dialogar e está aberta a qualquer sugestão, crítica ou reclamação para melhorar. Todas as críticas são ouvidas e levadas em consideração antes, durante e após cada festa, cervejada ou JUCA. Assim como atitudes serão tomadas - como foi o caso do segurança expulso deste JUCA - para que os eventos sejam o mais agradáveis e acolhedores para todo mundo que decidir ir.

Essa recorrência de atrações musicais que trazem letras violentas, com apologia a estupro e misoginia, é um padrão verificado nos eventos universitários em geral, e não somente nos jogos. Enquanto essas constituem o imaginário cultural dos alunos, as criações próprias das identidades universitárias também trarão esse tipo de representação violenta ao gênero. Se a contestação a essas é mais fácil, pois é feita pelos próprios alunos e em muitos casos se propõe a representar a coletividade dos alunos, atrações que rompam com esse tipo de discurso são importantes para disponibilizar novas referências.

Em conversas com as alunas, o ponto que mais abordado foi o assédio sexual nas festas: “Teve um cara que puxou uma menina pelo braço, aí eu fui falar para ele parar e ele disse – ah, você serve também”. Outras alunas relatam que alunos “passaram a mão” nelas, que receberam puxões pelo cabelo. Foi possível ver também um grupo de meninos que tentavam “laçar” com uma corda alunas que passavam por eles e ouvir

cantadas agressivas, desde “sua gostosa” e “delicinha do papai” até “se beleza fosse merda vocês tavam todas cagadas”. É interessante perceber ao comentar desses assédios, as alunas relacionam esses diretamente à presença de moradores da cidade ou “pessoas de fora” do meio universitário. Elas relatam que há homens mais velhos da cidade que comparecem no evento e possuem uma postura bastante agressiva. Entretanto, em muitos dos casos citados foram os próprios alunos os responsáveis pelos assédios.

A aluna da Cásper Líbero conta que foi assediada diversas vezes na rua, por outros alunos e não por moradores. Entretanto, já considera isso “normal”. Relatou também que estava ficando com outra aluna na festa e um aluno ficou tentando “se intrometer”; o que também considerou relativamente normal. É interessante perceber que com todas as alunas, ao citarem os casos de assédio nas festas, classificam sua maioria como “já esperado”, ou assédios que estão acostumadas a viver em outras festas. Não é evidente qual a linha tênue que divide os “assédios normais” dos “assédios denunciáveis”, pois apesar das alunas reconhecerem essas situações como assédio e violência, devido à sua recorrência a possibilidade de denuncia-las nem parece existir.

Outro caso relatado foi que, ao esperar um ônibus para voltar para o alojamento, um carro de jovens com pulseira do alojamento da Cásper parou e, ao ver um casal de amigas suas “ficando” começaram a xingá-las de forma discriminatória.

Começamos a bater boca com ele e ele ameaçou a gente. Ficamos com medo então começamos a bater neles. Já tínhamos chamado ajuda de membros da atlética, mas eles demoraram para chegar. Quando chegaram, anotaram a placa do carro e cortaram as pulseirinhas dos caras, que na verdade nem eram alunos da Cásper. Eu queria fazer B.O. mas as meninas não quiseram, então foi isso.

Já uma atleta da Cásper acredita, apesar de não ter certeza, ter tido sua bebida adulterada durante uma festa:

Eu acho que me drogaram... Eu fiquei inconsciente no primeiro dia. Fui perguntando para as pessoas que me ajudaram para descobrir o que tinha acontecido. Uns caras do Mackenzie me acharam perdida, viram que eu estava num canto e me levaram para o alojamento, por que viram que eu estava com pulseirinha da Cásper. Eu lembro de chegar lá, de beber com meus amigos, mas não o suficiente para ficar assim. E isso nunca aconteceu antes na minha vida. É difícil saber o que aconteceu, por isso não fiz. (...) Depois disso, ví o que tinha acontecido com a menina no Rio de Janeiro, e mesmo no próprio JUCA... Fiquei com muito medo, poderia tão facilmente ter sido eu.

Também foram relatados outros casos de discriminação com base na orientação sexual dos alunos – alunas da PUC comentaram que viram atletas do Mackenzie sendo “totalmente homofóbicos” e que ouviram boatos que eles tinham agredido um aluno gay. Uma delas mencionou que seu amigo gay foi ameaçado em uma festa.

Para combater esse tipo de assédio durante o evento, a atlética da PUC deixou a disposição o número de “whatsapp” de duas alunas que estavam na organização, para que as vítimas entrassem em contato para denunciar ou pedir apoio. Em uma conversa com uma dessas alunas que se voluntariou para ser referência para as vítimas, ela explica que a ideia era criar um canal informal, mais próximo dos meios de comunicação dos alunos no dia-a-dia. Entretanto, ela relatou que não recebeu nenhuma denúncia, mas que o canal acabou sendo usado para outras questões de organização, como a troca de ingressos para a festa. A aluna explicou que havia autoridade para tirar pessoas da festa, mas que acha que o grande problema está no momento entre a pessoa sofrer o assédio e tomar a decisão de denunciar: “A primeira reação da pessoa não é pegar o celular para denunciar. Esse meio termo é o mais difícil. É frustrante por que eu fico sabendo dos casos depois, tenho autoridade... mas se não me avisarem na hora não tem o que eu fazer. Queria poder fazer mais”.

Como estratégia para enfrentar os assédios e as violências no evento, os três coletivos da Cásper (Feminista, LGBT e negro) realizaram uma parceria com a atlética, em que diversos membros dos coletivos e da entidade estavam identificados com faixas rosas no braço, com o objetivo de servir como ponto de apoio e acolhimento para vítimas. Algumas regras eram que mulheres só seriam atendidas por mulheres, e que se alguém ficasse embriagado deveria retirar a faixa, o que aconteceu na medida em que a festa ia passando diminuindo o número de pessoas referência. Grupos de Whatsapp e Facebook foram criados para compartilhar as informações e auxiliar na comunicação.

Uma aluna membra da frente feminista e frente LGBT conta que receberam muitas denúncias e muitas reclamações das alunas, que queriam contar as situações que passaram. Entretanto, a maioria não queria que os casos fossem levados para a atlética. Depois das festas principalmente, o número de denúncias é grande. A frente LGBT está recolhendo os nomes dos agressores nessas denúncias para encaminhá-las à atlética e solicitar que esses alunos sejam barrados em próximas festas.

Se os coletivos representam a forma institucional mais próxima às alunas (por ser composta pelas próprias alunas) e assim há a vantagem de relatar ser como conversar com suas amigas também há uma série de implicações: qual poder de encaminhamento esses coletivos realmente possuem? Qual preparo essas alunas tem para escuta sensível? Que efeitos essa escuta produz no psicológico das próprias membras desses coletivos? Essas questões dependem fortemente da posição de poder que esses coletivos ocupam dentro das universidades – o quanto sua voz e suas notas de repúdio são ouvidas e respeitadas e quanto apoio institucional das diretorias ou atléticas universitárias elas possuem para realizar formação interna, mobilizar campanhas, encaminhar juridicamente denúncias e conseguir punições para agressores.

Na Medicina FMUSP a presença de coletivos feminista, de gênero, ou mesmo coletivos políticos no evento ainda é muito difícil. Maria, do Coletivo Geni, conta que no ano anterior as alunas foram de forma organizada, para oferecer apoio e fiscalizar os ocorridos, identificadas por fitas rochas. Ela conta que as alunas foram extremamente hostilizadas e agredidas e que membros da própria atlética passaram a se identificar com fitas rochas para sabotar o sistema de acolhimento.

Na FGV foi anunciado que as membras do coletivo estariam devidamente identificadas para poder dar suporte a outras alunas, que estariam com apitos para denunciar situações de machismo e também que caso músicas ofensivas ou degradantes fossem cantadas haveria uma articulação para que todos os incomodados sentassem no meio da festa como forma de protesto. Entretanto, como o debate já estava bastante tensionado, e algumas alunas deixaram de ir ao evento por temer provocações devido a ter sua imagem associada ao Coletivo Candaces. No Economíadas, os apitos roxos utilizados na campanha do Coletivo Candaces também foram apropriados da mesma forma. Esse tipo de apropriação foi verificada também através de comentários dos alunos sobre termos como “opressão” em tom de deboche, e utilizando a campanha “não é não” de forma irônica.

Foi interessante perceber a opinião dos membros das diversas entidades sobre a presença de coletivos feministas em jogos universitários. A aluna da bateria colocou que considerava importante, “principalmente no momento que a gente está, para colocar uma pressão do tipo, olha o espaço não está livre para você voltar a ofender as mulheres. E também como forma de apoio, acho importante”. Uma das atletas entende que pode ser interessante, e considera que com a discussão toda ao redor do evento

gerada já gerou certos efeitos: “toda a discussão que rolou eu achei que foi muito válida e ajudou várias meninas já. Então um coletivo forte e presente antes com certeza tem que ter”.

Para o ex-presidente da atlética a presença “foi essencial”, pois considera que as alunas, caso algo ocorra, se sentem mais a vontade para falar com uma aluna membra do Coletivo do que com algum representante da atlética. Ele explica que desde o primeiro contato com membras do coletivo, a diretoria da AAAGV manteve um contato constante que foi fundamental para gerar melhor alinhamento e solucionar algumas questões. Já segundo o aluno da bateria:

A presença do coletivo, como coletivo, com camiseta e tal eu não acho um problema. Algumas pessoas podem se sentir meio vigiadas assim. O cara que fazia gritos machistas por exemplo. De qualquer forma, mesmo não se sentindo incomodado eu veria assim como a polícia dos jogos, e não alguém que está de boa. Mas se as meninas membras estivessem lá estivessem sem camiseta estariam mais de boa. Mas a presença delas não me incomodou.

Na Cásper Líbero, após o evento, houve discussões dentro dos coletivos sobre a participação no evento: “A gente debate se deveria marcar presença massiva ou deveríamos boicotar o evento? Algumas pessoas que foram não querem financiar e compactuar esse tipo de evento, pois entender que toda a sua lógica é calcada em opressões. Mas praticamente qual seria o efeito disso? Isso prejudica muito as atletas mulheres, que ficariam ainda mais vulneráveis. Eu, pessoalmente, sou favorável a qualquer ocupação de espaço”.

Esse dilema entre o boicote e a participação crítica é complexo – pois, ao mesmo tempo em que essa é uma mobilização que consome esforços e energia das alunas e alunos que compõe esses coletivos e que muitas vezes resulta em agressões a esses, deixar de participar seria também deixar de disputar os saberes e práticas nesses espaços. Com maior polarização e segregação entre os mundos “coletiveiros” e “atleticanos” a perpetuação e reprodução das violências nesses espaços dos jogos tem maior chances de passar despercebida, naturalizada, e, portanto, também impune.

7. O Debate Continua: A Violência de Gênero no Ciclo de Eventos Universitários

Apesar da organização do campo em três momentos – antes, durante e depois – é importante compreender que os eventos universitários constroem ciclos, e assim o *depois* do evento de um ano torna-se o *antes* do evento do ano seguinte. Todos os anos os mesmos tradicionais “ritos” ocorrem nesse ciclo. Entretanto, uma série de mudanças vem ocorrendo nas organizações estudantis e na cultura das instituições concernidas, como exposto. Assim, esses ciclos recomeçam, mas de maneiras diferentes.

Os anos analisados, de 2015 e 2016, foram de mudanças relevantes para as três faculdades em questão. Alguma medida proibitiva foi imposta aos estudantes visando a encerrar “tradições” carregadas de violência de gênero: no caso da Medicina da FMUSP, a medida foi imposta pelo próprio Ministério Público; na FGV a coordenação soltou uma nota alertando os alunos para as sanções no caso do ferimento aos direitos humanos; já as faculdades que compõem o JUCA incorporaram uma “lei anti-opressão” em suas atléticas. Assim, houve uma série de ações com objetivo de atacar essas violências e reações criticando e deslegitimando as medidas, práticas influenciadas por e geradoras de discursos em ambos os casos. Pode-se considerar, portanto, que foi um período de mudanças que certamente estarão marcadas no início do novo ciclo.

É interessante perceber que esse ciclo, anual, está ligado também a um outro ciclo, o das gerações que constituem as entidades estudantis. É esse aspecto, de saída dos alunos mais velhos (os “veteranos” ou a “velha guarda”) e a entrada de novos alunos (em muitos casos com um perfil mais diverso que os antigos, devido a políticas de inclusão nas faculdades privadas) que, em boa parte, permite ou acelera as mudanças culturais nessas organizações. Entretanto, esses ciclos podem também servir de freios a essas mudanças quando são demasiadamente longos: formas organizacionais como o Conselho da AAAGV que é composto até mesmo pelo primeiro presidente da instituição, ou no caso da FMUSP, em que os alunos se formam, mas continuam realizando residências no mesmo local, e assim, frequentando os jogos, tendem a querer manter tradições. Assim, a velocidade desses ciclos é um fator fundamental para que cada vez mais mudanças sejam incorporadas nos ciclos anuais.

Para entender os discursos que já estão a influenciar o próximo ciclo é importante resgatar os debates ocorridos em cada faculdade no momento posterior aos eventos.

7.1 Liberdade de Expressão?

Na FGV muitos alunos estavam debatendo sobre o caso de espancamento do aluno do Insper e o assunto das músicas foi de certa forma deixado de lado. Afinal, para a maioria dos alunos que foram ao evento, estava tudo bem: haviam cantado as músicas livremente e sem medo de represálias. Entretanto, na semana seguinte, foi organizado pelos alunos um evento convidando as diversas entidades envolvidas (a Bateria Tatubola, a Jacabanda e o Coletivo Candaces), os “grupos de estudos libertários” (John Nash e John Gault) e as coordenações das quatro escolas que compõem FGV em São Paulo com o tema “Censura e Liberdade: Discussão sobre o Meio Acadêmico” para discutir a medida institucional que foi tomada dias antes do evento. É interessante descrever alguns discursos presentes nas falas dos representantes dessas instituições durante o debate, pois podem ajudar a compreender como, em um novo contexto, essas se transformam ou não.

A primeira fala foi feita pelos coordenadores, que explicaram que a medida havia sido uma reação a denúncias formais de casos de violações dos direitos humanos recebidas de alunos e alunas. Assim, a FGV como instituição foi obrigada a agir rapidamente antes do evento, onde essas situações poderiam se intensificar. Após deixar claro o posicionamento da instituição quanto aos direitos humanos, fez uma longa fala passando pelos momentos históricos e também esforços recentes em que a fundação havia agido em prol desses. O coordenador rebateu também as críticas que afirmavam que a decisão foi tomada baseada no que estava “na moda” e no que apareceria na mídia – afirmando que era uma questão de valores e que se a própria sociedade, através da mídia, estava pressionando a favor desses valores isso poderia ser visto como positivo.

Aqui é possível verificar o argumento dos alunos de que coordenação foi “oportunista” e apenas preocupada com a imagem da instituição na mídia, utilizado para desqualificar a medida tomada. Enquanto a preocupação com a imagem que as universidades possuem pode levar a dinâmicas de silenciamento da violência, essa também pode ser um fator de pressão para tomadas de decisão progressistas. Assim, é importante entender as universidades e suas dinâmicas quando ao gênero como um microcosmo social, que estão em uma construção constantemente impactada pela disposição de forças dos discursos e práticas que circulam numa esfera mais ampla.

Em seguida, se pronunciou a Bateria Tatubola, que afirmou que são “obviamente a favor dos direitos humanos” e que estão em um processo de reformulação. A entidade

criticou a postura da coordenação, pois entende que foi uma ação “mais guiada por um lado de mídia” e que existem outras coisas dentro da FGV que ferem os direitos humanos. É possível perceber a utilização de certos enunciados como “direitos humanos” sem a compreensão qualificada do termo, mais especificamente, sem entender aspectos simbólicos como as músicas universitárias e as “brincadeiras” de entidades como violações a esses direitos.

O representante da entidade afirmou já estava dialogando diretamente com o Coletivo Candaces, e também que “por não ser mulher não poderia falar sobre as opressões”. Esse discurso é comum em debates sobre a questão de gênero e realiza uma apropriação do conceito feminista de “lugar de fala” distorcendo seu significado para “lavar as mãos” de uma participação na construção da igualdade de gênero. O “lugar de fala” trata da necessidade de protagonismo feminino no feminismo e da valorização de vivências femininas na desconstrução de sistemas de opressão. Entretanto, isso não significa dispensar os homens de atuarem a favor da igualdade de gênero sem ameaçar esse protagonismo. No entanto, o discurso aqui utilizado é que por serem homens os alunos não teriam responsabilidade de se posicionar frente às músicas, por exemplo.

O representante do grupo de Estudos John Gault iniciou sua fala colocando que “as pessoas crescem aprendendo a se blindar de ofensas” em um mundo com uma cultura de *bullying* cada vez mais forte, e que essa era uma habilidade necessária para conviver em sociedade. Aqui é importante perceber que o aluno entende que a questão das músicas universitárias está ligada a ofensas individuais, e que as feministas seriam frágeis demais para lidar com essas ofensas. Aqui, é visível a falta de uma compreensão de que além de ofensas essas violências simbólicas fundamentam um sistema de dominação, ou seja, que compõe um fenômeno cultural e social mais amplo de desigualdade de gênero.

O aluno defendeu também que a medida das coordenações tinha sido “contrária à liberdade de expressão”, e que decisões através de “canetadas” não geram mudanças efetivas, colocando que as mudanças são mais efetivas se forem culturais antes que legais. A utilização da liberdade de expressão para acobertar discursos de ódio é comum nos debates políticos da sociedade, assim como nas redes sociais. Essa defesa faz parte da inversão de papéis que coloca os dominantes como perseguidos.

O aluno afirmou ainda que a atividade do Coletivo Candaces, através do “boicote social” ou da “guerra cultural” foi mais efetiva, e que há muitos alunos que

concordam com seus posicionamentos. Entretanto, aconselhou as “meninas” a utilizarem um discurso “mais pacífico e menos agressivo”, pois entende que dessa forma o coletivo atua sem expandir o movimento, apenas “pregando para convertido”. Esse enquadramento dos movimentos feministas como radicais ou agressivos também é bastante comum, e está relacionado a um sistema mais amplo de manipulação psicológica das mulheres na sociedade. O termo em inglês “*gaslighting*” surgiu justamente para descrever situações de desqualificação de posicionamentos das mulheres, afirmando que essas estariam loucas ou exagerando. É interessante perceber também que, enquanto diversos alunos reproduziam esse discurso de que os posicionamentos das alunas eram agressivos, os posicionamentos misóginos e violentos não sofriam as mesmas represálias.

A fala do representante do grupo de estudos John Nash foi semelhante, apesar de não concordar com o comunicado enviado pelas coordenações e entender que o ato não configurava censura por ocorrer em um ambiente privado. Entretanto, defendeu que a “liberdade de expressão suprema”, mesmo com ofensas, já foi historicamente uma grande bandeira das “minorias”.

A fala da representante do Coletivo Candaces iniciou criticando o “espírito universitário” vigente, que considerou pautado em tradições e ideais discriminatórios e violentos, ressaltando que isso não poderia mais ser considerado como uma brincadeira. A aluna questionou “Por que o divertimento de uns estará sempre acima e à custa da ofensa e opressão de outros?”. A aluna pontuou que o perfil dos alunos na FGV está mudando, e que a opinião sobre as músicas está mudando e que as músicas estão sendo criticadas há dois anos, quando o próprio coletivo foi formado em reação às mesmas. A aluna argumentou que, por mais que a pauta das músicas não seja a única do coletivo, ela é considerada extremamente importante, e não uma brincadeira. A representante criticou diretamente as letras das músicas:

Não dá pra falar em comer a nossa bunda para atacar outra universidade. O que a bunda das mulheres tem a ver com a sua competição? Não dá pra falar que o esporte de vocês é na vagina, por que nossa vagina não ta aí pra isso. Não dá pra chamar uma faculdade de “facul de puta” por que tem mulheres lá que se sentem profundamente ofendidas. E mais, se fossem todas prostitutas o que isso tem a ver com o tal “espírito de vocês?” e não, isso não desmereceria nenhuma delas.

O discurso do Coletivo Candaces terminou criticando a postura de todos que haviam se manifestado de forma violenta no evento, e também daqueles que se portaram de forma conivente.

Um dos membros da Jacabanda, que não estava oficialmente na mesa do evento, se pronunciou da plateia. Ele expôs que o machismo vinha “caindo gradativamente” nas letras que compõem o repertório da banda, e que acredita que as últimas quatro músicas foram “mais tranquilas” nesse quesito. Reforçou que acredita que não são os detalhes nas músicas os “grandes causadores do mal” e que a banda não acredita em uma quebra, e sim em uma “transição gradual”. Colocou também, que apesar do refrão da música “GV Censura” a banda não se sente censurada, e terminou a fala apontando que o único objetivo da banda é “fazer o que a galera curta”. Essa argumentação é interessante, pois mostra que apesar da crescente conscientização sobre as questões das músicas, ainda não existe uma compreensão de porque essas seriam problemáticas, já que as mudanças nas letras à medida que o público for apresentando resistência a essas.

A partir da exposição dos diferentes posicionamentos, é possível obter um panorama dos diferentes discursos que circulavam pela FGV, tanto institucionais, quanto dos diferentes grupos de alunos. Outro aspecto digno de nota é que os discursos nesse ambiente de debate são diferentes dos que se dão no meio virtual, talvez devido ao menor grau de anonimato nas relações, ou ao fato que os coordenadores estavam presentes no debate, mas as discussões foram mais ponderadas e com um tom menos agressivo. Como as relações entre as redes sociais e a esfera política presencial estão cada vez mais interligadas, essa não é uma dinâmica exclusiva nem do debate sobre gênero e nem do meio universitário. Entretanto, é extremamente importante para pautar os discursos e práticas implicados nessas disputas.

Nos meses seguintes ao evento, uma série de entrevistas foi realizada para obter uma compreensão aprofundada da visão dos alunos(as) sobre as dinâmicas do evento, com foco no entendimento do funcionamento das diferentes entidades estudantis que constroem e frequentam os jogos. Uma série dessas informações está contida nos relatos dos eventos, mas alguns relatos traziam concernem reflexões e ponderações sobre mudanças no eventos e expectativas para as próximas edições relevantes para pensar essa relação entre o depois e o próximo antes.

A partir de algumas falas é possível perceber que os alunos enxergam que estaria em curso um claro processo de mudança na cultura dos jogos. Realizando comparações

com jogos anteriores, todos comentam que o tema de violência de gênero foi muito mais abordado, e também que havia posicionamentos e comportamentos diferentes entre os alunos. Foi apontado que a centralidade das discussões foi o tema das músicas. A atleta, por exemplo, comenta:

O que mais me interessa é que acho que os próprios alunos estão mudando um pouco a mentalidade. Estava meio dividido na verdade nesse ecôno. Na tenda, por exemplo, vi pessoas cantando as músicas censuradas com os palavrões e afins de sempre, mas também vi muita gente não cantando as partes machistas. Também achei que a torcida estava melhor – menos pior na verdade – com relação a gritos.

7.2 “Memória, Verdade e Reparação” na “Fantasias no Bosque”

Na FMUSP o debate continuou abordando o próximo evento importante no ciclo dos eventos da Atlética AAOC. No Calomed? Grande parte dos calouros que participa da Calomed pinta os cabelos de verde, a cor da FMUSP. Em seguida, a maioria deles raspa os cabelos, e é daí que surge o próximo rito do calendário, a festa “Carecas no Bosque”, que eventualmente tornou-se a “Fantasias no Bosque”. Essa foi a festa em que houve mais casos de denúncia de estupro, e que possuía uma organização específica que permitia esse tipo de violência. Essa organização perpassa desde a propaganda da festa, a diferença de preços de quase 50% nos ingressos para homens e mulheres, os espaços físicos como “cafofos” (sofás dentro das barracas de bebidas geridas pelos alunos) e o “bosque” (uma espécie de “dark-room” que permitia a casais espaços reclusos, mas barrava a entrada de casais homossexuais); até a distribuição de álcool muitas vezes adulterada a com benzodiazepínicos e outras substâncias hipnóticas pelos alunos, a contratação de prostitutas e a veiculação de filmes pornôs.

Desde a abertura da CPI, as edições de 2014 e 2015 da festa deixaram de ser realizadas. Entretanto, devido à pressão para reerguer financeiramente a AAAOC, no ano de 2016 a festa foi reorganizada, em novos moldes e passou a ser divulgada com o mesmo nome “Fantasias no Bosque”. Entretanto, para o Coletivo Geni, a estrutura da festa ainda mantinha elementos que perpetuavam a cultura de violência de gênero. Assim, iniciou-se uma campanha de “Boicote ao Bosque” com um abaixo assinado virtual, apoiado por dezenas de coletivos feministas universitários e assinado por mais de 3300 pessoas. Segue abaixo um trecho do texto veiculado junto ao abaixo assinado:

Diante de seu histórico e da volta da festa, a Frente Feminista Universitária de São Paulo, formada por inúmeros coletivos

feministas de curso do Estado, coloca-se contra a existência da “Fantasias no Bosque” em quaisquer moldes, por entendermos que a festa em si é um símbolo da violência machista e homofóbica a que as mulheres e LGBTQs são submetidas diariamente. A ocorrência desse evento é um desrespeito às vítimas produzidas ao longo dos anos por ele e a todas nós, além de uma afronta aos acúmulos da CPI sobre a violação de direitos humanos nas universidades paulistas ocorrida em 2015. Disputamos aqui a narrativa do histórico dessa festa, buscando a construção da memória, justiça e reparação para as vítimas.

Junto à campanha virtual um evento, pela “memória, justiça e reparação” das vítimas foi realizado no pátio da faculdade de direito São Francisco, pois foi considerado que não havia condições do evento ser realizado na própria FMUSP. Esse dado é fundamental, pois mostra que apesar da mudança cultural e das medidas do MP, os mecanismos de reação e perseguição presentes na faculdade ainda persistem.

Foi importante identificar no evento os discursos utilizados pelos representantes dos coletivos no evento. Para Felipe Scaliza, do NEGS ? essa cultura de violência e silenciamento está ligada a um enaltecimento institucional da universidade. Segundo ele, isso ocorreria devido a um valor social que adquirido ao ingressar na faculdade, assim, se a instituição vai bem ou vai mal perante a opinião pública, na sua compreensão isso afeta seus alunos e professores. Ele entende que diante disso a faculdade realizaria uma política auto-defensiva, de não publicizar as denúncias – ao invés de promover uma política de acolhimento a instituição realizaria uma política de abafamento. Ao mesmo tempo, a seu ver, tradições que incentivam essa cultura são reproduzidas “alienadas do contexto atual”, e o “saudosismo: mantém certos elementos para demonstrar sua história.

O membro do NEGS colocou, ainda, que entende esse momento como de uma “mentira organizada”, em que ocorreu uma “formação de quadrilha” com uma série de depoimentos para descriminalizar a ocorrência da festa e anistiar os agressores. Defende, portanto, que “nesse contexto de mentira organizada contar a verdade torna-se um ato político”.

A representante do Coletivo Geni, ressalta que esse tipo de evento que de chama atenção para a situação e evidencia a memória é importante para colocar agressor no lugar de agressor e vítima no lugar de vítima, e para que a medida que o tempo passe, não se chegue em uma situação em que as pessoas olhem para a festa e não enxerguem nenhum problema. No evento, a tentativa de relançar a festa foi visto como uma

tentativa de apagar a história da festa para salvar a instituição e não demarcar a violência que era reproduzida sistêmica e estruturalmente. A representante pontuou: “Demarcar que essa violência ocorreu é uma forma de manter o fim da violência. Não existe transição sem memória, sem verdade e sem reparação”.

É interessante perceber que os discursos de resistência feminista e LGBT na FMUSP são os que mais se utilizam de uma linguagem acadêmica, e inclusive ligada ao léxico utilizado pela Comissão da Verdade. Esses movimentos da FMUSP, que dialogam com os demais movimentos sociais ligados a essa causa, foram também de certa forma pioneiros no enfrentamento das violências de gênero no ambiente universitários, e já tiveram tempo de aprendizado inclusive na construção acadêmica de seus discursos.

7.3 Denúncias nas Redes Sociais

No contexto do JUCA, os principais debates que ocorreram estiveram relacionados a denúncias de casos de assédio e estupro que emergiram após o evento. Durante os jogos algumas histórias de abuso circulavam, mas sempre contadas pelos alunos em clima de “fofoca” como “causos” como “Gente, mas a menina acordou sozinha na casa dos caras” ou então “Vocês viram que uma menina postou no evento que viu um cara assediando uma menina que tava bêbada desmaiada?”. Entretanto, após o evento, a ECA publicou uma nota expondo um caso de estupro que ocorreu em uma de suas festas:

A ECAtlética, BATERECA, e o Coletivo Feminista da ECA vêm por meio desta carta informar e repudiar o crime ocorrido durante os Jogos Universitários de Comunicações e Artes (JUCA), que ocorreu dos dias 26 a 29 de maio de 2016, em Sorocaba, interior de São Paulo. Na última sexta feira (27/05), durante a “FestECA Sem Meio”, uma aluna ecana sofreu estupro por parte de um estudante do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. Depois da denúncia, a vítima reconheceu o agressor e este foi expulso tanto da festa quanto do alojamento pela ECAtlética, organizadora do evento, e pelos seguranças contratados. Depois, ele foi escoltado até a rodoviária de Sorocaba. A vítima foi levada à delegacia para fazer boletim de ocorrência e o fez. Mas foi embora do JUCA e da cidade logo em seguida; por ora ela passa bem e está recebendo todo o apoio de seus amigos.

Não é a primeira vez que o autor do estupro, que estuda Física no IF-USP, comete tal crime. Pelo menos outras três alunas da ECA também foram vítimas de estupros cometidos por ele na festa “Make Love, Not War” da Escola de Artes Dramáticas (EAD) da ECA, no dia 16/04. Ao

ser abordado pelo segurança para ser expulso do evento, mostrou-se violento e o agrediu, além de alegar ser gay como argumento válido para não ser punido. Só foi expulso, finalmente, com o auxílio de três seguranças.

Tendo agora conhecimento dos fatos, pedimos a todos e todas, e principalmente à comunidade ecana, que respeitem a privacidade da vítima e colaborem para sua recuperação sadia, evitando a disseminação de fofocas e especulações acerca do caso. O intuito desta nota é exatamente este: explicar e repudiar o ocorrido. No entanto, sabemos que tal ação não é suficiente, e, de fato, não nos contentaremos com ela: já estamos planejando as próximas medidas a serem tomadas e queremos pensar juntas e juntos maneiras de não deixar o agressor impune, mas prezando sempre pela segurança da vítima.

A nota foi assinada por uma série de coletivos e outras organizações universitárias de São Paulo, com grande repercussão nas redes sociais – com comentários de apoio à vítima e de repúdio à “cultura de estupro” mas também com comentários como “Agora tudo é estupro também? A menina estava bêbada e usando droga e depois quer reclamar?” É possível perceber a permanência da reação, que perpetua lógicas como a culpabilização da vítima nessas violências.

A nota foi veiculada no contexto de uma grande campanha feminista “Contra a cultura de estupro” devido à grande repercussão de um estupro coletivo cometido por 33 homens à uma menina de 16 anos de idade, que ocorreu no mesmo período dos jogos. É importante perceber que o fato de haver uma nota de repúdio oficial a um estupro compartilhada pela ECA não significa que essa faculdade possua mais casos de violência de gênero que outras. Uma hipótese é a de que, dentre as diversas faculdades participantes dos jogos estudados, isso tenha ocorrido na ECA justamente devido a maior espaço para denúncias na instituição. Uma explicação possível é que, com a maior representação de diversidade social, de gênero e de orientação sexual no curso, isso favoreça uma cultura com mais manifestação política, dando mais voz a minorias e permitindo que mais denúncias emergjam.

Após o término do evento, outros relatos de assédio e estupro surgiram nas redes sociais:

Ontem, 26 de Maio, durante a festa da Liga do JUCA que aconteceu na Arena Pagliato, eu e minhas amigas (...) presenciamos um menino - ainda não identificado - abusando de uma menina - também não identificada. Aproveitando-se da inconsciência dela devido à embriaguez ele passou a mão em sua genitália e também forçou a mão da menina a esfregar o órgão dele. Uma amiga minha procurou uma

ambulância e a outra foi atrás de algum segurança para nos ajudarem a cuidar dela.”

A aluna prossegue contando que ela e as amigas ficaram surpresas dos seguranças não terem intervindo antes, e que tiveram de ser assionado por elas para reconhecer a situação e ter abordado o agressor. Elas afirmam que a vítima poderia ter passado por algo bem pior se isso não tivesse ocorrido “já é um absurdo ter seu órgão invadido por um desconhecido pelo simples fato de se estar bêbada (ou não)”. As alunas lembram que nenhum argumento justifica o abuso e que não se pode culpabilizar a vítima por estar bêbada, com roupas curtas ou andando sozinha. A postagem termina avisando que agressores desse tipo não passarão impunes e cobraram uma posição da organização do evento.

As dinâmicas e campanhas das redes sociais em geral e as manifestações nas universidades estão se influenciando constantemente. Assim, é importante entender o quanto o contexto da campanha contra a cultura de estupro deu sustentação e reconhecimento a discursos de resistência, estimulando posicionamentos críticos à culpabilização das vítimas.

Outro relato, de uma aluna na PUC, traz justamente uma comparação com o caso de estupro coletivo e a repercussão gerada em torno do caso:

No primeiro dia do Juca soube do caso de estupro coletivo. (...) Durante os 4 dias pesou na minha cabeça essa história. (...) Em todo o momento eu só conseguia observar todos aqueles caras de média de 20 anos. Seus comentários, suas atitudes e o jeito como tratavam as meninas. Eu vi muitas meninas serem tocadas de uma forma que não queriam, e mesmo demonstrando isso claramente, não foram respeitadas. Eu ouvi os comentários mais machistas possíveis sobre como tratar mulheres como objetos. Eu vi caras forçando a barra mesmo quando as meninas diziam NÃO. Porque é tão difícil aceitar um não?”. A aluna conta também outros tipos de discriminação que presenciou no evento: “Além disso, não faltaram as tradicionais "piadas" homofóbicas. Nas festas, eu olhava para aquela massa de brancos, de classe média alta, seus cabelos lisos. Eu fui a atração. Uma das poucas negras de black power e todos só queriam tocar meu cabelo e falar da minha beleza "exótica".

A aluna comenta também que os espaços da festa deixaram diversas alunas se sentindo inseguras:

As duas festas com todas as universidades juntas foram em um lugar onde acontecem rodeios na cidade, tinha mato para todo lado, um lugar deserto. Todas as meninas se sentiram inseguras, não teve uma que não comentou: se alguém me levar pra esse mato, ninguém vai saber de mim". Na primeira festa, eu não consegui me divertir. (...) Apesar de tudo, curti muito o Juca porque estava com amigos e conheci pessoas incríveis, mas ainda falta muito para ser um evento Sem Opressão.

No fim do seu texto, a aluna faz menção à campanha #JucaSemOpressão, feita pela organização do evento. Algo que chamou atenção nessa postagem foi uma série de comentários de outras alunas, colocando que também se indignaram com o comportamento masculino, principalmente na dificuldade de entender que “não é não” nas abordagens na balada.

Entretanto, outra coisa bastante citada foi o apoio entre as alunas para esse tipo de situação, se assegurando de que as amigas não andassem sozinhas ou ajudando a afastar rapazes insistentes: “Mas uma coisa que me deixou muito feliz também foi ver várias minas se apoiando, perguntando uma pra outra se alguém estava incomodando e ajudando as manas”. Aqui fica explícito o papel da auto-organização feminina. A construção de ambientes coletivos permite um despertar frente às violências cometidas também com outras mulheres, pois as resistências aos assédios cotidianos passam também a se voltar para a proteção de outras colegas. Foi comum, por exemplo, ver alunas enfrentando homens que assediavam outras alunas. Uma consequência dessa preocupação coletiva é que as próprias vítimas dos assédios também adquirem consciência e passam a reconhecer as próprias violências vividas. Essa rede acumula capital simbólico para permitir cada vez mais posicionamentos de enfrentamento e resistência.

8. Disputas: Entre Resistências e Reações

A partir dos relatos de campo apresentados é possível identificar três grupos de discursos que circulam a dinâmica de gênero nos espaços dos jogos, mas também nos espaços universitários em geral. O primeiro grupo seria aquele cujos discursos são compostos pelas normatizações dos papéis de gênero, pelas violências simbólicas e pelas violências mais explícitas como misoginia, apologia a crimes de violência de gênero e assédios. O segundo grupo seriam os discursos de resistência a essas violências, geralmente proferidos por grupos políticos de mulheres e outras minorias políticas, além de alunos apoiadores das respectivas causas. Já o terceiro seriam discursos de reação conservadora a essa resistência que defendem o primeiro grupo de discursos e/ou atacam o segundo.

Cada um desses grupos possui recorrências discursivas que já foram levantadas nos capítulos anteriores. O objetivo do presente capítulo, portanto, é compreender que contextos e práticas permitem e impulsionam a formação e circulação desses grupos de discursos (que por sua vez, trarão novas práticas). Assim, serão abordados os contextos responsáveis por acúmulo de poder simbólico dos agentes de mobilização desses discursos, como por exemplo, as dinâmicas de debate nas redes sociais. Partindo do pressuposto foucaultiano de que os saberes moldam as práticas, será possível identificar uma série de novas práticas que surgem em decorrência da maior visibilidade de novas bandeiras e suas resistências. Também a partir das premissas de Bourdieu, é possível verificar que a representação adquirida pelos novos sujeitos mobilizadores permite que os mesmos passem a transformar e moldar a realidade posta a partir da visibilidade de um novo mundo simbólico. É importante pontuar que esses discursos avançam e recuam nas diferentes instituições de forma não linear, trazendo mudanças e permanências nos ciclos de eventos universitários.

*

O primeiro grupo discursivo é aquele composto pelo repertório simbólico composto pelas músicas universitárias, no material publicitário dos eventos, na programação musical contratada, nas ofensas das torcidas e nos assédios nas festas. Os padrões discursivos que permitem agrupar esses diferentes enunciados partem de alguns sistemas lógicos que fundamentam essa discriminação.

O primeiro aspecto importante é a normatização do corpo feminino a partir de discursos que o caracterizam como incapazes de realizar certas funções. Seja para o baixo número de mulheres tocando instrumentos mais pesados na bateria ou para a inexistência de times femininos de futebol de campo, a justificativa de que não haveria mulheres com o porte físico necessário foi utilizada. As jogadoras de futsal explicam que poucas alunas aguentariam jogar a partida completa de futebol de campo, e seria assim impossível compor um time para ir aos eventos. Sabe-se da existência de diversos times femininos profissionais de futebol de campo. Ainda que seja verdade que as alunas talvez não possuam esse preparo, esse pode ser um exemplo de como os próprios corpos são construídos a partir dos papéis sociais desenhados. Se para um menino brasileiro é praticamente impossível ser criado sem uma passagem pelo futebol, a sociedade não valoriza essa inserção da mesma forma para as meninas, o que terá reflexo sobre como esses corpos se constituirão.

Essa normatização também ocorre do ponto de vista de padrões estéticos. Ou seja, a partir de padrões de beleza estabelecidos socialmente, é demandado dos corpos femininos esforço na sua apresentação como objeto estético extremamente desigual aos esforços dos corpos masculinos. É possível identificar essa desigualdade durante o evento, como já levantado. Essa normatização se manifesta através de uma série de enunciados, seja na divulgação das festas, reforçando não só padrões de beleza irreais como a objetificação dos corpos femininos; ou nos enunciados que circulam como ofensas, retratando como grotescos os corpos que fogem a esse padrão, como “gorda”, “baleia” ou “bigoduda”. É importante perceber que esse aspecto é também uma dinâmica social mais ampla, que constrói esses corpos femininos e as identidades subjetivas a partir dos papéis de gênero ao longo da trajetória de vida dos indivíduos.

Outros padrões identificados nos discursos foram: a objetificação sexual das mulheres, que são reduzidas a fontes passivas de prazer masculino; a exaltação da violência e coerção para a obtenção de sexo, como uma demonstração de poder de dominação masculino e a abordagem da sexualidade feminina ativa como um “atentado à honra” daqueles que a “possuem”. Esses três padrões partem (e reforçam) o *saber* da mulher como objeto, em oposição ao homem agente, e também da relação de posse masculina que se desenvolve sobre esse “objeto”. Em um contexto de competição entre as faculdades, descritos pelos alunos como “guerra” a mulher passa a ser um

instrumento para atacar a dignidade dos rivais – seja através da apologia ao estupro de alunas de outras faculdades, ou da sua difamação como “putas” ou “vadias”. Essa difamação normatiza o comportamento sexual das alunas, reproduzindo o saber de que somente quando a sexualidade feminina não está a serviço dos homens é que essa se torna indecente.

*

Para compreender como esses discursos se consolidaram e reproduziram dentro das entidades e ambientes universitários paulistas é importante resgatar dinâmicas que permitiram a *agentes de difusão* ocuparem lugares de sujeito e obter acúmulo de poder simbólico que legitimasse esses discursos violentos. Uma dinâmica importante é o a segregação do espaço que se coloca como principal *superfície de emergência* desses discursos: as atléticas universitárias. O surgimento dessas instituições remonta à ditadura militar, quando esses clubes recreativos e esportivos foram criados como combate às organizações políticas estudantis (como Grêmios, Diretórios, Centros Acadêmicos e a própria UNE) e com o objetivo de “esvaziamento político da sociabilidade entre os universitários”. (COLETIVO YABÁ, 2011).

Apesar de em algumas universidades já haver grupos políticos que questionassem sua forma de operar, não é até mais recentemente, com o surgimento de grupos que levantam bandeiras específicas de minorias, que as representações das atléticas passam a ser questionadas por agentes com capital simbólico o suficiente para que sejam ouvidos nas faculdades. Assim, as atléticas possuíam seu próprio sistema de recrutamento e operavam como um espaço fechado de circulação de “tradições” que não eram questionadas – permitindo o fortalecimento de símbolos violentos e silenciamento de violências (não só) de gênero. A partir de uma estrutura hierárquica militarizada, os “veteranos” se constituíam como autoridades inquestionáveis, que reproduziam discursos e práticas violentas sem medo de sofrer sanções. As atléticas, que gerem autonomamente recursos transferidos pelas universidades, são também, em muitos casos, as responsáveis pela organização das festas estudantis, o que colabora para a construção da imagem da instituição como “divertida” e “descolada”, acrescentando legitimidade a seus discursos.

As músicas, talvez as construções simbólicas com violências mais chocantes, são reproduzidas entre gerações através de um “ufanismo” esvaziado. O sentimento de identidade e pertencimento nas universidades é construído através do que o próprio ex-presidente da atlética da FGV (AAAGV) denomina “doutrinação”. Com uma repetição exaustiva dos enunciados violentos e uma dinâmica grupal típica de torcidas esportivas, as músicas se vangloriam dos privilégios de sua faculdade e atacam as faculdades rivais utilizando-se de machismo, preconceitos de classe e homofobia.

Especificamente nos eventos esportivos, esses se constituem como espaços ainda hoje de maior “domínio” das atléticas, pois essas são responsáveis por sua produção. Esse domínio opera com o objetivo de preservação da imagem das atléticas, gerando forças de repulsão de ameaças. É possível perceber isso devido à própria dificuldade (e em alguns casos impossibilidade) de inserção como pesquisadora no campo, mas também pelos casos relatados de assédio às membras coletivos feministas que os frequentaram, que no caso da FMUSP inibiu a participação do coletivo nos eventos. Com o sentimento de que o evento se constituiria como um “mundo paralelo” em que tudo é permitido – os eventos são na cidade, mas ao mesmo tempo não são, pois se dão em espaços artificialmente construídos para os alunos – essa liberalização opera para reproduzir o privilégio os dominados.

Essas dinâmicas permitiam a veiculação dos discursos e representações violentas, e ainda permitem, de forma mais ou menos livre, a depender da posição dos agentes que os combatem, Como os discursos constituíam um saber que se utilizava de categorias que não compreendiam diversas violências de gênero enquanto tal, o panorama vigente antes do surgimento de grupos que questionassem esse saber era de naturalização da violência de gênero. É importante ressaltar que ainda há espaços em que esse saber é o único vigente, devido à ausência desses grupos ou ao pouco capital simbólico e legitimidade que possuem.

É possível verificar que esse panorama é realidade na maioria das universidades brasileiras a partir da pesquisa previamente apresentada, realizada pelo Instituto Avon. Um dos dados permite a compreensão dessa naturalização a partir da dinâmica quantitativa: 10% das alunas afirmam de forma espontânea terem sofrido violências de gênero. Já a partir de categorias apresentadas pelos entrevistadores, 67% afirma ter

sofrido alguma dessas violências. Para os homens, essa percepção salta de 2% (que afirma espontaneamente ter praticado violências) para 38% após a utilização das mesmas categorias.

Essa naturalização reproduz e fomenta práticas também violentas como assédios e estupro que não são reconhecidos como tal, a impunidade de agressores, a culpabilização das vítimas e o funcionamento de mecanismos institucionais (seja das entidades ou das próprias universidades) de silenciamento dessas vítimas.

*

Dessa situação, que podemos compreender como uma dominação “confortável aos dominantes” para uma situação de disputa de narrativas e de práticas, o fator que altera o equilíbrio de forças vigente é o surgimento de grupos políticos de mulheres e outras minorias políticas que, a depender da posição de poder, disputam os saberes postos; que por sua vez implicam em novas posições. A partir de campanhas, mobilizações, manifestações, grupos de estudo, de acolhimento e estratégias de segurança em eventos esses grupos passam a problematizar violência de gênero no meio universitário, tentando fazer disso uma pauta com o objetivo de desnaturalizar algumas das violências reproduzidas nesse espaço.

As principais recorrências discursivas nesse caso foram a utilização de depoimentos de vítimas de violência, o uso de terminologia acadêmica feminista, a denúncia de machismos na universidade através de “notas de repúdio” e a denúncia de que haveria uma “cultura de violência de gênero”. A partir do surgimento desses grupos, se constroem em relação de oposição com as atléticas – se construindo e se significando como “outras”. Essas relações podem ser de conflito, tensão, negociação ou colaboração.

*

Para compreender como essa disputa ocorre, é importante elencar alguns aspectos que propulsionaram os discursos de resistência a essas violências. Para muitas alunas entrevistadas, o principal motivo do surgimento dessas organizações, os coletivos feministas, e de maior inserção da pauta no meio universitário está relacionado às redes sociais e à maior proximidade que essa permitiu das alunas com o tema. Como

foi retomado no capítulo 3, 2015 foi um ano em que o “feminismo” popularizou-se no Brasil, e para muitas mulheres seu potencial de empoderamento superou suas estigmatizações históricas. Logo, os saberes feministas são apropriados por muitas mulheres, assim como suas formas de organização e práticas de militância.

O foco de muitas campanhas nas redes sociais nesse período foi denunciar “micro-machismos” – a forma como o micro-poder de gênero permeia o cotidiano – que também podem ser considerados violência simbólica de gênero. A partir da publicização de violências vividas por diversas mulheres, inclusive famosas com visibilidade midiática, essas postagens em forma de relatos tomaram espaço nas redes. Ainda que não sem reações e contra campanhas, adquiriram um alcance pioneiro. Para mulheres que não eram familiarizadas com as pautas, a oportunidade de visualização desses relatos permitiu o reconhecimento das próprias situações vividas como violência. Essa estratégia de denúncia e exposição nas redes sociais foi bastante criticada por servir como um meio informal de lidar com a questão, ao invés de denunciar juridicamente os casos de violência. Entretanto, é fundamental o dado de que o número de denúncias via o canal de disque denúncia governamental oficial aumentou em 40% quando comparado com o ano anterior (2014). Uma evidência de que esses novos discursos influenciaram as práticas, esse dado também permite considerar esse movimento como influenciador da transformação da violência simbólica de gênero em uma violência reconhecida como violenta.

Além de dar visibilidade à pauta e legitimidade às ações dos coletivos, esse ativismo via redes sociais também influenciou a forma desses grupos se mobilizarem. As denúncias e “notas de repúdio” nas redes sociais tornaram-se ser pilares na forma de chamar atenção para pautas desses movimentos. Com um baixo investimento de energia e grandes ganhos visibilidade, tornou-se comum travar “batalhas” virtuais, com *memes*, referências acadêmicas, mas principalmente troca de ofensas e uma grande audiência. Esse foi um mecanismo encontrado para tornar a violência de gênero “o assunto” no cotidiano da faculdade. Dentre as muitas estigmatizações que as pautas feministas sofriam no ambiente universitário, além de enorme desinteresse, as batalhas virtuais se consolidaram como um dos únicos espaços de trazer visibilidade às pautas. Entretanto, a expectativa que isso trouxesse à “audiência” alguma conscientização deixou a desejar, dando lugar a dinâmicas de rivalidade e exibicionismo.

Buscando romper com estereótipos das feministas da geração passada, esse novo feminismo ressignificou para muitas a própria atitude de ser feminista: agora também descolado, bem-humorado e com um forte caráter virtual, permitindo assim a fabricação de novos sujeitos feministas. O feminismo passou a aparecer na mídia, na moda, na música pop e também nas faculdades de elite. Essa “gourmetização” do movimento não deixou de elitizar certas bandeiras, pois foi apropriado por uma parcela de mulheres que estavam em posições de poder e que defenderam correntes feministas liberais e capitalistas.

Esse aspecto é fundamental para compreender a velocidade em que esses discursos se propagaram nas universidades analisadas. Nos espaços estudados, muitas alunas que compõem esses grupos já possuem um acúmulo de capital simbólico devido a outros capitais reconhecidos, como o de classe e de raça. Assim, ainda que haja força nas reações conservadoras que visam a barrar esses discursos, esses movimentos feministas universitários possuem – a depender da posição social da faculdade em questão – oportunidades de visibilidade como cobertura na mídia, recursos financeiros para bancar campanhas e eventos e tempo disponível para a auto-organização (fatores que certamente não estão disponíveis a coletivos feministas periféricos, por exemplo).

Uma questão importante ligada às estratégias de mobilização utilizadas se refere à compreensão que circula da violência simbólica de gênero como “ofensas individuais”. Para as próprias alunas feministas, em diálogos e debates com desgaste emocional, e como forma de realizar uma abordagem simplificada e didática, o discurso utilizado para problematizar os símbolos machistas era “eu gostaria de me divertir sem me sentir ofendida com essas músicas”. A partir do momento que esse é o único argumento que problematiza esses discursos violentos, se as alunas disserem não se incomodar, ou também compreenderem os símbolos como brincadeira, já não haveria mais problema em reproduzi-los.

Se incômodo – ou o impacto psicológico das representações simbólicas misóginas – não deixa de ser verdade; o aspecto coletivo, social e cultural da questão (de que a violência simbólica naturaliza e fundamenta práticas violentas) foi deixado de lado nos debates. Em um contexto de razão social neoliberal há maior resistência à compreensão de aspectos sociais ou culturais, tanto por parte dos receptores (alunos em

geral), mas também por parte de mulheres ativistas nessas posições de poder privilegiadas. Sem encarar a violência ou a desigualdade como uma manifestação de poder, passa a ser irrelevante buscar uma saída coletiva para a situação, reforçando os discursos de sucesso individual – só que agora individual feminino.

*

À medida que esses discursos ganharam visibilidade e legitimidade, as práticas postas no contexto dos jogos universitários também se alteraram. Um aspecto fundamental para permitir essas novas práticas é a mudança na cultura organizacional de entidades como as atléticas e baterias universitárias. Essas entidades foram nesse período ocupadas por mais mulheres, e por mais mulheres feministas. A violência de gênero “de repente” virou pauta e essas organizações foram pressionadas a realizar medidas para combatê-la sem nenhuma experiência no assunto (e muitas vezes sem nenhum conhecimento prévio sobre esse e sem querer implementá-las). Apesar de muitos alunos dessas entidades comporem o grupo de discursos da reação, dependendo da posição de poder e do respaldo institucional dos coletivos nas respectivas universidades esses não tiveram muita escolha – ou, segundo Bourdieu, perderam hegemonia para a construção da visão de mundo. Assim, certos discursos considerados machistas deixaram de ser aceitos, saberes foram desconstruídos, e surgiu a necessidade de ressignificar e repensar os eventos de jogos universitários.

Essas mudanças vão desde o material de divulgação nas redes sociais do evento, do qual exigia-se maior inclusão e diversidade; a contratação da programação musical, da qual também se demandou maior representatividade e o veto de atrações discriminatórias; a logística de segurança que foi ressignificada, pois sentir-se seguro passa a ser ser respeitada e respeitado nas diversas orientações sexuais e identidades de gênero; até a necessidade de criação de canais de denúncia para violências de gênero ocorridas no evento. Essas mudanças na organização estão em curso nas faculdades do JUCA, começando a ser implementadas na FGV no Economíadas, e longe de se tornarem realidade na FMUSP e nos jogos por ela frequentados. Essa ressalva é importante, pois essas mudanças não ocorrem de forma linear, mas sim através de avanços e retrocessos constantes, compostos pela experimentação. Essas dinâmicas podem ser compreendidas como jogos de ação e reação, disputas por saberes e

representações, baseados nas posições que os diferentes agentes e instituições ocupam nesse campo.

Se os coletivos de mulheres e minorias políticas possuem papel chave em desvelar as violências sofridas, também é importante perceber que esse papel incomoda. Em muitos casos “os incomodados que se retirem” é utilizado pelos alunos para sugerir que esses grupos deixem de frequentar os jogos universitários. Quando os incomodados refutam a retirada e escolhem ocupar esses espaços o discurso passa a ser “os incomodados que se mobilizem”. Em nossas instituições políticas o ator da denúncia não é o mesmo a resolvê-la, levantado a questão do por que dessa responsabilidade ser vista como dos coletivos. Em meio a discursos de que “as feministas só sabem reclamar, mas não fazem nada”, as próprias alunas passam a ver o suporte nos eventos como sua responsabilidade. Para as atléticas, é vantajoso estabelecer uma relação “colaboração”, na qual os coletivos passam a ser responsáveis por executar essas mudanças: o trabalho é delegado; a responsabilidade pública, compartilhada e a resistência passa a “ser parte” da construção do evento (mesmo que sem voz ou sem estrutura para realizar suas demandas) inibindo as críticas.

Caberia perguntar se seria justo, ou mesmo eficaz, que responder praticamente às situações de violência seja responsabilidade desses coletivos. É preciso reconhecer que essa é uma solução sem custo financeiro para as atléticas, que sobrecarrega as alunas e alunos membros desses coletivos e que não gera necessariamente acolhimento ou encaminhamento de qualidade. A situação posta deixa a esses grupos organizados as opções de boicote, visando a não apoiar um evento com símbolos e práticas de violência de gênero; e de participar criticamente, com o objetivo de colaborar na construção de um evento menos violento.

Enquanto a segunda opção parece trazer resultados mais efetivos para o caráter do evento, a longo prazo essa “colaboração” inibe a construção de mecanismos de segurança, denúncia e acolhimento qualificadas. Pois se os coletivos participam dessa reestruturação, realizando essas campanhas e suporte, essa dinâmica de “colaboração” é perpetuada – sem haver pressão por uma estrutura qualificada. Pelo contrário, os eventos passam a celebrar títulos de “mais inclusivos” ou de “respeito à diversidade”, se apropriando do trabalho desses coletivos.

A dificuldade de denunciar casos de violência faz parte da própria dinâmica desta – seja pela falta de estrutura para encaminhar a denúncia, pela culpabilização das vítimas que o judiciário machista reproduz ou pelo próprio medo de exposição. A grande maioria das vítimas que relatou violências aos coletivos não quis realizar denúncias judiciais formais. Se essa maneira de lidar com a violência também é simbólica – no sentido de que enunciá-la já é uma forma de reconforto para as vítimas, quais as consequências de não se institucionalizar a denúncia a violências? Impunidade, ausência de memória dessas violências, e a impossibilidade de aprimorar os mecanismos de escuta e denúncia institucionais são algumas dessas. Assim, se os coletivos compõe uma porta de entrada de denúncia primordial pela proximidade que possui com as alunas, nem sempre esses possuem a melhor capacidade para acolhê-las, encaminhá-las e garantir punições aos agressores.

Enquanto será sempre uma escolha preservada à vítima denunciar ou não, se aceitarmos que na maioria dos casos a vítima apenas relata a violência para alunas membras de coletivos ou da própria atlética, e é nesse momento de enunciado e escuta que essa recebe algum apoio psicológico – é necessário perguntar se essa escuta é realmente realizada de forma qualificada, e a que ela vem em termos de mudança social.

*

Em meio à proliferação desses discursos que levantaram a violência de gênero nas universidades como pauta e aos avanços dessas práticas visando a sua coibição, uma série de discursos operou no sentido contrário, compondo uma situação de disputa pela construção dos saberes e narrativas legítimas. Os discursos que reagiram tem dois sentido principais: 1) desqualificar os discursos de resistência à violência dos coletivos feministas, de outras minorias e de simpatizantes e 2) de naturalizar (ou manter a naturalização sobre) as violências de gênero.

O primeiro aspecto dessa desqualificação passa pela classificação negativa dos próprios agentes que produzem esses discursos – as feministas. Desde “gordas” à “mal comidas”, os insultos caracterizam essas alunas como desocupadas, que por não ter opções de algo “melhor a fazer” estariam levantando essas problematizações “insignificantes”. Assim para além da normatização do corpo da mulher e da regulação da sua sexualidade, o caráter de desocupação está ligado justamente à redução de

importância da pauta. Esses discursos não veem o feminismo como político e nem os coletivos feministas como organizações políticas – mas sim como “inutilidades”. Assim, o esvaziamento do significado do movimento e daquelas que a compõe tem como consequência o esvaziamento das pautas levantadas.

Outra linha discursiva é que o “politicamente correto” e a “chatices” estariam ameaçando as “brincadeiras” e o “senso de humor” na faculdade. Utilizando-se dos estereótipos de feministas “chatas” e “implicantes” o discurso apresentado de forma dramática é que devido a essas o mundo estaria caminhando para um futuro sem graça, no qual todos tem voz para “reclamar” de suas opressões e assim nada seria permitido. A expressão “mimimi” é comumente utilizada para se referir às notas de repúdio ou denúncias, se referindo a pessoas demasiado sensíveis, que reclamam sem propor algo no lugar. Aqui, o discurso ao mesmo tempo que reduz as violências a brincadeiras, afirmando que elas não possuem efeitos na realidade, ele também estigmatiza aqueles que o definem como violência, que estariam “exagerando” ou mesmo ficando “loucas”.

Outro discurso desse movimento de reação está ligado a uma apropriação de conceitos ligados à resistência – como “liberdade de expressão” e “censura” – para a realização de uma inversão lógica em que se definem como perseguidos e oprimidos. Através da caracterização do feminismo como radical e como “nazista”, os alunos colocam esse como persecutório. Já para a defesa dos próprios discursos proferidos, violentos, alega-se a necessidade de uma liberdade de expressão irrestrita. Outro discurso presente nas reações ao combate da violência simbólica trata a competição e a rivalidade como naturais da ordem do mundo, e por isso as “ofensas” (violências simbólicas) nada mais seriam que uma reprodução dessa ordem do mundo.

Um argumento também utilizado para reproduzir as violências é de que elas caracterizariam “tradições” da faculdade, construídas ao longo do tempo, e que devem ser preservadas para “honrar essa história”. O que se verifica é que muitas vezes essas tradições foram construídas relativamente recentemente, mas transmitidas para a próxima geração de alunos já imbuídas desse caráter – fenômeno de “invenção da tradição”. De qualquer maneira, vale ressaltar que tradições violentas não deixam de ser violências por serem tradições.

Uma dinâmica que foi possível verificar durante os eventos foi a “apropriação cínica” que se utiliza de campanhas ou discursos feministas em tom de deboche como “o busão tá me oprimindo” e a utilização da frase “**não é não**” de campanhas contra o assédio para situações banais. Essa estratégia pretende ser desmobilizadora, por deslegitimar e esvaziar denúncias e é também violenta.

A partir desses discursos a disputa pelos significados e pelas categorias utilizadas – violências ou brincadeiras? – se deu tanto nas redes sociais quanto durante os jogos, com a circulação desses discursos a partir de diferentes grupos de alunos. É importante pontuar que esses discursos da reação se criam a partir da necessidade de manter um poder simbólico que nunca antes havia sido contestado. Assim, a partir da alteração de forças que permite o surgimento de discursos que problematizem símbolos e práticas é que esses discursos de reação surgem e se reproduzem.

Como elementos que permitem e fortalecem a constituição e circulação desses discursos é possível identificar o “sentimento de perda” nos alunos ao terem seus símbolos problematizados, a radicalização dos debates nas redes sociais e o capital simbólico dos alunos “veteranos” nas diversas entidades. O primeiro aspecto, o “sentimento de perda” está ligado à construção identitária que ocorre através dos símbolos, cultivados, estimulados e forjados desde sua entrada na faculdade.

Já a radicalização dos debates nas redes sociais está ligada a um fenômeno mais amplo, que vem marcando os debates políticos virtuais. A dinâmica de funcionamento das redes tende a agrupar usuários com pensamentos parecidos e ocultar pontos de vistas contrários. Assim, com a perda de diversidade no debate, a tendência é do fortalecimento de posições radicais. Um exemplo interessante são as próprias campanhas feministas de 2015, como “meu amigo secreto” ou “meu primeiro assédio”. Diferentemente de campanhas nos meios de comunicação convencionais, cada indivíduo teve acesso a uma campanha diferente, pois apenas visualizou as postagens daqueles próximos ao seu perfil. Assim sendo, se para alguns essas foram campanhas feministas, de conscientização sobre a violência de gênero, para outros essa campanha pode ter sido de estigmatização do próprio feminismo.

Espaços como grupos de debate virtuais das faculdades, apesar de já possuírem muitos recortes, reúnem indivíduos com vivências em diferentes espaços virtuais – e

com as opiniões construídas a partir de círculos de debates diferentes. Assim, as “batalhas” ocorreram entre alunos acostumados a ter seus pontos de vistas legitimados. Para além disso, existem outras diversas dinâmicas como a ausência de contato presencial, o semianonimato e a busca por “audiência” que também colaboram para essa radicalização. O que é importante perceber é que essa radicalização, para além do mundo virtual, se transfere, ainda que modificada, para a disputa de discursos na convivência cotidiana.

O último aspecto relevante para propulsionar os discursos de reação é o capital simbólico já acumulado por alguns agentes chaves na sua constituição. A posição de poder “veterano”, por exemplo, permite que esse compare os “bons tempos” na faculdade antes do “reino da chatice”. Esse se coloca como detentor do saber – que ao se impor torna-se um saber por ser aceito. Com influência dentro das entidades e como figuras de autoridade, esses possuem importante capacidade de mobilização de pautas.

Como decorrência da circulação desses discursos, que atuam no sentido de manutenção da situação anterior ao surgimento de uma resistência, a principal tendência é a manutenção de práticas violentas. A partir da desqualificação dos locutores que exercem essa resistência e do discurso de que as violências seriam “brincadeiras” constituintes da experiência universitária, os discursos operam visando a naturalizar as violências apesar das novas problematizações.

A partir desses três grupos discursivos é possível perceber que a disputa por narrativas da história da universidade e pelo modo de organizar o evento é também uma disputa entre a naturalização da violência e o combate a essa. A cada ciclo de eventos universitário, o poder circula entre as atléticas e os coletivos, distribuição diretamente influenciada pelas dinâmicas de poder mais abrangentes em torno de gênero na sociedade. As novas práticas de um ciclo geram novos discursos, que também por sua vez geram novas práticas, constituindo um ciclo de constante influência mútua, sempre acarretando em novas posições de poder para os agentes envolvidos.

A cada ciclo há movimento também no sentido de manutenção de uma situação violenta – através da naturalização da violência de gênero e da estigmatização daqueles que a enfrentam. Enquanto esse movimento avança, a faculdade continua a significar para as mulheres mais que um lugar de oportunidade também um lugar de medo; e ser

estudante também é ser vítima em potencial. Mas há também espaço para a construção de resistência a violência, um espaço que floresce coletivamente e cuja voz passa a ser tão alta que já não pode mais ser ignorada. Mobilizações recentes, essas esboçam a implementação autônoma de práticas que acolham e protejam as mulheres nas universidades. Esse processo passa por questionar, desconstruir e desnaturalizar saberes violentos reproduzidos e, no lugar, construir um novo saber com os direitos da mulher na centralidade – que inclua o desfrute da educação e da experiência universitária sem medo ou violência. A construção de novos saberes e práticas no ambiente universitário (sem desconsiderá-lo como um espaço político em si) pode servir como ensaio para essa nova geração adentrar a arena expandida de disputa política, pela construção de um leque ainda mais amplo de direitos para as mulheres.

9. Conclusões e Novas Possibilidades

Quando o tema de pesquisa foi proposto a violência de gênero no ambiente universitário ainda não era um assunto discutido publicamente como é hoje. O desvelar de sua existência e a necessidade de seu combate, com início em um momento anterior à pesquisa (e cujo estopim pode ser considerado a CPI na ALESP de violação dos direitos humanos nas universidades paulistas) pode ser considerado um processo em andamento. A transição dessa violência de cotidiana e corriqueira a algo que exige debate acadêmico e público hoje faísca em diversas faculdades (ainda que de forma incipiente em muitas). Esse movimento permitiu o surgimento de uma série de novos dilemas nas práticas de seu combate, pois não basta que essa seja apenas reconhecida. A construção de um saber acadêmico que analise a transição para essa nova disposição de poder sofre do mesmo fenômeno: após a retirada de uma camada de naturalização, apenas evidenciam-se outras. Portanto, é necessário defender que as conclusões aqui apresentadas caminham, não no sentido de encerrar discussões, mas de introduzir novas, que agora se tornam visíveis, às quais é preciso também se aprofundar.

A violência de gênero, apesar de sua inserção como tema acadêmico, não era vista como uma realidade presente na vivência universitária. Daquilo murmurado nas sombras, confiado entre amigas e circulado como fofoca, os casos de violência passam a ser expostos no espaço público. Relatar e mostrar que esses ocorreram, muitas vezes com depoimentos, se tornaram estratégias para desconstruir discursos e práticas que a reproduzem. As músicas das baterias foram utilizadas como exemplos gritantes dessas práticas, para chamar atenção da gravidade de violência contida no “espírito universitário”. Entretanto, a compreensão por parte dos alunos da existência de uma cultura que fundamente as violências mostra-se um desafio – pois um fenômeno coletivo em uma dinâmica individualista passa a ser visto como ofensas individuais ao invés de violências. Essa relação, de uma crescente gramática neoliberal na sociedade, e da percepção individual da discriminação de gênero é certamente algo a ser mais investigado.

Advindo de uma situação de hegemonia do discurso de naturalização da violência, a emergência do tema de violência de gênero nas universidades como pauta a ser debatida e da sensibilização de alguns alunos já é relevante; pois demonstra uma

transição na disposição de poder que se deve ao surgimento de um novo agente mobilizador e ao fortalecimento de uma nova posição de sujeito. A partir de dinâmicas sociais mais amplas, os coletivos feministas universitários inserem a linguagem feminista em suas faculdades e adquirem maior visibilidade, reconhecimento e legitimidade. Aqui há outra relação extremamente importante a ser investigada: como as dinâmicas das redes sociais com a “primavera das mulheres” influenciam o surgimento e funcionamento desses movimentos dentro das faculdades e escolas.

Essa transição não ocorre de forma incontestada, pois aqueles que perdem poder reagem, visando a reproduzir violências como “brincadeiras” ou “tradições”. A construção das identidades das atléticas em torno dessas violências em termos de sociologia das organizações também merece ser aprofundada, pois essas possuem uma origem histórica que na época da ditadura e relações hierárquicas internas abusivas. Outro aspecto interessante é a utilização do humor ou da liberdade de expressão para justificar discursos violentos. A reação aos movimentos de mulheres que expõe a violência de gênero é especialmente interessante: as estratégias de apropriação cínica de termos, de inversão dos dominantes em perseguidos e de estigmatização do movimento feminista.

É fundamental pontuar que ainda existe uma camada de violência simbólica que permaneceu intocada nessa transição para a nova disposição de forças: as letras de músicas popularmente tocadas nos eventos pelas programações contratadas (geralmente funks) com violências explícitas, os assédios sofridos pelas atletas durante os jogos e pelas alunas nas festas. O que é interessante perceber nesses casos é que há uma clara divisão entre o que é considerado um assédio “normal” e um assédio que merece ser relatado, publicizado ou denunciado. Da mesma forma, manifestações que busquem romper com a divisão de papéis de gênero, como o questionar do investimento no corpo feminino como objeto estético; ou dos modos de jogar, de torcer; e mesmo a desconstrução dos próprios corpos ainda não é presente. Da mesma forma, é possível produzir conhecimento científico específico sobre a construção desses papéis e desses corpos.

Como hipótese, é possível levantar que os coletivos universitários vejam como prioridade de pauta o combate à violência, antes de abordar esses temas. Enquanto os coletivos não conseguem superar essa pauta, e continuem investindo energia apenas nos

aspectos práticos dessas violências (como trabalhos de fiscalização e acolhimento de outras organizações – sejam elas atléticas ou as direções das faculdades), os pilares de fundamento da discriminação sofrem risco de tornarem-se preocupações cada vez mais marginais. Esse problema é agravado pela dificuldade dos coletivos universitários de acolher e denunciar os casos de violência que recebem.

Se é notável que ocorreu uma mudança na mentalidade de muitas alunas, que deixaram de se sentir culpadas (ou de serem culpabilizadas) pelas violências, essa nova vontade de denunciar raramente encontra algum canal para tal. Os mecanismos utilizados hoje pelas vítimas, de relatar a violência para membras dos coletivos universitários ou realizar denúncias nas redes sociais são informais e não institucionais. Esse fator pode estar ligado a uma nova forma de lidar com as violências sofridas, mas também uma ausência de canais de denúncia confiáveis e que tragam algum resultado. Nesse sentido, seria interessante compreender como a rede de serviços de acolhimento pública interage com vítimas dessas violências específicas ao meio universitário.

Ao mesmo tempo que o acolhimento dessas vítimas já coloca um enorme desafio aos coletivos, é importante levantar outro aspecto da violência de gênero pouco abordado aqui e muito relevante para o contexto brasileiro. Com um perfil de violência majoritariamente doméstica, na mão de parceiros, é possível imaginar que os parceiros que as alunas possuem na faculdade já demonstram comportamentos violentos. Uma pauta que adquiriu visibilidade com o vídeo da *youtuber* “Jout Jout” mas que ainda é pouco discutida são os chamados “relacionamentos abusivos” marcados por assédios e manipulações das mulheres por seus parceiros. Se é possível presumir que esse tipo de relacionamento ocorreria no ambiente universitário, uma questão interessante seria identificar como esses relacionamentos pessoais são afetados pelas representações simbólicas violentas disponíveis.

É importante pontuar que embora esses coletivos universitários sejam agentes fundamentais na transformação da cultura universitária esses espaços ainda enfrentam uma série de desafios. Ainda muito estigmatizados a imagem desses para alunos “leigos” aos temas costuma ser muito negativa, o que dificulta a construção de diálogo com outras organizações estudantis e a mobilização em torno de suas bandeiras. Entretanto, mesmo entre aqueles que já possuem interesse ou conhecimento dos temas abordados o ambiente pode apresentar-se excludente ou intimidador, assim, é

importante não presumir que esses representam a totalidade dos alunos engajados nas respectivas pautas.

Outro fator relevante está ligado a compreensão desses espaços como demasiado restritos. Por exemplo, os coletivos são raramente vistos como grupos políticos ou entidades estudantis. Dessa forma, militar por igualdade de gênero passa a ser exclusivamente a defesa da “minoría” mulher, e não um espaço de aprendizado de organização política, de gestão de projetos, de construção de conhecimento, de produção de eventos etc. como outros espaços construídos pelos alunos.

Quanto aos desafios em termos de pautas a serem trabalhadas e inseridas, é possível perceber uma dificuldade de mudança de modo de pensar mais profunda daqueles que reproduzem as violências. Se em certos espaços não é mais permitido a reprodução de material simbólico violento de gênero devido a uma pressão social instaurada em torno do tema, os alunos já se mostram preocupados com a escassez de ofensas, levantando outras discriminações que poderiam substituir a de gênero.

Se é possível identificar a dinâmica de ciclos de eventos universitários marcados que se repetem todo ano, acolhendo novos alunos e se despedindo dos antigos, é interessante perceber que as disputas por poder ocorrem também nesses ciclos – seja para aproveitar vácuos de representação ou para manter cargos de influência, para acelerar ou retardar mudanças culturais, ou para abandonar ou inventar tradições. Assim, será importante investigar se nos próximos ciclos – nos quais as alunas entrarão tendo participado de coletivos feministas cada vez mais cedo na escola – os avanços recentes se manterão e se conseguirão atacar a camada de violência simbólica ainda intocada.

10. Bibliografia

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do, et al. Dores Visíveis. Violência em delegacias da mulher no Nordeste. Fortaleza: REDOR/NEGIF, 2001.

BENEDETTI, Jéssica Maria. Arcadas: Um estigma ao avesso? Etapas de (des)construção e de mortificação do eu nos rituais de passagem da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. (Processo SAGE n2010/02984-0). 2011.

BENSON, Donna e THOMSON, Gregg E. Sexual Harassment on a University Campus: The Confluence of Authority Relations, Sexual Interest and Gender Stratification, *Social Problems*, 29(3): 236-51. 1982.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2007. Do original La Domination Masculine, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Estruturas sociais e estruturas mentais. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 3, p. 113-119, 1991.

BOURDIEU, Pierre. O Poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. BRANDÃO, H. H. N. Introdução à análise do discurso. 2ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.

BOSWELL, A. Ayres; SPADE, Joan Z. Fraternities and Collegiate Rape Culture: Why Are Some Fraternities More Dangerous Places for Women? *Gender and Society*, 10(2): 133-47. 1996.

BRANDÃO, Helena H. N. Introdução à análise do discurso. 2ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004. BRASIL. Lei N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. Em FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; e HEILBORN, Maria Luiza (orgs). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 4. Rio de Janeiro: Zahar, pp.25-62. 1984.

DECLARAÇÃO DE ANTIGUA, (2003). Comunicado do Evento: “BASTA! América Latina diz não à violência baseada em gênero” (Março, 2003 – Antigua/ Guatemala).

EYRE, Linda. The Discursive Framing of Sexual Harassment in a University Community. *Gender and Education*, 12(3): 293-307. 2000.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GREGORI, Maria. F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GROSSI, Miriam P. Entrevista com Joan Wallash Scott In Revista de Estudos Feministas, Rio de Janeiro: 1º semestre/1998, pag. 114-124.

HENLEY, Nancy. Changing the body power structure. *Women: A Journal of Liberation*, 6(1): 34-8, 1978.

KALOF, Linda. Rape-supportive attitudes and sexual victimization experiences of sorority and nonsorority women. *Sex Roles*. 29(11): 767-80, 1993.

MELO, Mônica de; TELES, Maria Amélia. O que é violência contra a mulher
Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Ed. Brasiliense, 2002, nº 314.

OSBORNE, Rachel L. The continuum of violence against women in canadian universities. Toward a new understanding of the chilly campus climate. *Women's Studies International Forum*. 18(5-6): 637-46. 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cad. Pagu*. 2001, n.16 p. 115-136.

SANTOS, Cecília MacDowell e IZUMINO, Wânia Pasinato . Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Em Estudos Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe. Volume 16:1, 2005.

SCOTT, Joan. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1988.

SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, Vol. 91, No. 5.

SELISTER, Mariana. Desconstruir saberes machistas e enfrentar relações de poder patriarcal. Em *Desafíos Feministas en América Latina: la mirada de las jóvenes*, pg. 65. Cotidiano Mujer Articulación Feminista Marcosur (AFM). Montevideo, 2009.

SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de et al. Construções identitárias de estudantes de farmácia no trote universitário: questões de gênero e sexualidade. *Proposições*, Campinas , v. 23, n. 2, ago. 2012.

SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de et al . Construções identitárias de estudantes de farmácia no trote universitário: questões de gênero e sexualidade. *Proposições*, Campinas , v. 23, n. 2, ago. 2012.

ZUIM, Antônio Álvaro Soares. O Trote Universitário como Violência Espetacular. *Pesquisar em Educação*, v. 36, nº 2, 2011.

Referências Primárias

MENDES, Leticia. Youtuber Jout Jout conta que ela e o feminismo se encaixam perfeitamente, 2015. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/06/youtuber-jout-jout-Conta-que-ela-e-o-feminismo-se-encaixam-perfeitamente.html>> Acesso em 25 janeiro 2016

JORNAL NACIONAL. Marcha das Margaridas reúne milhares de trabalhadoras rurais, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/08/marcha-das-margaridas-reune-milhares-de-trabalhadoras-rurais.html>> Acesso 25 janeiro 2016.

AGÊNCIA BRASIL. Entenda o que é a marcha das margaridas e quem são as participantes, 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/08/12/entenda-o-que-e-a-marcha-das-margaridas-e-quem-sao-as-participantes.htm>> Acesso 25 janeiro 2016

CATRACA LIVRE. Movimento no facebook convoca mulheres a se unirem para evitar situações de risco. 2015a. Disponível em: <<https://estilo.catracalivre.com.br/comportamento/movimento-no-facebook-convoca-mulheres-a-se-unirem-para-evitar-situacoes-de-risco/>> Acesso 25 janeiro, 2016

CATRACA LIVRE. Pelos direitos da mulher. Manifestações saem às ruas contra Eduardo Cunha em todo Brasil. 2015b. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/barato/pelos-direitos-da-mulher-manifestacoes-saem-as-ruas-contr-eduardo-cunha-em-todo-brasil/>> Acesso 25 janeiro 2016

PORTAL FORUM. No Rio de Janeiro mulheres tomam as ruas contra Eduardo Cunha, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/10/29/no-rio-de-janeiro-mulheres-tomam-as-ruas-contr-eduardo-cunha/>> Acesso 25 janeiro 2016.

WAISELFISZ, Julio J. Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR. 2012.

APOLINÁRIO. 2015 foi o ano em que feminismo deixou de ser um palavrão no Brasil. Conheça suas protagonistas. 2015. Disponível em:
<<http://ffw.com.br/lifestyle/cultura/2015-foi-o-ano-em-que-feminismo-deixou-de-ser-um-palavrao-no-brasil-conheca-suas-protagonistas/>> Acesso 25 janeiro 2016.

UOL Tema de redação do ENEM 2015 causa polêmica nas redes sociais. 2015. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/10/25/tema-de-redacao-do-enem-2015-causa-polemica-nas-redes-sociais.htm>> Acesso 25 janeiro 2016

EL PAIS. Mais mulheres são assassinadas por ano no Brasil do que na Síria. 2015. Disponível em:
<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/06/politica/1446826193_178862.html>
Acesso 25 janeiro 2016.

ABDALLA, Ana L. Jout Jout o Prazer é Todo Nosso. 2015. Disponível em:
<<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/jout-jout-o-prazer-e-todo-nosso>> Acesso 25 janeiro 2016.

MESSIAS, Mariah. O que está por trás do termo feminazi. ZH Caderno ProA. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/09/o-que-esta-por-tras-do-termo-feminazi-4851370.html>> Acesso 25 janeiro 2016.

PORTAL BRASIL. Dilma Rousseff sanciona lei que torna hediondo o crime de feminicídio. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/03/dilma-rousseff-sanciona-lei-que-torna-hediondo-o-crime-de-feminicidio>> Acesso 25 janeiro 2016.

COLETIVO YABA, 2011. Comentários acerca da existência da existência das Atléticas nas Universidades. Disponível em:

<<https://coletivoyaba.wordpress.com/2011/05/11/comentarios-acerca-da-existencia-das-atleticas-nas-universidades/>>. Acesso 31/07/2016.